

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO**

MÁRCIA TIEMI DA SILVA MATSUMOTO

UM MAR DE VOZES: A COBERTURA DOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

BAURU

2014

MÁRCIA TIEMI DA SILVA MATSUMOTO

UM MAR DE VOZES: A COBERTURA DOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Comunicação Social, apresentado a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Orientador: Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

BAURU

2014

MÁRCIA TIEMI DA SILVA MATSUMOTO

UMA MAR DE VOZES: A COBERTURA DOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Comunicação Social, apresentado a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

Prof^a. Dr. Eliza Bachega Casadei

Prof^o. Dr. Mauro de Souza Ventura

Bauru, _____

À minha família, por não me deixar desistir no meio do caminho.

AGRADECIMENTOS

Meus pais, pelas palavras sábias e puxões de orelha ao longo dos anos e que me apoiaram durante o processo de desenvolvimento desta monografia.

Minha irmã, Mayumi Matsumoto, pelas palavras de conforto, fotos no meio da noite e pela mensagem de apoio nas últimas horas antes da entrega desta monografia.

Professor Juarez Tadeu de Paula Xavier pela aula que despertou o interesse no tema e pelos conselhos ao longo dessa jornada.

Monique Nascimento, amiga e colega de quarto, pelas conversas sem sentido às 4 da manhã, pelos momentos que dividimos nesses quatro anos, pelo apoio e por me 'aguentar', mesmo com as visitas ao hospital e as torturas diárias de dividir um lar.

Julia Travieso e Vanessa Souza, moradoras da Pássaro do Porta Mala, que fizeram parte da jornada, sofrendo as provações da vida universitária comigo.

Grisha Koshelenko e Nastya Zarudnaya, ucranianos que me fizeram repensar meu tempo na Ucrânia e minha vida pessoal.

Aos amigos que fiz durante os quatro anos, dentro e fora da faculdade, por fazerem parte de mais uma fase.

"A vida é infinitamente mais estranha do que tudo que a mente humana seria capaz de inventar. Não ousaríamos conceber coisas que, na realidade, não passam de lugares-comuns da existência. Se pudéssemos sair voando de mãos dadas por aquela janela, pairar sobre esta grande cidade, remover suavemente os telhados e espreitar as esquisitices que estão acontecendo, as estranhas coincidências, as maquinações, os quiproquós, os maravilhosos encadeamentos de fatos, que atravessem gerações e conduzem aos resultados mais estapafúrdios, toda a ficção, com suas convenções e conclusões previsíveis, pareceria extremamente batida e inútil".

(Arthur Conan Doyle)

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar a cobertura feita por veículos nacionais sobre os protestos ocorridos no Brasil durante o mês de junho de 2013. Para entender os movimentos ocorridos em 2013, é necessário compreender o histórico de protestos ao redor do mundo, desenrolando-se desde 1988, como reflexo das políticas financeiras adotadas por organizações e pela situação política vivida. Os protestos mais recentes são ligados a demandas por mais participação democrática, melhores condições de vida, e punições das instituições financeiras responsáveis pela crise financeira que atingiu países, mais especificamente aqueles localizados nas Américas, Europa e Oriente Médio. A hipótese deste estudo é compreender como os veículos usam as fontes para além de seu posicionamento como empresa e se as regras da objetividade propostas por Meyer tornam possível a construção de um relato factual.

Palavras-chave: cobertura jornalística, regras de objetividade, posicionamento, protestos no Brasil, protestos mundiais, primavera árabe, primaveras;

ABSTRACT

This essay main objective is to present how Brazil's protests were covered by the national media written during the month of June, 2013. To understand what happened in 2013, it's necessary to comprehend previous protests around the world since 1988 in response to financial policies adopted by organizations and the political situation lived by some countries. Recent protests are related to civil demands for more political participation, better life conditions and punishment for financial institutions responsible for the financial crisis - of 2008 - that has fallen upon countries located in the Americas, EU and Middle East. The main hypothesis is to comprehend how media groups resort to sources – besides these groups beliefs and alignments – and if the rules of objectivity proposed by Philip Meyer are related to the process of writing a factual report.

KEYWORDS: journalistic coverage, rules of objectivity, alignment, Brazilian protests, worldwide protests, Arab spring, spring movements;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. UM OLHAR SOBRE O PASSADO	12
1.1 Islândia	21
1.2 Grécia.....	22
1.2 Inglaterra.....	23
1.4 Espanha	25
1.5 <i>Occupy</i>	27
1.6 Turquia.....	31
1.7 Ucrânia	34
1.8 Brasil.....	37
2. OBSERVAÇÃO	40
3. DESCRIÇÃO	45
3.1 Observatório da Imprensa.....	45
3.2 Revista Fórum.....	47
3.3 Outras Palavras	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
ANEXO A – Matéria: ‘O preço da passagem e o protesto que parece não ter fim’	53
ANEXO B – Matéria: ‘O Palácio, seu ocupante e uma certa palavra povo’	56
ANEXO C – Matéria: ‘O povo pede passagem’	59
ANEXO D – Matéria: ‘Partidos sob ataque’	62
ANEXO E – Matéria: ‘A catarse da classe média’	65
ANEXO F – Matéria: ‘São Paulo, cidade violentada’	70
ANEXO G – Matéria: ‘Uma saída para o impasse em São Paulo’	75
ANEXO H – Matéria: ‘O papel de quem se crê consciente’	79
ANEXO I – Matéria: ‘Primavera Brasileira ou golpe de direita?’	82
ANEXO J – Matéria: ‘Legitimidade e oportunismo’	93
ANEXO K - MATÉRIA RETIRADA DO 'OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA'	96
ANEXO L – Matéria: ‘Imprensa internacional tenta entender movimento no Brasil..	100
ANEXO M – Matéria: ‘Na contramão da perplexidade’	102
ANEXO N – Matéria: ‘Mídia e crise de representação, tudo a ver’	106
ANEXO O – Matéria: ‘O êxtase da conexão nas ruas’	109
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, as ruas do Brasil presenciaram manifestações contra o aumento das passagens no transporte coletivo público que ganharam nomes inusitados e inúmeros participantes ao longo dos dois meses seguintes, despertando um novo período de protestos com diferentes escalas nas cidades brasileiras, principalmente organizados pela internet – nas redes sociais -, com participação jovem. O movimento que começaria contra o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus, logo ganharia novas vozes de protesto, em favor de diferentes causas econômicas, sociais e políticas, mas que refletiriam principalmente a insatisfação dos grupos civis mais jovens com a situação do país.

Fora do Brasil, esses protestos já ocorriam desde 1988. Inicialmente, como uma resposta as decisões de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Chamados pelos participantes de “movimentos antiglobalização”, as ruas de diversos países foram tomadas, com exigências de mudanças na atuação das instituições financeiras junto ao governo, além de vozes a favor das causas ecológicas e sociais. Perdendo seu poder de atração após o atentado contra as Torres Gêmeas em setembro de 2001 e a nova guerra contra o Afeganistão, esses movimentos continuaram atuando nas plataformas digitais, sem a atenção midiática que recebiam antes.

As manifestações mais recentes - dessa vez de volta às ruas como reflexo da bola imobiliária de 2008, e da crise econômica e social que se instauraram – trazem como bandeiras o interesse da população em participar ativamente da política, o fim ou diminuição dos financiamentos de instituições na política, além de melhorias nas condições de vida, incluindo questões de interesse jovem como educação e emprego. Esses eventos foram marcados pela violência policial – também presentes nos movimentos antiglobalização - e pela falta de uma resposta adequada de seus governos em assumirem as demandas populares. Atualmente, alguns reflexos dos protestos podem ser observados em países como a Ucrânia, onde os protestos começaram em novembro e ainda se desenrolam, sem uma ação do governo a não ser a repreensão dos manifestantes que exigem o afastamento do atual presidente ou na Espanha, onde o movimento M18 criou um partido político para levar diretamente as exigências do povo ao governo, e torna-las reais.

Os movimentos citados acima influenciaram direta e indiretamente os protestos vistos no Brasil, inclusive contando com o mesmo desenrolar inicial: a repreensão policial, a agressão aos jornalistas envolvidos na cobertura e o silêncio das figuras políticas. Em junho,

mês no qual os protestos se desenrolaram com maior frequência, os eventos foram documentados, em sua maioria, sob a esfera jornalística enfatizando os efeitos no cotidiano e os resultados obtidos tanto na área política quanto social, assim como perfis de pessoas envolvidas nas manifestações.

Entretanto, essa cobertura sofreu com os posicionamentos de grupos jornalísticos na apuração das informações e falta de preparo diante de um evento inesperado e novo no país. A falta de apuração dos acontecimentos afetou as informações que circulavam na grande mídia em um primeiro momento, e as redes sociais passaram a ser o ponto de apoio do movimento para a divulgação de novas informações sobre as diversas manifestações de junho.

A cobertura jornalística, porém, propõe uma visão que expõe ângulos de um mesmo assunto, numa tentativa de produzir um relato mais próximo do factual e do objetivo, apresentando o que se vê como a realidade. Com esse pressuposto, este estudo propõe a análise dos produtos jornalísticos de três veículos (‘Observatório da Imprensa’, ‘Outras Palavras’ e ‘Revista Fórum’) no período de junho, a fim de identificar se as regras da objetividade propostas por Philip Meyer são utilizadas por esses veículos – ainda que minimamente - e sua utilidade final como ferramentas para construção de um produto jornalístico objetivo e próximo a realidade vivida em 2013.

1. UM OLHAR SOBRE O PASSADO

Os protestos que tomaram as ruas dos mais diversos países ao redor do mundo são descritos pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman como uma consequência do processo de globalização durante o que chama de 'modernidade líquida'. Para compreender a modernidade líquida proposta por Bauman, é necessário compreender como o sociólogo distingue a era moderna em dois períodos históricos: a modernidade (identificada como 'modernidade sólida') e a pós-modernidade, a última definida como um conjunto estável de valores e modos de vida cultural e política, com a ascensão do individual e o declínio das instituições tradicionalistas e sólidas, também apontada como uma época de fluidez, volatilidade, incerteza e insegurança. A problemática da modernidade se apresenta na suposição de que a ação política e técnica quando orientadas poderiam eliminar todas as contradições existentes no mundo moderno. A soma dessas questões levou a modernidade líquida (BAUMAN, 1999).

Na modernidade líquida, Bauman identifica a volatilidade do indivíduo e suas conexões, e como o indivíduo ganha importância frente às relações humanas, tornando-se estáveis. Essas mudanças nas conexões que formam a comunidade, associadas a exclusão social e ao medo são elementos que Bauman considera como "os efeitos colaterais" da modernidade líquida marcada pela globalização.

As corporações financeiras e grandes conglomerados passam a desfrutar de uma liberdade para realizar manobras econômicas, fazendo do Estado um mero espectador, dominado e sem poder de reação. Porém, a globalização econômica não é acompanhada da universalização da democracia ou de sua expansão pela ampliação do intercâmbio entre os povos (BAUMAN, 1999).

A promessa do livre comércio e o desenvolvimento econômico como profícuo a diminuição das desigualdades sociais, tem se mostrado uma falácia, o que se apresenta é um aumento cada vez mais elevado da riqueza dos mais ricos e uma diminuição drástica das condições de vida dos mais pobres (BAUMAN, 1999, p. 81).

A premissa da modernidade líquida assume que "nada fica no lugar por muito tempo". A comunicação eletrônica e a transmissão rápida de informação pelas redes permitem que acontecimentos distantes alcancem diferentes destinos em pouco tempo (BAUMAN, 1999). Sob essa concepção, a proposta de documentação deste estudo com conteúdo retirado de veículos jornalísticos - principalmente aqueles localizados em plataformas digitais - que

cobriram os protestos é consequência da ausência de estudos sobre o histórico desses acontecimentos.

Sob essas circunstâncias, com o jornalismo como uma atividade em constante mudança e sendo um fenômeno singular como proposto por Genro Filho (1987), a utilização de produtos jornalísticos para a documentação deste primeiro momento é essencial.

Na linguagem usual e cotidiana, o que se busca apreender e comunicar são os fatos singulares vividos imediata e coletivamente. [...] Mas através do jornalismo, temos a reprodução dos acontecimentos a partir da reconstituição fenomênica e singular, como algo que estivesse sendo imediatamente vivido (GENRO FILHO, 1987).

Para Adelmo Genro Filho (1987), o singular é a matéria prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz. O critério de valor do produto final depende da universalidade do que se deseja expressar. "O singular, portanto, é a forma do jornalismo e, não seu conteúdo" (GENRO FILHO, 1987). A escolha de veículos que fizeram a cobertura das manifestações em diferentes momentos apresenta a necessidade de fontes que presenciaram os instantes dos movimentos e puderam absorver a atmosfera, imprimindo o momento em palavras para divulgação em larga escala, inclusive desenvolvendo uma perspectiva diferente daquela proposta pelos veículos televisivos. Tal narrativa também seria ideal quando os protestos antiglobalização surgiram, entretanto, são muito raros – exceto por sua exposição da cultura de silenciamento por parte do governo e suas forças.

Como resposta a ideologia da globalização vivenciada na pós-modernidade, diversas ideologias surgiram contra ela, prefigurando outros modelos de globalização (BAUMAN, 1999). E foram essas ideologias altero-mundistas ou antiglobalização que vieram a fazer parte as manifestações que influenciaram os acontecimentos de junho e julho de 2013 no Brasil. Manifestações semelhantes vêm ocorrendo desde 2007 em resposta a situação econômica e política dos países, com participantes jovens que buscam emprego, saúde, segurança e uma atuação política que disponha de mais espaço para participação civil, muito além do processo de eleição visto na maioria dos países democráticos que integraram os protestos. Em alguns casos, os participantes das manifestações exigiam um processo político democrático, como visto nos países que fizeram parte do que ficou conhecido como 'primavera árabe'.

Apesar da caracterização dos primeiros movimentos como atos 'antiglobalização', sua crítica era voltada aos ideais de globalização das corporações financeiras que, segundo o movimento, influenciam as decisões dos países, visando seus interesses corporativos e

financeiros, assim, usufruindo de privilégios únicos e disponíveis a outros indivíduos ou empresas menores. Participantes denominaram os protestos de diferentes maneiras, considerando cada qual seu foco como grupo manifestante, passando a ser conhecido também como 'justiça global', globalização alternativa e movimento contra a globalização neoliberal.

A identificação dos movimentos antiglobalização evidenciam a visão de seus participantes que buscavam formas de integração global que incluam uma melhor representação democrática na política e avanços nas áreas de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. A visão do movimento é de que as corporações transnacionais aceleraram o desenvolvimento de irregularidades no poder político desde o fim do século XX e que essas irregularidades, exercidas através de acordos, causaram a desregulamentação do mercado financeiro (MORRIS, 2004, p. 325). O movimento também foi um dos primeiros a incorporar diferentes grupos com interesses distintos - como organizações não governamentais, grupos trabalhistas, o *Direct Action Network*¹, o *People's Global Action*² e black blocs, mas que mantinham vínculos e organizavam encontros de debate e ações diretas frente aos encontros do mercado financeiro mundial, principalmente quando envolviam instituições como o Fundo Monetário Mundial³ (FMI) e o Banco Mundial⁴ (2000 apud MORRIS, 2004, p. 325), além das reuniões políticas entre países como o G8⁵.

As influências dos grupos de antiglobalização vêm de diferentes autores e localidades, alguns considerados 'livros-manifesto' entre os participantes, como a obra 'No Logo: o poder das marcas' da jornalista canadense Naomi Klein, que critica a forma de produção e comercialização das corporações e suas marcas, expondo a forma que são anunciadas dentro

¹ Confederação norte americana de coletivos, grupos e organizações anticorporativas, antiautoritárias e anarquistas formada pelos interessados em participar das ações civis não violentas nos movimentos antiglobalização, mais marcadamente a Batalha de Seattle em 1999. Após Seattle, suas ramificações chegariam a doze cidades nos Estados Unidos e Canadá. Com a dissolução do grupo após os ataques de 11 de setembro de 2001, suas figuras mais proeminentes passaram a integrar diversos grupos e mobilizações contra a guerra.

² Grupo mundial de coordenação de movimentos sociais radicais e ações diretas de resistência ao capitalismo e em favor de justiça ambiental e social. É descrito como um instrumento de coordenação e comunicação, portanto, sem integrantes ou figuras representativas.

³ Sua atuação visa garantir estabilidade financeira, favorecer as relações comerciais internacionais, implantar medidas para geração de emprego e desenvolvimento sustentável e buscar formas de reduzir a pobreza. Cada país tem sua cota de participação, sendo os países desenvolvidos aqueles com a maior cota.

⁴ Foi criado com a finalidade de ajudar os países que foram destruídos na Segunda Guerra Mundial. Aproximadamente 150 países membros participam na composição do capital do banco. O valor de cota e o direito de voto são determinados a partir do nível de participação no mercado mundial, tendo os Estados Unidos direito de veto em todas as decisões. O Banco Mundial fornece financiamentos para empresas privadas e governos, que devem ser destinados, essencialmente, para infraestrutura de transporte, geração de energia, saneamento, além de contribuir em medidas de desenvolvimento econômico e social.

⁵ Grupo fundado em 1975 com participação dos setes países mais industrializados e economicamente desenvolvidos do mundo (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Canadá), e Rússia que se tornou integrante do grupo em 1998. Durante as reuniões são discutidas questões ambientais e econômicas, e questões de interesse mundial, como guerras (e mais recentemente, políticas antiterroristas).

da cultura popular, o contraste das gerações e seu consumo, as condições de trabalho na indústria e as reações e respostas do público às marcas (KLEIN, 2002). No capítulo final de seu livro, Klein debate sobre os diversos movimentos que surgiram durante os anos 90, incluindo a revista *Adbusters*⁶, os movimentos de *culture jamming*⁷ e o *Reclaim the Streets*⁸. Na área ambiental, as questões levadas pela ativista ambiental indiana Vandana Shiva que enfocam causas nas áreas de propriedade intelectual, bioética, ecofeminismo (de alcance global e pensando numa agricultura sustentável e produtiva, sem o uso de lavouras geneticamente modificadas, e com administração feminina, evitando o que Shiva chama de lógica patriarcal exclusiva) e um posicionamento contrário à biotecnologia e engenharia genética⁹. Ignacio Ramonet, outra voz favorável a causa antiglobalização (apontando a globalização e ultra liberalismo como causas que ameaçam a soberania dos países) e editor-chefe da revista mensal *Le Monde Diplomatique*, fundou a ATTAC (Association pour la Taxation des Transactions Financière et l'Aide aux Citoyen), que inicialmente tinha como proposta primária dar suporte a aprovação do tributo Tobin (taxa para movimentações internacionais, proposta pelo prêmio Nobel em economia, James Tobin), mas está envolvida – atualmente – na defesa de bens e serviços públicos, na globalização sustentável, fim dos débitos dos países em desenvolvimentos, o fim da evasão de impostos por bancos e grandes organizações, e por mudanças transformativas como resposta aos resultados dos relatórios sobre as mudanças climáticas¹⁰.

As manifestações dentro da esfera proposta pelo movimento tiveram início com o congresso anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em setembro de 1988. Apesar da recepção positiva dos partidos políticos em Berlim, Alemanha, ativistas vinham organizando os protestos durante dois anos. Contabilizando 80 mil pessoas, com grupos divididos em debates e construção de alternativas para as propostas do encontro das instituições, além de serviços religiosos e memoriais,

⁶ Revista anticapitalista *ads-free*, financiada por leitores e de circulação internacional (40 mil exemplares) com temáticas contra consumismo. Entre seus escritores contribuintes estão Jonathan Barnbrook, David Graeber, Michael Hardt, Matt Taibbi, Slavoj Žižek. É lançada pela *Adbusters Media Foundation* fundada em 1989 e se descreve como uma rede de artistas, ativistas, estudantes, e educadores que desejam avançar com os ideais do movimento social na era da informação.

⁷ Também chamado de guerrilha communication, é uma tática de ruptura e subversão da cultura midiática e suas instituições culturais. Segundo envolvidos, é uma forma de expor os métodos de dominação da sociedade de massa em favor de mudanças, questionando questões políticas da cultura comercial.

⁸ Coletivo voltado ao uso do espaço público como ambiente de convivência, que “invade” espaços públicos (como avenidas e ruas) e organiza comemorações nos espaços, se transformando em um movimento de resistência às forças corporativas.

⁹ Disponível em <http://www.unep.org/women_env/w_details.asp?w_id=107>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

¹⁰ Disponível em <<http://www.monde-diplomatique.fr/1995/01/RAMONET/1144>>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

O foco dos protestos enfatizava que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial não eram bem vindos em Berlim, uma vez que a ordem econômica mundial representada pelas instituições promove a exploração dos países de terceiro mundo. Os manifestantes esperavam que a mobilização pública induzisse as duas instituições a cancelarem o débito dos países de terceiro mundo, o qual era visto como uma medida injusta e exploratória. (GERHARDS, 1992, p. 561, tradução livre).

Entretanto, as agências de segurança alemãs utilizaram-se do mesmo período de dois anos para organizar os planos de segurança do encontro, reunindo policiais de toda a Alemanha Ocidental em Berlim. Segundo o Departamento de Assuntos Internos, a força policial reunida na cidade era a maior desde a Segunda Guerra Mundial. Gerhards (1992, p. 561) afirma que "a polícia confinou jornalistas por horas, causando tumulto e indignação nos civis e repercussão internacional".

Entre 1988 e 1999, os encontros do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional foram marcados por protestos sem as proporções encontradas em Berlim. Com protestos ocorridos na Indonésia e na Nigéria contra corporações e seu vínculo com a internet como alternativa de divulgação intelectual, o movimento antiglobalização encontrou uma ferramenta para atrair multidões (KLEIN, 2002).

Como observou o Financial Times com alguma perplexidade na época, "A arma decisiva dos oponentes é a internet. Operando de todo o mundo através dos websites, eles têm condenado o acordo proposto como uma conspiração secreta para garantir a dominação global por parte das empresas multinacionais, e mobilizando um movimento internacional de resistência popular". O artigo citou então um funcionário da Organização Mundial do Comércio que disse: "As ONGs provaram o gosto do sangue. Elas voltarão, querendo mais". E voltarão mesmo. (KLEIN, 2002, p. 318).

Em 18 de junho de 1999, com divulgação pela internet associada a uma coalizão de grupos ativistas, o *Global Street Party* foi concebido e realizado, coincidindo com o encontro do G8 na Alemanha. O evento contava com a realização de festas e protestos frente a bancos, bolsas de valores, sedes de multinacionais, num ataque ao mundo corporativo, em setenta cidades espalhadas pelo mundo. O distrito financeiro de Londres recebeu dez mil pessoas, com grupos destruindo a fachada de bancos e confrontos diretos com a polícia. No estado americano de Oregon, a cidade de Eugene também participou do *Global Street Party* e foi marcada pela violência popular, com manifestantes atirando pedras em policiais e em resposta, o controle de civis com spray de pimenta. Enquanto os dois protestos tiveram resultados violentos, em Genebra, manifestantes chegaram com sabão, esponjas e vassouras para 'limpar' a fachada dos grandes bancos. Os participantes explicaram aos jornais que "só

queriam ajudar as instituições financeiras com as manchas deixadas pela incapacitante dívida do Terceiro Mundo e do ouro nazista" (KLEIN, 2002, p.318). O dia – dos protestos - conhecido como J18 (por sua data emblemática em 18 de junho), se tornou o predecessor dos protestos e conflitos de Seattle nos Estados Unidos.

A mobilização mais reconhecida ocorreu em Seattle, nos Estados Unidos, em 3 de novembro de 1999 e ficaria conhecida como ‘Batalha de Seattle’. Apesar de não ser a maior em número absoluto de participantes, é considerada como um reflexo do despreparo do departamento de segurança da cidade em controlar as manifestações e atos de vandalismo. A intenção era cancelar as atividades do encontro da Organização Mundial do Comércio¹¹ (OMC) e os debates sobre propostas para o próximo milênio no setor financeiro.

Os problemas em Seattle começaram cedo em uma terça-feira gelada em 30 de novembro ('N30' para os manifestantes) quando milhares encheram as ruas do Centro de Convenções de Seattle em um ato sem violência, fechando as ruas, calçadas e entradas de hotel, tornando impossível a chegada das delegações aos encontros. Os organizadores do protesto expuseram suas intenções, semanas e dias antes em inúmeros sites, encontros públicos e ensaios que a principal intenção era "fechar a OMC". (GILLHAM; MARX; 2000, tradução livre).

Os protestos que tiveram início com cinquenta mil pessoas e lembravam às atividades festivas propostas pelo *Global Street Party*. As celebrações se transformaram com as tentativas de conter os participantes pela força policial que se utilizou de balas de borracha, gás lacrimogênio e spray de pimenta. Os jornais locais que acompanhavam as manifestações observaram que a ação policial só foi vista após atos de vandalismo de estabelecimentos por um pequeno grupo - 100 pessoas - que se tornou o foco das coberturas e uma associação a Batalha de Seattle. Com ampla participação de diferentes grupos de ativistas, era inevitável que os manifestantes exigissem diferentes medidas e mudanças. No segundo dia, a atuação policial passou a atingir todos os participantes, com a prisão de 600 pessoas liberadas dias depois (OLSON)¹².

Os protestos de antiglobalização que ganharam a atenção da mídia pela quantidade de participantes e aos poucos, pela atuação policial que se utilizou de formas de contenção dos manifestantes frente aos encontros econômicos mundiais.

¹¹ A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem como finalidade impor regras e normas para estabelecer um entendimento entre os países e as instituições internacionais que atuam no campo econômico.

¹² OLSON, Geoff. **The Battle of Seattle: Looking 10 years back**. Disponível em <<http://commonground.ca/2009/11/the-battle-of-seattle-looking-back-10-years/>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

O comportamento violento como forma de contenção das manifestações acabaria por se tornar um fator essencial para os protestos que se desenrolam até os dias de hoje. Um dos casos aqui apontados são da Grécia em 2008, quando um adolescente foi morto pela polícia local o que desencadeou a marcha de mais de 70 cidades e foi considerado "um dos piores ocorridos na Grécia desde a restauração da democracia em 1974, o que questiona até onde a democracia existe no país que originou tal sistema político", segundo editorial do jornal *Kathimerini*¹³.

Após os protestos contra instituições e corporações, uma primeira oportunidade de discutir novas alternativas propostas por organizações não governamentais e ativistas surgiu com a primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, Brasil, em 2001. O Fórum foi um evento em resposta ao Fórum Econômico Mundial¹⁴ que acontecia em Davos, Suíça. Com o slogan "outro mundo é possível", o Fórum Social foi organizado como "um espaço aberto - plural, diverso, não governamental e não partidário - que estimula o debate descentralizado, reflexão, criação de propostas, troca de experiência e alianças entre movimentos e organizações engajadas em ações concretas buscando um mundo mais democrático, solidário e justo. Um espaço permanente e pensando em alternativas para o neoliberalismo"¹⁵. Klein (2002, p.320) aponta que para os críticos, o principal problema dos movimentos antiglobalização é a ausência de alternativas políticas e de um foco central que mova as manifestações e foi com o objetivo de discutir essas questões que o Fórum iniciou suas atividades.

Descentralizando-se da América Latina, o Fórum passou a ser um evento anual, realizado em diferentes cidades do mundo e ganhando uma versão europeia em 2002, com o slogan "contra guerra, o racismo e o neoliberalismo"¹⁶. O Fórum Social Europeu teve participação de 60 mil delegações e encerrou suas atividades do ano de 2002, com uma passeata contra a guerra no Oriente Médio com mais de um milhão de participantes. Em discussões mais recentes nos fóruns sociais foi declarado que o objetivo do espaço de debate

¹³ CHRISTOFER, Kat. **Athenian democracy in ruins.** Disponível em <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2008/dec/08/greece>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

¹⁴ Segundo os organizadores, o principal objetivo do Fórum Econômico Mundial (FEM) é "melhorar a situação do mundo", através de ações tomadas e executadas por líderes mundiais, grandes economistas, investidores e empresários. Os membros componentes do FEM preconizam a irreversibilidade da globalização., de forma que é preciso estudar e compreender os seus impactos sobre o mundo. O Fórum de Davos já foi diversas vezes utilizado como plataforma neutra para estabelecimento de relações diplomáticas e realização de pactos e acordos.

¹⁵ **O que é o FSM?** Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1>. Acesso em 10 de dez. 2013.

¹⁶ O neoliberalismo caracteriza-se como uma corrente que absorveu os conceitos sociais do liberalismo clássico, mas que continua a apoiar uma economia protecionista junto com um estado intervencionista e controlar.

que está além do comumente empregado termo "universidade popular", e é considerado um evento para que os participantes e a mídia tomem conhecimentos dos diversos problemas do processo de globalização e seus efeitos¹⁷.

No encontro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em 2013, a reação foi muito diferente da vista em encontros entre instituições financeiras. O próprio encontro passou despercebido pelos jornais e as palavras de protesto foram ainda mais silenciosas. Uma das poucas organizações não governamentais a participar com cartazes e megafones foi a *International Rivers*, organização não governamental da área ambiental, com pouco mais de 40 ativistas presentes. Segundo o grupo, o Banco Mundial teria feito investimentos em energias não renováveis, contrariando propostas anteriores. A participação de um único grupo, entretanto, questiona a validade e existência dos movimentos antiglobalização tantos anos após a Batalha de Seattle. Uma das possíveis explicações, para a ausência de participantes durante os encontros econômicos, foi o atentado de 11 de setembro de 2001. Segundo a organizadora dos protestos de abril de 2000, em Washington D.C., Nadine Bloch, “a ataque terrorista às torres gêmeas em 11 de setembro mudou a maneira como as mobilizações são vistas no país, subvertendo a concepção de que os protestos viriam em favor de mudanças positivas, porém, seu significado foi convertido em favor de uma visão antinacional”.

Muitas ONGs ficaram preocupadas com a visão antiamericana que poderiam transmitir. Além disso, com a economia em declínio (uma consequência direta do terrorismo contra um centro econômico como o World Trade Center e a eminente guerra dos EUA contra o terror), as pessoas passam a pensar mais em problemas locais e em seus próprios empregos, e menos em questões de nível mundial. (DWYER, 2013, tradução livre)¹⁸.

Com as propostas, que aos olhos dos mais jovens não são imediatas como a busca por empregos e problemas locais econômicos, efeitos da crescente bolha econômica de 2008, não é de se espantar que movimentos como o *Occupy Wall Street* e protestos por melhores condições democráticas e de vida tenham surgido em todos os cantos do mundo, inclusive em países considerados no ápice econômico, como Brasil e Turquia. Para o teórico crítico esloveno, Slavoj Zizek, os protestos uniram aqueles que compartilham um sentimento de desconforto e descontentamento com o governo de seus respectivos países e que passam a se unir por demandas particulares (discutido no próximo subcapítulo com maior propriedade).

¹⁷ MANJI, Firoze. **World Social Forum: just another NGO fair?** Disponível em <<http://www.pambazuka.org/en/category/features/39464>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

¹⁸ DWYER, Mimi. **Where Did the Anti-Globalization Movement Go?** Disponível em <<http://www.newrepublic.com/article/115360/wto-protests-why-have-they-gotten-smaller>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

A característica mais estranha e ameaçadora sobre eles é que não estão explodindo apenas nos pontos fracos do sistema, mas também em lugares que eram tidos como histórias de sucesso. Problemas no Inferno parecem compreensíveis - sabemos por que as pessoas estão protestando na Grécia ou na Espanha, mas por que é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suíça e o Brasil? Com uma retrospectiva, podemos agora ver que o "problema no Paraíso" original foi a revolução de Khomeini, no Irã, um país considerado oficialmente próspero, na ida rápida da modernização pró-ocidental, e principal aliado do Ocidente na região. Talvez exista algo de errado com a nossa percepção do Paraíso". (ZIZEK, 2013, p. 102).

A questão da cobertura feita pela mídia também se tornou um problema para os movimentos antiglobalização ou que lutam por mudanças internas de seus países, uma vez que os meios focam suas reportagens na violência dos manifestantes, prisões e na brutalidade das ações policiais, ou em como as propostas das manifestações estão fora dos desejos de uma população em comum. Em consequência, as pautas sobre os interesses dos manifestantes e causas são esquecidas em favor de falas sobre violência e questões específicas sobre seus participantes, geralmente sobre a orientação política das organizações. Para John Giuffo (2001):

a mensagem que os manifestantes tentam transmitir é o desejo de mais controle democrático (e menos controle corporativo) nas leis que afetam o meio ambiente e as condições de trabalho ao redor do mundo. Isso inclui mais controle democrático sobre organizações supranacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Comercial e a Organização Mundial do Comércio, no qual líderes são eleitos sem processos eleitorais, passando por cima de leis e regulamentos em nome do 'desenvolvimento' e do 'livre comércio' (GIUFFO, 2001, tradução livre).

Mesmo veículos independentes, como o *IndyMedia*¹⁹ - criado como uma plataforma para que os manifestantes expusessem suas ideias e por uma cobertura mais focada nos protestos, seus objetivos e interesses -, tem como principal pauta na violência policial contra os participantes. Em um artigo escrito no *The New York Times* pelo jornalista americano Andrew Jacobs, Jacobs apresenta a justificativa de que "a imprensa está tão focada nas questões de segurança e potencial para a violência... que deixa pouco espaço para explicações do porquê as pessoas estão protestando". (GIUFFO, 2001). Com o 11 de setembro, a mídia nos Estados Unidos passou a ignorar as coberturas sobre violência interna e dos processos que tomavam as ruas em pequenas proporções, uma vez que o país estava mais voltado a violência

¹⁹ Independent Media Center. Disponível em <<http://www.indymedia.org/or/index.shtml>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

no mundo e as guerras no Oriente Médio. Assim, os grupos antiglobalização passaram a dividir espaço com pacifistas e grupos pró-Palestina.

Apesar dos escassos relatos sobre manifestações após 2001, as manifestações ocorrendo em pequena escala ao redor do mundo e também na internet. Aelst (2010) sugere que a internet criou a possibilidade de manifestações existirem no modo 'online' através de petições, conferências online e invadindo sites de empresas transnacionais (reconhecido atualmente como hackativismo), passando a agir como coletividade também fora das ruas. A atuação, porém, passou a ser ignorada pela mídia e vista como uma ação sem objetivos explícitos e satisfatórios, uma vez que tais eventos se mantêm dentro de uma pequena esfera de interesse, geralmente dos grupos responsáveis e daqueles interessados nas instituições que são alvo de suas ações na internet.

1.1 Islândia

Os protestos no país que começaram a ganhar atenção midiática em 20 de janeiro de 2009 com a participação popular crescente na capital do país, em consequência das ações tomadas pelo governo do primeiro ministro Geir Haarde (2006-2009) para lidar com a crise financeira que assolava o país, sendo as principais: a nacionalização de bancos e a queda do poder aquisitivo da moeda local, a coroa islandesa²⁰. No mesmo dia, o governo divulgou dados sobre o crescente desemprego (antes próximo de zero), e sobre o encolhimento da economia em 9.6% (2009), sem expectativas de melhoras para o ano de 2010²¹.

Com o início de uma crise chegando as casas na Islândia, os protestos tomaram as ruas do país, com o afastamento do primeiro ministro e a criação do partido 'Movimento Cidadão' com participantes envolvidos nas manifestações vistas no país. Os protestos exigiam o afastamento do gabinete do primeiro ministro Haarde e um novo processo eleitoral, em vista de um governo mais decisivo quanto à crise. Haarde permaneceu pelo período de três meses até que o processo eleitoral fosse preparado e executado²². O afastamento de Haarde foi considerado satisfatório pela população, e seu período de governo julgado em tribunal, sendo

²⁰ Radio Netherlands. **Iceland's capital rocked by protests.** Disponível em <<http://web.archive.org/web/20090123202903/http://www.radionetherlands.nl/news/international/6142952/Iceland-capital-rocked-by-protests>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

²¹ BBC News. **Icelanders held over angry demo.** Disponível em <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/7842172.stm>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

²² CNN Europe. **Icelandic government falls; asked to stay on.** Disponível em <<http://edition.cnn.com/2009/WORLD/europe/01/26/iceland.government/index.html>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

por fim, acusado de negligência junto com outros três ministros islandeses, falha em deter o processo de crise econômica do país.

Após o período eleitoral da Islândia, foi planejado o desenvolvimento de uma nova constituição com a participação de 1500 cidadãos, sendo 300 representantes de companhias do país²³. A nova constituição trouxe medidas que dão mais espaço a participação da população, como a proposta de projetos de lei e a mudança em leis para referendos, além de mudanças na lei eleitoral, no período de permanência na presidência do país e na decisão de acordos financeiros internacionais²⁴.

1.2 Grécia

O primeiro protesto ocorrido na Grécia em 2008 foi uma resposta a morte de um adolescente de 15 anos pela ação policial do país. O assassinato, porém, foi o estopim do desconforto dos cidadãos do país imerso em questões de corrupção na política, desemprego e os efeitos da crise econômica atingindo a população e aumentando as taxas de pobreza²⁵. Apesar do reconhecimento dos problemas do país durante o primeiro protesto, o primeiro ministro Kostas Karamanlis (2004-2009) esclareceu que as investigações sobre as ações que resultaram na morte do adolescente seriam feitas e mostrou descontentamento com as manifestações, classificadas por Karamanlis como uma resposta de radicais extremistas²⁶. A crítica mais constante foi a cobertura midiática que passou por um processo de censura das autoridades gregas. Porém, durante o ápice dos protestos, o comitê nacional de rádio e televisão recomendou que os meios não veiculassem imagens de violência durante a cobertura, desencorajando o comportamento extremista das manifestações. Também foi recomendado que a cobertura não tivesse um tom de ‘julgamento’ por parte dos veículos, entretanto palavras descrevendo manifestantes como vândalos foram comuns nos jornais gregos (POURGOURIS, 2010, p. 234).

²³ The Icelandic Review. **Constitutional Assembly Elects Appointed to Council**. Disponível em <http://www.icelandreview.com/icelandreview/daily_news/Constitutional_Assembly_Elects_Appointed_to_Council_0_374415.news.aspx>. Acesso em 10 de dez. 2013.

²⁴ Stjornlagarad 2011. **The Constitutional Council – General Information**. Disponível em <<http://www.stjornlagarad.is/english/>>. Acesso em 10 de dez. 2013.

²⁵ BECATOROS, Helena. **Greek protesters find stronghold in campus haven**. Disponível em <https://web.archive.org/web/20081218221543/http://hosted.ap.org/dynamic/stories/E/EU_GREECE_RIOTS?SITE=AP&SECTION=HOME&TEMPLATE=DEFAULT&CTIME=2008-12-12-13-23-50>. Acesso em 11 de dez. 2013.

²⁶ GLENDINNING, Lee. **Greek youths riot after police shoot boy**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2008/dec/07/greece>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

Em 2010, sem a resolução dos problemas apontados nos protestos de dois anos antes, os gregos voltaram às ruas contra as medidas de austeridade e o corte em despesas públicas que levaria a diminuição de pensões e aumento das taxas em produtos de consumo. Organizações não governamentais lançaram resultados de pesquisas apontando uma crise humanitária na região metropolitana de Atenas envolvendo imigrantes e refugiados, além de problemas de excesso de autoridade dentro das forças de segurança. O empréstimo do FMI aceito pelo governo grego no começo de 2010 intensificou a crise social que começava a transparecer no país, principalmente entre grupos de jovens desempregados e que, depois, se manifestou a toda a população. (DALAKOGLU, 2012, p. 35-36).

Apesar de esparsas, as manifestações iniciaram-se ao longo de 2010, mas foi em 2011, com apoio e espírito dos protestos dos ‘Indignados’ na Espanha, que um aumento significativo no número de participantes e a publicação das propostas (levantadas nas assembleias gerais organizadas pelo *Real Democracy Now!*) que incluíam: “uma nova constituição escrita pelo povo grego, igualdade entre classes e um novo sistema de taxas”²⁷. Em junho de 2011, diversas categorias pararam suas atividades por 48 horas em apoio aos protestos e suas propostas, incluindo jornalistas²⁸.

Em resposta, o governo grego abriu espaço para a participação popular em uma nova constituição depois do ano de 2013²⁹, e restringiu a ação policial nos protestos, após a acusação da Anistia Internacional do uso excessivo de autoridade para controle das manifestações³⁰.

1.3 Inglaterra

Na Inglaterra, os cortes públicos propostos pelo governo como medidas de austeridade para combater a crise afetariam mais os trabalhadores do que instituições financeiras que deram início a crise. O plano de cortes foi apresentado pelo Parlamento inglês como uma medida necessária para evitar uma crise como as que aconteciam na Grécia, Irlanda e

²⁷ EuroNews. **Outraged Greek youth follow Spanish example.** Disponível em <<http://www.euronews.com/2011/05/25/outraged-greek-youth-follow-spanish-example/>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

²⁸ Radio Free Europe. **Greek Unions Call For Strike As Crisis Talks Continue.** Disponível em <http://www.rferl.org/content/greek_unions_call_for_strike_austerity_talks_continue_int/24475192.html>. Acesso em 11 de dez. 2013.

²⁹ Greek Independent Press. **Greece risks becoming a ‘failed state’ without constitutional and economic reform.** Disponível em <<http://www.enetenglish.gr/?i=news.en.article&id=1528>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

³⁰ Anistia Internacional. **Greece urged not to use excessive force during protests.** Disponível em <<http://www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/greece-urged-not-use-excessive-force-during-protests-2011-06-16>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

Portugal. Entre as medidas estavam o fim de 300 mil cargos públicos e o congelamento de salário de outros cargos públicos³¹.

Outro importante momento que influenciou o surgimento dos protestos na Inglaterra foi o anúncio do banco privado *Barclays* que admitiu ter pagado somente 113 milhões aos cofres públicos ingleses, 1% de seus lucros do período de 2009, enquanto a taxa de impostos para corporações no Reino Unido é de 28%³². A manifestação dos estudantes em 2010 surgiu como resposta ao aumento das mensalidades das universidades públicas e a diminuição dos gastos na área de educação sendo cortados em 40%, exceto para áreas de ciência e matemática, também intensificou a participação nos protestos entre os mais jovens. Segundo a União dos Estudantes Britânicos, o governo tem tomado essas medidas como forma de amenizar os efeitos da crise, mas esquecendo-se das promessas de investimentos na área feitos durante o período eleitoral³³. Sindicatos e movimentos participantes das manifestações apontam que a população tem visto o corte de benefícios sociais, inclusive com a desapropriação de casas públicas - dadas aqueles que necessitam de moradias, mas não tem condição de obtê-las - em áreas que tem se 'tornado nobres' em favor da venda de terrenos públicos para empreendimentos de alto retorno, mas nenhuma medida para o setor financeiro, responsabilizado pela crise.

O governo tem feito cortes que atingem os trabalhadores, enquanto grandes empresas e grupos financeiros estão sendo incentivados com o clichê de que a Grã-Bretanha deve encorajar bancos e empresários a ficar. (MUSTAFA, 2011)³⁴.

A marcha foi organizada pelo sindicato nacional central *Trades Union Congress* (TUC) e promovido pelo grupo *March for the Alternative* (Marcha pela alternativa), e membros diferentes setores públicos, estudantes, professores, pensionistas e grupos ativistas do país se apresentaram as manifestações com cartazes e vozes de ordem. Apesar das estimativas iniciais de 100 mil participantes, as manifestações chegaram a 500 mil pessoas com grupos atuando em diferentes partes de Londres, alguns sem conexão com o TUC. Entre

³¹ Australian Broadcast Company. **Anti-austerity protesters descend on London**. Disponível em <<http://www.abc.net.au/news/2011-03-27/anti-austerity-protesters-descend-on-london/2642010?section=justin>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

³² The Guardian. **Barclays bank forced to admit it paid just £113m in corporation tax in 2009**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/business/2011/feb/18/barclays-bank-113m-corporation-tax?INTCMP=SRCH>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

³³ HARRISON, Angela. **Violence at Tory HQ overshadows student fees protest**. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/education-11726822>>. Acesso em 11 de dez.

³⁴ MUSTAFA, Ayman. **London faces summer of strike chaos over austerity**. Disponível em <<http://gulfnnews.com/business/opinion/london-faces-a-summer-of-strike-chaos-over-austerity-1.829578>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

as medidas propostas pelos sindicatos, a necessidade de manter a economia em crescimento, inclusive sem a perda de postos de trabalho público, e a cobrança de uma multa aos bancos pelos danos causados³⁵.

Apesar dos distúrbios causados e da participação civil em massa nas manifestações, o governo deu continuidade aos planos de cortes com o objetivo eliminar o déficit em quatro anos. O Parlamento reforçou que sem os cortes, o país poderia enfrentar dificuldades nos próximos anos, uma vez que os mercados financeiros passavam por dificuldade dentro e fora da Europa³⁶.

1.4 Espanha

Enquanto isso, na Espanha, as primeiras manifestações começaram com o anúncio de elevadas taxas elevadas de desemprego do país – parte da Zona do Euro - de 21,3% em março de 2011, totalizando quase cinco milhões de espanhóis sem emprego no país. Entre os jovens, os números chegaram a 43,5%, a maior porcentagem em 16 anos e na União Europeia. Em 2010, numa medida para controlar o desemprego, o governo espanhol aprovou uma revisão abrangente das leis trabalhistas, porém, os sindicatos do país não aceitaram a proposta uma vez que as medidas tornariam o sistema de contratação e demissão mais fácil e barato para as empresas, assim também influenciaram as médias salariais, que seriam reduzidas em todo o país. Em resposta, sindicatos marcaram a primeira paralisação em mais de uma década³⁷.

Ao longo de 2011, outras medidas econômicas foram tomadas pelo governo espanhol – sem a consulta da população -, como o aumento da idade para aposentadoria de 65 para 67 anos e alterações no sistema de pensão, ambas as propostas contrariando os interesses civis³⁸. Apesar de fora da área econômica, a aprovação da lei ‘Sinde’ que permite que a justiça feche sites com downloads ilegais de conteúdo sob a lei do *copyright* também atuou como uma causa para intensificar a força dos protestos com campanhas anônimas na internet, reforçando

³⁵ ADAMS, William. **Anti-Cuts “March for the Alternative” Draws 500,000 Protesters in London**. Disponível em <<http://newsfeed.time.com/2011/03/26/anti-cuts-march-for-the-alternative-draws-500000-protestors-in-london/>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

³⁶ The Telegraph. **TUC protests march: as it happened**. Disponível em <<http://www.telegraph.co.uk/news/politics/8407260/TUC-protest-march-as-it-happened.html>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

³⁷ OLIVER, Juan. **El desempleo juvenil alcanza em España su mayor tasa em 16 años**. Disponível em <http://www.lavozdeg Galicia.es/dinero/2011/04/02/003_201104G2P26991.htm>. Acesso em 11 de dez. 2013.

³⁸ CLENDENNING, Alan. **Spain retirement age going to 67 in austerity push**. Disponível em <<http://www.deseretnews.com/article/700104907/Spain-retirement-age-going-to-67-in-austerity-psuh.html>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

a proposta de não votar nos partidos que aprovaram a nova lei antipirataria³⁹. Além dos pontos de colapso citados, a obra *‘Indignez-vous’* do diplomata francês Stéphane Hessel influenciou os participantes a buscarem pontos de indignação comuns a sociedade civil e não permanecerem indiferentes aos mesmos, mas integrando demonstrações não violentas contra o capitalismo financeiro (HESSEL, 2011).

Em janeiro de 2011, com a criação da plataforma digital *Real Democracia YA* em redes sociais e fóruns, o movimento chamava as ruas no dia 15 de maio (o que os tornaria conhecidos como 15-M), os ‘indignados’ (autodenominação baseada na obra de Hessel) com as condições de emprego no país a se juntarem as manifestações de suas cidades⁴⁰. Com apoio de mais de 500 associações, o movimento rejeitou a colaboração de sindicatos e partidos políticos, defendendo os ideais de independência das instituições com políticas ideológicas⁴¹.

As manifestações de 15 de maio foram marcadas por demandas de democracia, novas leis eleitorais e o fim da corrupção no governo, além da manutenção de direitos básicos como saúde e educação. Grupos se reuniram na praça *Puerta del Sol* e em assembleia, decidiram acampar no local até as eleições previstas para o dia 22 de maio. O mesmo foi observado em outras localidades da Espanha, com praças se tornando o centro das atividades de protesto para o início de demonstrações. Os protestos foram considerados ilegais em consequência de sua proximidade com o período eleitoral e segundo o presidente do comitê eleitoral regional, a presença civil poderia influenciar os resultados eleitorais previstos para dali sete dias⁴². As eleições tiveram números de votos brancos (de 0,61% para 2,45%) e nulos (1,17% para 1,69%) maiores do que o processo eleitoral de 2008. A abstenção foi de 33,77%, com vitória do partido popular espanhol⁴³.

Colunas de manifestantes de diferentes cidades da Espanha caminharam para Madri, inicialmente em junho de 2011, passando pelas cidades do interior do país e recolhendo as principais demandas econômicas, políticas e sociais. As oito colunas chegaram à cidade um mês depois, em julho, com as propostas transformadas num documento oficial que seria

³⁹ Spain Review. **Congress has given the definitive approval to the Law Sinde**. Disponível em <<http://web.archive.org/web/20110527022336/http://www.spainreview.net/index.php/2011/02/16/congress-has-given-the-definitive-approval-to-the-law-sinde>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴⁰ REQUENA, Ana. **El día que lo cambió todo**. Disponível em <<http://www.publico.es/espana/377703/el-dia-que-lo-cambio-todo-elecciones2011>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴¹ El País. **Indignados em la calle**. Disponível em <http://politica.elpais.com/politica/2011/05/17/opinion/1305625181_425614.html>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴² RAINSFORD, Sarah. **Youths defiant at ‘Spanish Revolution’ camp in Madrid**. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-13466977>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴³ BLANCO, Patricia. **Aumentan el voto em blanco y nulo em más de um punto**. Disponível em <http://politica.elpais.com/politica/2011/05/23/actualidad/1306104164_099870.html>. Acesso em 11 de dez. 2013.

entregue ao Congresso dos Deputados, numa exigência as mudanças propostas pelo movimento 15M⁴⁴.

O prêmio Nobel de economia, Joseph Stiglitz, que participou as assembleias econômicas demonstrando seu interesse e apoio ao movimento dos Indignados, durante seu discurso, apontou os problemas dos Estados Unidos e da Europa, ressaltando que o momento era uma oportunidade para mudanças econômicas voltadas a população e menos as negociações entre o governo e corporações, reforçando que as medidas tomadas pelos governos não eram suficientes para combater o quadro de crise⁴⁵.

A cobertura jornalística internacional foi favorável aos protestos espanhóis, relatando a proibição das passeatas do movimento durante o período eleitoral e sua eventual ilegalidade definida pelo governo espanhol através de uma lei. Jornais europeus apontaram a raridade de demonstrações com proporções superior a dez mil pessoas na Espanha⁴⁶ e a importância da participação jovem e das redes sociais em seu desenvolvimento como grupo de protesto, além da organização dos grupos em disseminar mensagens e informação pelas plataformas disponíveis⁴⁷. Segundo estatísticas da RTVE, companhia pública de transmissão televisiva espanhola, entre seis e oito milhões de espanhóis participaram as manifestações em algum momento entre 2010 e 2011⁴⁸. Para muitos jornalistas, os acampamentos montados pelo 15-M, na Espanha, foram o início do que seria reconhecido como o movimento *Occupy* pelo mundo, apesar de sua existência só se confirmar em Nova Iorque durante o mês de setembro de 2011⁴⁹.

1.5 *Occupy*

⁴⁴ El Mundo. **Indignados de Valencia parten em uma marcha a pie hasta Madrid que durará 34 días**. Disponível em <<http://www.elmundo.es/elmundo/2011/06/20/valencia/1308550757.html>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴⁵ Vídeo: Joseph Stiglitz apoya el movimiento 15-M (discurso). Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=z2iKj-1v2Cc>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴⁶ Jornal de Notícias. **Manifestação proibida no centro de Madrid**. Disponível em <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1855373>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴⁷ MACKEY, Robert. **Protesters Rally in Madrid Despite Ban**. Disponível em <http://thelede.blogs.nytimes.com/2011/05/18/protesters-rally-in-madrid-despite-ban/?smid=tw-thelede&seid=auto&_r=0>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴⁸ RTVE. **Más de seis millones de españoles han participado em el Movimiento 15M**. Disponível em <<http://www.rtve.es/noticias/20110806/mas-seis-millones-espanoles-han-participado-movimiento-15m/452598.shtml>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁴⁹ WALKER, Peter. **Jesse Jackson cheers on occupy London protesters**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2011/dec/15/jesse-jackson-occupy-london-protesters?newsfeed=true>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

Outras manifestações podem ser identificadas sob a bandeira de reconhecimento do movimento *Occupy* (também nomeado de 99%, em referência ao brando ‘*We are the 99%*’, ou seja, o restante do mundo que divide o 1% de toda a renda), sendo definido como um movimento mundial contra a desigualdade econômica e social⁵⁰. Manifestações em países que se vinculam a bandeira *Occupy* incluem África do Sul, Alemanha, Argentina, Armênia, Austrália, Áustria, Barém, Bélgica, Bolívia, Bósnia Brasil, Canadá, Chile, China, Chipre, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Egito, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Equador França, Filipinas, Finlândia, Guatemala, Grécia, Holanda, Honduras, Hungria, Índia, Indonésia, Islândia, Israel, Irlanda, Itália, Japão, Kosovo, Macedônia, Malásia, México, Mongólia, Montenegro, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paquistão, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, Republica Dominicana, República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Suíça, Taiwan, Tunísia, Turquia e Uruguai⁵¹.

Com início de suas atividades em setembro de 2011, o *Occupy* foi influenciado principalmente pelos protestos espanhóis dos ‘Indignados’ (alguns chegam a apontar o 15M como o início do movimento Occupy, porém, a informação não é confirmada pelas vozes do movimento espanhol) e pela Primavera Árabe⁵². Em julho, o grupo canadense anti-consumismo *Adbusters Media Foundation*, propôs a ocupação pacífica de Wall Street, centro econômico dos Estados Unidos, como resposta aos excessos da influência financeira na democracia, diferenças de renda e ausência de atitudes legais contra os responsáveis pela crise financeira⁵³. Apesar de uma participação mais restrita, o principal disseminador da propaganda pró-*Occupy* na internet foi o grupo hacker e ativista *Anonymous* com vídeos enigmáticos e, como bem diz o nome, anônimos, convocando os internautas as ruas em favor da democracia⁵⁴.

Os eventos foram coordenados pelas redes sociais e tecnologias de comunicação online, como Skype para comunicação entre cidades e países que integram o movimento.

⁵⁰ The 99% Declaration. Disponível em <http://the99declaration.org/html/latest_draft.html>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁵¹ ROGERS, Simon. **Occupy protests around the world: full list visualized**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/news/datablog/2011/oct/17/occupy-protests-world-list-map?newsfeed=true>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁵² BIEDERMANN, Ferry. **From Europe to the US, protesters are inspired by Arab Spring**. Disponível em <<http://www.thenational.ae/news/world/europe/from-europe-to-the-us-protesters-are-inspired-by-arab-spring>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁵³ FLEMING, Andrew. **Adbusters sparks Wall Street protest**. Disponível em <<http://www.vancourier.com/news/adbusters-sparks-wall-street-protest-1.374299>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁵⁴ Adbusters. **Anonymous Joins #OCCUPYWALLSTREET**. Disponível em <<https://www.adbusters.org/blogs/adbusters-blog/anonymous-joins-occupywallstreet.html>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

(CONOVER et al, 2013). A plataforma *IndyMedia* também teve participação como um dos principais sites a cobrir independentemente as manifestações. Produtos multimídia foram produzidos e distribuídos pelo *Occupy* como forma atrair a atenção da mídia e unir os ativistas participantes na produção de conteúdo. A participação também foi organizada sob os ideais de uma democracia participativa, com as decisões do grupo *Occupy* local sendo feitas durante assembleias gerais e dando espaço a grupos compostos por minorias a palavra inicial. A divisão de tarefas dentro dos ‘acampamentos’ do movimento também seguiu propostas semelhantes com coordenação de blocos para a cobertura das manifestações, a organização dos alimentos e bebidas do parque e a chegada de novos participantes⁵⁵.

Apesar da quantidade de participantes e da ausência de ações violentas no começo de suas manifestações, a vertente do *Occupy Wall Street* foi duramente criticada pela mídia (e por participantes) pela ausência de objetivos bem definidos. Entretanto, para a editora chefe e co-fundadora do *Adbusters*, Kalle Lasn, foi a ausência de líderes (além de vozes representativas) e objetivos que trouxe os participantes a se unirem e discutirem os problemas do país em crise, trazendo seus próprios objetivos para o movimento.

Em algumas semanas, algumas demandas se tornarão mais claras com as assembleias que acontecem pela manhã. Nós, como grupo, queremos a cobrança de uma taxa Robin Hood (como a tarifa Tobin para transações financeiras e conversão de moedas); [...]; e nos Estados Unidos, reinstaurar a lei Glass-Steagall⁵⁶ (LASN, 2011)⁵⁷.

Dos encontros surgiram os principais objetivos ligados a crise financeira e a *Wall Street*, como o retorno da regulamentação aos bancos, julgamento dos banqueiros responsáveis pela quebra de 2008 e a criação de um comitê para indiciar políticos corruptos⁵⁸.

Com o início dos protestos em 17 de setembro de 2011, o movimento contou com a participação de mais de 15 mil pessoas somente em Wall Street com a participação de sindicatos que atravessaram o setor financeiro, exigindo mudanças e melhorias nas condições

⁵⁵ Take the Square. **October 15th: Dreaming of a “new global citizen power”**. Disponível em <<http://takethesquare.net/2011/10/13/october-15th-dreaming-of-a%E2%80%9Cnew-global-citizen-power%E2%80%9D/>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁵⁶ Lei de reforma do sistema bancário que obriga a separação total entre bancos comerciais e bancos de investimento. Foi introduzida nos Estados Unidos em 1933, como resposta ao período da Grande Depressão de 1929. Entretanto, a lei reguladora foi anulada em 1999, durante o governo de Clinton, abrindo espaço para a ação livre dos bancos no mercado especulativo.

⁵⁷ PIVEN, Ben. **Occupy Wall Street: All day, all week**. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/10/201111078196449621.html>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁵⁸ SCHWARTZ, Mattathias. **Pre-occupied**. Disponível em <http://www.newyorker.com/reporting/2011/11/28/111128fa_schwartz/?currentPage=all>. Acesso em 11 de dez. 2013.

sociais prejudicadas pela crise⁵⁹. Pequenos protestos também ocorreram em mais de 370 cidades dos Estados Unidos. Campi universitários pelo país também integraram o *Occupy*, inclusive com a participação do corpo docente das instituições de educação nos protestos⁶⁰.

A ação policial prendeu participantes que não respeitassem as palavras de ordem durante as manifestações, além de controlar a insurgência de violência durante os períodos com o maior número de manifestantes⁶¹. Nos meses seguintes, a mídia reportou o aumento da violência dos manifestantes contra a polícia e dentro do acampamento do *Occupy* em Zuccotti Park, próximo a Wall Street, com ocorrência de furtos e assédio sexual. Em dezembro de 2011, a polícia deu início ao processo de desocupar o Zuccotti Park com liminar judicial, desmontando tendas, recolhendo materiais como livros e computadores e expulsando manifestantes⁶².

Apesar da perda da força como um movimento físico nas ruas americanas, o nome *Occupy* passou a ser uma bandeira para ações menores espalhadas pelos Estados Unidos. *Occupy University* abriu o acesso de material educacional gratuitamente e com acesso facilitado aos interessados. *Occupy Sandy* organizou centros de ajuda aos desabrigados do furacão Sandy, ajudando na coleta de alimentos e produtos de necessidade imediata, e na construção de novas moradias⁶³. O *Occupy Money Cooperative* que desenvolveu um cartão com o qual os interessados podem realizar transações bancárias sem depender das grandes instituições financeiras⁶⁴.

O impacto da vertente americana do movimento *Occupy* alterou a opinião de muitos cidadãos sobre assuntos como desemprego, débito estudantil e questões de desigualdade social, como a falta de moradia. A discussão ganhou valor nacional e o termo desigualdade de renda se tornou assunto em jornais, televisão e na internet, saindo de 409 matérias em

⁵⁹ MOYNIHAN, Colin. **80 arrested as Financial District protests moves north**. Disponível em <<http://cityroom.blogs.nytimes.com/2011/09/24/80-arrested-as-financial-district-protests-moves-north>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶⁰ HARRIS, E.; WOLLAN, M. **Occupy Wall Street protesters Shifting to College Campuses**. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/11/14/us/occupy-wall-street-protests-shifting-to-college-campuses.html?pagewanted=all>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶¹ FOX News. **700 Arrested After Wall Street Protest on Brooklyn Bridge**. Disponível em <<http://www.foxnews.com/us/2011/10/01/500-arrested-after-wall-street-protest-on-nys-brooklyn-bridge/?test-latestnews>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶² HAMPSON, Rick. **'Occupy' movement faces challenge from violent fringe**. Disponível em <<http://usatoday30.usatoday.com/news/nation/story/2011-11-13/occupy-movement-violent-fringe/51188258>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶³ EARLE, Ethan. **Occupy's Legacy: A massive burbling of possibilities**. Disponível em <<https://indypendent.org/2013/09/27/occupy%E2%80%99s-legacy-massive-burbling-possibilities>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶⁴ QUART, Alissa. **Occupy Bank Cards!** Disponível em <<http://www.thenation.com/article/175718/occupy-bank-cards#>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

setembro de 2011, para 1269 em outubro de 2011, quando o *Occupy Wall Street* ganhou as ruas⁶⁵. Na política, o congressista Ted Deutch introduziu um projeto de emenda para banir a entrada de valores monetários de corporações no processo eleitoral⁶⁶. Analistas acreditam que o movimento abriu espaço político para que o presidente Barack Obama falasse enfaticamente sobre a mudança nas taxas de impostos para as classes mais altas⁶⁷.

1.6 Turquia

Desde 2002, o país é governado pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento liderado por Recep Tayyip Erdoğan. Sob seu governo, a Turquia se recuperou da crise econômica e recessão enfrentada em 2001, principalmente pelo crescimento da área de construção civil.

Nesse período, questões como os direitos humanos, mais notavelmente os direitos de expressão e informação, têm sido restringidos, mesmo com as medidas tomadas para a entrada do país na União Europeia⁶⁸. A mudança na educação primária e secundária com o ensino do Islamismo nas escolas, questões ambientais de construção de usinas nucleares e de carvão, a posição do governo na guerra contra a Síria e mais recentemente, as mudanças propostas pelo governo de Erdogan na reestruturação da constituição do país – a versão atual é de 1982, escrita por militares – aproximando-a de um regime autoritário deram aos turcos as bases dos protestos que se iniciaram em *Taksim Gezi* em 27 de maio de 2013⁶⁹. Para o teórico crítico esloveno Zizek, o modelo turco de economia liberal com Islamismo moderado apresentava sinais de prosperidade, entretanto, medidas do governo não apresentavam um lado democrático.

Ocorreram alguns sinais ameaçadores (a insistente negação do holocausto armênio, a prisão e acusação de centenas de jornalistas, a situação não resolvida dos curdos, as exigências de uma grande Turquia que iria ressuscitar a tradição do império Osman, a imposição ocasional da legislação religiosa), mas que acabaram todos sendo

⁶⁵ HEUVEL, Katrina. **The Occupy Effect**. Disponível em <<http://www.thenation.com/blog/165883/occupy-effect>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶⁶ JILANI, Zaid. **Rep. Deutch Introduces OCCUPIED Constitutional Amendment to Ban Corporate Money in Politics**. Disponível em <<http://thinkprogress.org/special/2011/11/18/372361/rep-deutch-introduces-occupied-constitutional-amendment-to-ban-corporate-money-in-politics>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶⁷ GAROFOLI, Joe. **Obama's speech echoes Occupy movement themes**. Disponível em <<http://www.sfgte.com/politics/joegarofoli/article/Obama-s-speech-echoes-Occupy-movement-themes-2715617.php>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶⁸ COOK, S.; KOPLOW, M. **How democratic is Turkey?** Disponível em <http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/06/02/how_democratic_is_turkey>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁶⁹ OZERKAN, Fulya. **Turkish protesters have a long list of complaints**. Disponível em <<http://www.dailystar.com.lb/News/Middle-East/2013/Jun-03/219234-turkish-protesters-have-long-list-of-complaints.ashx#axzz2V6LFt1xq>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

considerados como pequenas manchas que não deveriam ter sido autorizadas a borrar a imagem internacional de um país em que, aparentemente, a última coisa que se poderia esperar são protestos – eles simplesmente não deveriam ter acontecido. (ZIZEK, 2013)⁷⁰.

A causa que deu início aos protestos no parque *Taksim Gezi* foi o plano original do governo de remover a área verde, uma das poucas remanescentes no centro da área europeia de Istambul, e a reconstrução do quartel militar de *Taksim* que fora demolido em 1940. O projeto foi rejeitado pelo comitê de preservação cultural, porém, foi aprovado pelo comitê composto por membros do governo. O projeto envolvia a construção de um shopping em um dos andares do quartel e flats de luxo. A alternativa foi revogada com o início dos protestos e a iniciativa da criação de um museu foi considerada. Ativistas montaram um acampamento no parque, entretanto, foram removidos pela polícia turca⁷¹.

Os participantes acampados em *Taksim Gezi* divulgaram as ações policiais em redes sociais, convocando mais civis a resistirem contra a força policial. Outras metrópoles do país se uniram aos protestos, com faixas ‘*Taksim* está em todo lugar’, e também foram confrontadas pela força policial munida de gás lacrimogênio, balas de borracha e canhões de água⁷². Nos primeiros momentos da manifestação, o primeiro ministro Recep Tayyip Erdoğan descreveu os protestos como grupos de saqueadores, criticando as mídias sociais por exagerar nos relatos dos acontecimentos de *Taksim*⁷³.

No começo de junho, diversos estabelecimentos nas três principais cidades participantes das manifestações (Ankara, Istambul e Izmir) foram transformados em enfermarias provisórias para cuidar daqueles feridos no protesto e em busca de um abrigo contra a ação policial⁷⁴. A polícia realizou a prisão de ativistas que relatavam em tempo real os acontecimentos em *Taksim Gezi*, convocando mais participantes, acusando-os de crimes virtuais⁷⁵. Esses acontecimentos e a fala do Primeiro Ministro Erdoğan – que vinculou os protestos a extremistas, classificando-os como antidemocráticos - influenciaram diretamente o

⁷⁰ ZIZEK, Slavoj. **Problemas no paraíso**. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/05/problemas-no-paraiso-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-as-manifestacoes-que-tomaram-as-ruas-do-brasil>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁷¹ ARANGO, Tim; YEGINSU, Ceylan. **Peaceful protest over Istanbul Park turn violent as police crack down**. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2013/06/01/world/europe/police-attack-protesters-in-istanbul-taksim-square.html>>. Acesso em 11 de dez. 2013.

⁷² Hurriyet Daily News. **Solidarity protests with Gezi Park held across Turkey**. Disponível em <<http://www.hurriyeddailynews.com/solidarity-protests-with-gezi-park-held-across-turkey.aspx?pagelD=238&nID=48010&NewsCatID=341>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁷³ AL Jazeera. **Erdogan blames ‘extremists’ for Turkey riots**. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/news/europe/2013/06/2013637214597177.html>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁷⁴ BBC. **Turkey clashes: chaos and camaraderie in Istanbul**. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-22754348>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁷⁵ HARDING, L.; LETSCH, C. **Turkish police arrest 25 people for using social media to call for protest**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2013/jun/05/turkish-police-arrests-social-media-protest>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

mercado de ações turco que caiu 5% e seguiu afetado pelos protestos, chegando a queda de 10,47% em investimentos⁷⁶.

Com a continuidade dos protestos, o governo emitiu uma ordem para que todos os civis deixassem as ruas e voltassem as suas casas, uma vez que as demonstrações não seriam mais toleradas. Durante a mesma noite, a polícia iniciou as atividades de retirada dos manifestantes do parque *Taksim Gezi*, causando conflitos. A desocupação dias depois levou a emissão de outro aviso, dessa vez, alertando os civis que a entrada no parque era proibida e ‘invasores’ seriam considerados terroristas e presos⁷⁷. Em três de julho, os planos de construção em *Taksim* foram oficialmente cancelados por ordem judicial, entretanto, o governo não se posicionou em negociar as demais demandas dos protestos⁷⁸.

Como reconhecimento do uso excessivo da força policial, o governo turco recebeu relatórios da Anistia Internacional⁷⁹, da União Europeia e do comitê de direitos humanos da União Europeia enfatizando os problemas durante os conflitos para conter os manifestantes e reprovando a falta de diálogo do governo durante os acontecimentos de maio a julho. Na questão dos direitos humanos, a comitê questionou a impunidade dos oficiais da lei, uma vez que os protestos terminaram com a contagem de onze mortos, todas causadas pela polícia turca. O relatório ainda condenou a falta de cobertura das manifestações, citando caso de jornalistas e colunistas demitidos por criticarem o governo, como reflexo direto da inexistência de liberdade de imprensa no país⁸⁰.

A desinformação foi frequente durante os protestos. Jornais a favor do governo utilizaram informações falsas, como a entrevista com a âncora confessando que a cobertura internacional da CNN tinha como objetivo desestabilizar a economia turca. Noam Chomsky também teve sua entrevista alterada após a publicação no jornal turco *Yeni Safak*, que tentou refutar as alegações lançando a entrevista na íntegra em inglês, entretanto, após diversos erros

⁷⁶ BBC. **Turkish stock Market falls 10,5% as demonstrations escalate.** Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/business-22750491>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁷⁷ Hurriyet Daily News. **Police to consider protesters in Istanbul's Taksim Square terror organization members.** Disponível em <<http://www.hurriyetdailynews.com/everyone-who-enters-the-taksim-square-to-be-treated-as-terrorist-turkish-eu-minister.aspx?pageID=238&mID=4887&NewsCatID=338#.Ubk2qaX901.twitter>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁷⁸ YACKLEY, Ayla. **Turkish court blocks disputed park project.** Disponível em <<http://www.reuters.com/article/2013/07/03/us-turkey-court-taksim-idUSBRE9620T220130703>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁷⁹ International Amnesty. **Turkey: Disgraceful use of excessive police force in Istanbul.** Disponível em <<http://www.amnesty.org/en/news/turkey-disgraceful-use-excessive-police-force-istanbul-2013-06-01>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁸⁰ Hurriyet Daily News. **Gezi puts its mark on EU Progress Report.** Disponível em <<http://www.hurriyetdailynews.com/gezi-puts-its-mark-on-eu-progress-report.aspx?pageID=238&nID=56306&NewsCatID=338>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

gramaticais, o jornal admitiu ter fabricado partes da entrevista⁸¹. De acordo com o Sindicato dos Jornalistas Turcos, pelo menos 22 jornalistas foram demitidos e outros 37 obrigados a deixar seus empregos por cobrirem as manifestações em *Taksim Gezi*⁸². A revista turca *NTV Tarih* foi fechada após tentativas do corpo jornalístico de publicar uma edição especial sobre os protestos. A edição foi publicada na internet e vendida como livro pelos próprios jornalistas. A organização Repórteres sem Fronteiras apresentou o nome de diversos jornalistas e fotógrafos nacionais e internacionais que foram agredidos durante as manifestações e tiveram material apreendido⁸³.

Informações sobre o movimento se tornaram disponíveis pelas redes sociais sob a *hashtag* #OccupyGezi e #DirenGeziParki. Em doze horas, mais de dois milhões de tweets foram feitos, sendo 90% com geolocalizadores da Turquia⁸⁴. Apesar do corte de sinal nas regiões de protesto, o comércio local abriu acesso as redes de WiFi, dando continuidade à cobertura alternativa.

1.7 Ucrânia

Um dos países que mais recentemente passou por uma onda de protestos é a Ucrânia. Iniciados em 21 de novembro de 2013, e com ampla participação popular – entre 600 e 800 mil pessoas – os ucranianos exigem uma maior aproximação e integração com a Europa⁸⁵.

Em março de 2013, a Ucrânia iniciou as negociações com a União Europeia em um acordo de associação com o bloco. O acordo só seria ratificado com a adoção de leis, aproximando a Ucrânia dos padrões previstos pelo bloco europeu, e resolvendo problemas como o sistema jurídico do país e a atuação democrática⁸⁶. Entretanto, em agosto, com a mudança da política russa de importações vindas da Ucrânia, o setor de exportações sofreu

⁸¹ Hurriyet Daily News. **Turkish daily admits to making up parts of Chomsky interview, releases alleged text.** Disponível em <<http://www.hurriyetdailynews.com/turkish-daily-admits-to-making-up-parts-of-chomsky-interview-releases-alleged-text-.aspx?PageID=238&nID=53617&NewsCatID=341>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁸² The independent. **Turkish journalists fired over coverage of Gezi Park protests.** Disponível em <<http://www.independent.co.uk/news/world/europe/turkish-journalists-fired-over-coverage-of-gezi-park-protests-8727133.html>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁸³ Reporters without borders. **Mounting police violence against journalists covering ‘Occupy Gezi’.** Disponível em <<http://en.rsf.org/turquie-mounting-police-violence-against-17-06-2013,44808.html>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁸⁴ BARBERA, Pablo. **A breakout role for Twitter in the Taksim Square protests?** Disponível em <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/06/201361212350593971.html>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

⁸⁵ BALMFORTH, Richard. **Kiev protesters gather, EU dangles aid promise.** Disponível em <<http://www.reuters.com/article/2013/12/12/us-ukraine-idUSBRE9BA04420131212>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁸⁶ Kyiv Post. **EU leaders: Ratification of Association Agreement and DCFTA depends on settlement of Tymoshenko-Lutsenko issue.** Disponível em <<http://www.kyivpost.com/content/politics/eu-leaders-ratification-of-association-agreement-a-310272.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

perdas de 1.4 bilhões, afetando o setor industrial diretamente com quedas de 5%, se comparadas ao ano anterior⁸⁷. Em consequência, as negociações com a União Europeia foram interrompidas pela Ucrânia que justificou as interrupções com os números econômicos e a relação econômica com os países integrantes da Comunidade dos Estados Independentes. O Fundo Monetário Internacional (FMI), tentando manter as negociações em progresso, ofereceu um empréstimo ao país, condicionando a Ucrânia a fazer grandes cortes no orçamento e ajustar os valores do gás natural, sem influenciar o sistema de assistência social oferecido aos ucranianos⁸⁸.

A organização do protesto iniciou-se na *Maidan Nezalezhnosti*, um ponto central de Kiev, também conhecida como Praça da Independência. Após a decisão do governo ucraniano de suspender as negociações do acordo de associação, o líder de oposição, Arseniy Yatsenyuk, convocou o público a se reunir em protesto em *Maidan Nezalezhnosti*, intitulando o protesto como #Euromaidan. O blog do jornalista ucraniano Yuri Andreev do Korrespondent.net, jornal online com ampla participação civil e enfoque político, escreveu sobre o protesto, chamando o público a se unir aos presentes durante a noite do mesmo dia. Apesar da pequena participação na noite do dia 21 com um grupo formado por duas mil pessoas, os dias posteriores receberam integrantes de partidos de oposição e com posicionamento pró-União Europeia⁸⁹. Em uma tentativa de conter a ação estudantil, administradores proibiram a participação nos protestos em Maidan, além de censura em redes sociais e símbolos do movimento com ameaças de expulsão caso as medidas não sejam cumpridas⁹⁰.

A ação policial também se tornou assunto recorrente entre os manifestantes. No começo de dezembro, policiais tentando conter as manifestações feriram 35 pessoas, inclusive um cinegrafista e fotógrafo da *Reuters*. O ministro de assuntos internos, Vitaliy Zakharchenko se desculpou e disse que investigaria os incidentes policiais, entretanto, em depoimento televisivo, afirmou que “se os distúrbios continuassem, a ação da polícia seria severa”⁹¹. O

⁸⁷ Reuters. Disponível em <<http://www.reuters.com/article/2013/08/15/russia-ukraine-customs-idUSL6NOGG17S20130815>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁸⁸ HERSZENHORN, David. **Ukraine Blames I.M.F. for Halt to Agreements With Europe**. Disponível em <http://www.nytimes.com/2013/11/23/world/europe/ukraine-blames-imf-for-collapse-of-agreement-with-european-union.html?_r=0>. Acesso em 02 de jan. 2014

⁸⁹ BBC News. **Ukrainians rally over government's snub to EU**. <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-25050202>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹⁰ Euro News. **Protests continue in Kyiv ahead of Vilnius EU summit**. Disponível em <<http://www.euronews.com/2013/11/27/protests-continue-in-kyiv-ahead-of-vilnius-eu-summit/>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹¹ CAPELOUTO, Susanna. **Pro-ELT protesters in Kiev call for government's ouster**. Disponível em <<http://edition.cnn.com/2013/12/01/us/ukraine-eu-protest-sunday/>>. Acesso em 02 de jan. 2013.

Telekrytyka, grupo que monitora e analisa o conteúdo jornalístico ucraniano, fez uma compilação com o nome de 40 jornalistas e fotógrafos – entre eles, profissionais do *New York Times*, *Pravda*, e da agência *France-Presse* - que sofreram agressão policial, mesmo após se identificarem como jornalistas⁹².

A censura jornalística também ocorreu em mais de um momento durante as manifestações, inclusive com o pedido do Secretário de segurança nacional, Andriy Klyuyev, de limitar a cobertura midiática do *Euromaidan* e atrair menos participantes. Somente canais estatais seguiram a medida, com coberturas a favor do governo e falas oficiais⁹³. Ainda em dezembro, um grupo de indivíduos não identificados trajando roupas das forças especiais ucranianas confiscaram computadores e documentos de três grupos jornalísticos: o jornal *Vechirni Visti*, o grupo televisivo INTV e do site website Cenzor.net. A ação gerou receio em outros meios de comunicação do país em atualizar diariamente os acontecimentos relacionados ao *Euromaidan*⁹⁴. A cobertura midiática na Rússia, país vizinho, transformou os protestos durante a apresentação de suas reportagens em televisão, mostrando imagens de destruição e reportando a participação de *hooligans* e grupos anarquistas numa tentativa de derrubar o presidente Viktor Yanukovich⁹⁵.

O *Euromaidan* tem sido comparado na mídia ucraniana a Revolução Laranja, ocorrida em 2004. A Revolução Laranja foi uma resposta às alegações de corrupção e fraude eleitoral direta durante o processo eleitoral de 2004. Os resultados iniciais apontavam a vitória de Viktor Yanukovich, entretanto, com o anulamento do processo eleitoral pela justiça ucraniana e uma nova eleição deu vitória ao candidato Viktor Yushchenko. Além da ampla participação popular, principalmente no oeste e centro do país (região de Liev e Kiev), os protestos foram convocados com o uso da internet e deixaram o legado de luta pela democracia no país, em busca de uma economia mais forte, como proposta por Yushchenko⁹⁶.

⁹² RUDENKO, Olga. **NY Times, AFP photographers among at least 40 journalists injured in clashes with police.** Disponível em <<http://www.kyivpost.com/content/ukraine/at-least-30-journalists-injured-in-clashes-with-police-332782.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹³ Kyiv Post. **EuroMaidan rallies in Ukraine - Dec.9.** Disponível em <<http://www.kyivpost.com/content/ukraine/euromaidan-rallies-in-ukraine-live-updates-332341.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹⁴ Reporters without borders. **Raids on three opposition media as pro-european protests dispersed.** Disponível em <<http://en.sforzi.org/ukraine-raids-on-three-opposition-media-as-09-12-2013,45584.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹⁵ RUDENKO, Olga. **Russian TV grossly distorts reporting on Ukraine.** Disponível em <<http://www.kyivpost.com/content/ukrainefrussian-tv-grossly-distorts-reporting-on-ukraine-333369.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹⁶ SUKHOV, Oleg. **Ukrainian Protests Compared to 2004 Orange Revolution.** <<http://www.themoscowtimes.com/news/article/ukrainian-protests-compared-to-2004-orange-revolution/490205.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

1.8 Brasil

No Brasil, os protestos ganharam diferentes nomes para definir um mesmo acontecimento. Nos veículos, nomes como Primavera Brasileira⁹⁷ e Revolta do Vinagre ou Revolta da Salada, o último mais comum entre manifestantes pela proibição do porte de vinagre (utilizado nos protestos contra os efeitos do gás lacrimogênio)⁹⁸. Também chamado de protestos Passe Livre por sua organização pelo movimento Passe Livre que assina sua carta de apresentação como um movimento “horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” com o objetivo de lutar pela Tarifa Zero nos transportes públicos⁹⁹.

A primeira manifestação ocorreu em Natal, Rio Grande do Norte, no fim de agosto de 2012 em resposta ao aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público da cidade. O aumento foi revogado alguns dias depois, em consequência da ausência de comunicação prévia sobre o aumento¹⁰⁰. Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, teve seu primeiro protesto em abril de 2013, O valor das tarifas que também subiu 20 centavos, chegou a R\$ 3,05. Uma ação cautelar pediu a suspensão do aumento sendo aprovado pela justiça como uma forma de conter mais protestos na capital¹⁰¹. Em Goiânia, Goiás, o anúncio do aumento da tarifa desencadeou protestos em maio com atos de violência no primeiro dia. Estudantes incendiaram pneus em frente a um dos terminais da cidade e quatro ônibus foram destruídos. Tropas de choque foram acionadas para conter os participantes¹⁰².

O aumento das tarifas não foi a única causa a dar início aos protestos pelo Brasil. A situação dos serviços públicos causando desconforto a população, os altos investimentos para a Copa do Mundo em 2014 (acima de sete bilhões de reais), os casos de corrupção e a

⁹⁷ NASSIF, Luis. **A Primavera brasileira**. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-primavera-brasileira>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹⁸ Galileu. **Como o vinagre virou símbolo da "Revolta da Salada"**. Disponível em <<http://colunasvestagalileu.globo.com/buzz/2013/06/14/como-o-vinagre-virou-simbolo-da-revolta-da-saladai>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

⁹⁹ Passe Livre — **Carta de Apresentação**. Disponível em <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰⁰ Tribunal do Norte. **CMN revoga reajuste de passagens de ônibus**. Disponível em <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/cm-n-revoga-reajuste-das-passagens-de-onibus/230884>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰¹ Zero Hora. **Ação cautelar suspende reajuste da passagem de ônibus na Capital**. Disponível em <<http://zerohora.clicrbs.com.br/politica/noticia/2013/04/acao-cautelar-suspende-reajuste-da-passagem-de-onibus-na-capital-4095883.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰² G1. **PM dá soco em estudante durante protesto em Goiânia**. Disponível em <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/05/pm-da-soco-em-estudante-durante-protesto-em-goiania-veja-video.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

quantidade de impostos pagos influenciaram a participação de diferentes núcleos da sociedade, mas principalmente de jovens¹⁰³.

Os protestos sob a bandeira do movimento Passe Livre começaram em 6 de junho em São Paulo, reivindicando melhores condições no transporte público e tarifa zero¹⁰⁴, porém, foram os protestos de 13 de junho que ganharam a atenção midiática e do público pelo excesso na ação policial que utilizou gás lacrimogênio e balas de borracha, usando força indiscriminada para controlar as manifestantes, atingindo inclusive transeuntes que não participavam dos protestos¹⁰⁵.

A redução das tarifas foi uma das primeiras respostas ao movimento, ocorrendo ainda no mês de junho¹⁰⁶. Entretanto, as manifestações continuaram fortalecendo as demandas por melhoria na saúde e educação, fim da violência policial e da corrupção, eficácia nos gastos nas obras da Copa do Mundo. No dia 20, ocorrendo em mais de 100 cidades do país simultaneamente, os protestos reuniram mais de um milhão de brasileiros¹⁰⁷.

A presidente Dilma Rousseff reconheceu as demandas dos manifestantes, propondo a discussão de soluções para as questões levantadas. Algumas das demandas foram votadas imediatamente durante os meses de junho e julho como o uso dos royalties do petróleo para a educação (75%) e saúde (25%)¹⁰⁸ e a redução da tarifa do transporte coletivo¹⁰⁹.

Jornalistas também foram agredidos e tiveram material apreendido tanto por ação policial quanto pela de manifestantes. A nota da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) totalizou o número de 98 agressões contra a classe, cobrando mais preparo das autoridades para que a liberdade de imprensa não fosse agredida por tais atos¹¹⁰.

¹⁰³ The Economist. **The streets erupt**. Disponível em <<http://vwww.economist.com/blogs/americasview/2013/06/protests-brazil?spc=score&spv=xm&ah=9d7f7ab945510a56fa6d37c30b6f1709>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰⁴ MORENO, Ana. **Manifestantes depredam estação de metro, banca e shopping na Paulista**. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰⁵ International Amnesty. **Brazil: police must avoid excessive use of force**. Disponível em <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2013/06/brazil-police-must-avoid-excessive-use-force/>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰⁶ G1. **Cidades brasileiras anunciam a redução das tarifas de ônibus**. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/cidades-brasileiras-anunciam-reducao-das-tarifas-de-onibus.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰⁷ MARCELLO, Maria; PRADA, Paulo. **One million march across Brazil in biggest protest yet**. Disponível em <<http://www.reuters.com/article/2013/06/21/us-brazil-protests-idUSBRE95J15020130621>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰⁸ G1. **Câmara destina 75% dos royalties para educação e 25% para saúde**. Disponível em <<http://g1.globo.com/politicainoticia/2013/06/camara-destina-75-dos-royalties-para-educacao-e-25-para-saude.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹⁰⁹ G1. **Câmara aprova proposta que ajuda a reduzir tarifa do transporte coletivo**. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-aprova-proposta-que-ajuda-reduzir-tarifa-do-transporte-coletivo.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

¹¹⁰ ABRAJI. **Abraji repudia novos ataques a jornalistas em protestos**. Disponível em <http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2641>. Acesso em 02 de jan. 2014.

Esses acontecimentos influenciaram diretamente na cobertura dos principais veículos do país como será analisado neste estudo.

Essa influência pode ser notada na negação inicial em se posicionar a favor das manifestações pela maioria dos veículos de circulação no país, utilizando-se de fontes oficiais (em sua maioria) para apontar as manifestações como atos ilegítimos. Após as agressões contra jornalistas, esse posicionamento foi deslocado, em defesa dos protestos e contra a ação violenta por parte da polícia. Desta vez, as fontes passaram a ser participantes das manifestações e jornalistas presentes durante os protestos e que cobriam os acontecimentos.

A hipótese adotada para este estudo é entender como os veículos utilizam as fontes para além de seu posicionamento como empresa, e se é possível construir um relato factual e objetivo com as regras da objetividade propostas por Meyer ou se as mesmas não são utilizadas pelos veículos.

2. OBSERVAÇÃO

Para a comprovação da hipótese, o período de junho de 2013 foi determinado mais relevante para a análise, uma vez que quatro grandes protestos foram organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL)¹¹¹ e no mesmo período, ocorreu a mudança de posicionamento dos veículos ocorreu nesse período. Além dos quatro grandes protestos organizados em São Paulo, ocorreram protestos em todo o país em capitais e cidades do interior¹¹² resultando em pautas sobre esses eventos, porém, sob a mesma identificação, causa e efeito do que os vistos em São Paulo e Rio de Janeiro. As duas cidades citadas ganharam uma cobertura mais detalhada tanto pela violência vivenciada quanto pela quantidade de participantes. Brasília, capital do país, os protestos ganharam atenção com a chegada aos gramados do Congresso Nacional e à noite, a escalada ao topo do Congresso Nacional¹¹³.

Para a amostragem, foram selecionados veículos que se posicionam como críticos em suas produções. Os veículos escolhidos para análise foram o ‘Observatório da Imprensa’, o ‘Outras Palavras’ e a ‘Revista Fórum’.

O Observatório da Imprensa é um veículo jornalístico focado na crítica a mídia, com projeto original do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo (LabJor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com disponibilidade na internet desde 1998. O Observatório também tem versões para rádio e televisão veiculados semanalmente¹¹⁴. Identificando-se como uma “entidade civil, não governamental, não corporativa e não partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira”, é um fórum de manifestações de ideias por parte dos usuários da mídia, onde os mesmos podem ter espaço para o debate sobre as produções jornalísticas, abandonando a ideia de serem meros agentes passivos dos veículos¹¹⁵.

O site ‘Outras Palavras’ foi lançado em 2009, com a tentativa de abordar os temas como “o exame crítico da globalização, as novas culturas políticas da autonomia e os

¹¹¹ Movimento Passe Livre. Disponível em <<http://saopaulo.mpl.org.br/category/agenda/page/6/>>. Acesso em 10 de jan. 2014.

¹¹² Último Segundo. **Onda de protestos atingiu pelo menos 353 municípios no País**. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-30/onda-de-protestos-atingiu-pelo-menos-353-municipios-no-pais.html>>. Acesso em 10 de jan. 2014.

¹¹³ Correio do Povo. **Em Brasília, protesto chega ao Congresso Nacional**. Disponível em <<http://portallw.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=501056>>. Acesso em 10 de jan. 2014.

¹¹⁴ Observatório da Imprensa. **Historia**. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oihistoria>>. Acesso em 10 de jan. 2014.

¹¹⁵ Observatório da Imprensa. **Objetivos**. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oiobjetivos>>. Acesso em 10 de jan. 2014.

movimentos de ocupação das redes e das ruas”, buscando a discussão de alternativas e propostas que vem surgindo em todos os planos da vida social. O ‘Outras Palavras’ conta com 200 colaboradores nacionais e internacionais¹¹⁶.

A revista Fórum é uma publicação mensal nas bancas. Seu início como publicação física ocorreu durante o Fórum Social Mundial em 2001 em Porto Alegre. A versão eletrônica conta com notícias e conteúdo diários, com análises de acontecimentos políticos, econômicos e sociais, buscando “uma versão diferente do presente nos grandes meios de comunicação”¹¹⁷.

Os veículos citados estão disponíveis na plataforma online, os quais aceitam textos de diferentes indivíduos, não necessariamente com formação jornalística. Para esse estudo, foram selecionados textos escritos por jornalistas pelo pressuposto de que estes compreendem os elementos que compõem a produção de um texto jornalístico, mantendo a precisão científica do estudo. Cientistas políticos e sociais foram, assim, excluídos do estudo.

Para análise dos textos retirados dos veículos propostos serão usadas as teorias de Kovach e Rosenstiel (2004) e também os princípios da objetividade propostos por Philip Meyer (1989).

Para Kovach e Rosenstiel (2004), o trabalho do novo jornalista na era da Web é o de ordenar as informações. A tarefa passa a ser a de verificar quais informações são reais e ordená-las para que os leitores possam apreendê-las de modo mais eficaz.

O jornalista transforma-se em “líder de um fórum”, ou em mediador, deixando de ser simplesmente um professor ou conferencista. Os leitores transformam-se não em consumidores, mas em “prosumidores”, uma forma híbrida de produtor e consumidor. (KOVACH; ROSENSTIEL p. 23).

Assim, a ideia de que o material deve buscar um conceito de equilíbrio entre as partes apresentadas se torna mais nítido, uma vez que os leitores devem ter acesso aos fatos que circundam a notícia de forma a tirarem do texto seu próprio discernimento. Esse conceito de equilíbrio deve considerar as partes fundamentais de uma história, realizando o processo de síntese e verificação. Para Kovach e Rosenstiel (2004, p. 48), “a medida que os cidadãos são confrontados com um fluxo de dados cada vez maior, têm mais necessidade e não menos – de fontes identificáveis dedicadas à verificação dessas informações [...]”.

¹¹⁶ Outras Palavras. **Sobre Outras Palavras**. Disponível em <<http://outraspalavras.net/quem-somos/>>. Acesso de jan. 2014.

¹¹⁷ Revista Fórum. **Sobre a Revista**. Disponível em <<http://revistaforum.com.br/sobre-a-revista/>>. Acesso em 10 de jan. 2014.

A disciplina da verificação começou a aparecer no contexto do jornalismo na década de 20 do século XX, em consequência dos preconceitos dos profissionais do jornalismo. Um método transparente – e científico – para a transmissão da informação precisava vigorar para que preconceitos pessoais e culturais não afetassem o rigor das coberturas de eventos. A voz imparcial utilizada por muitas organizações jornalísticas se torna uma tentativa de produzir um texto através de métodos objetivos, dando espaço para o posicionamento da empresa. O mesmo vale para os jornalistas que se valem de fontes que exprimem seu ponto de vista pessoal, e se valem de uma fonte de voz neutra, conferindo uma sensação de objetividade ao produto, entretanto, o resultado final não apresenta a realidade dos acontecimentos por completo. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004).

O princípio científico foi adotado sob a concepção de que é necessário sintetização e verificação das informações. Kovach e Rosenstiel (2004) expõe a necessidade de explicar como se chegou a uma informação e qual o motivo de se acreditar nela para que o público também possa acreditar no que é dito.

Na ciência, a fiabilidade de uma experiência, ou a sua objectividade, define-se pelo facto de outra pessoa poder reproduzi-la. No jornalismo, só explicando como sabemos o que sabemos é que podemos aproximar-nos desta ideia de que as pessoas poderiam, se assim o pretendessem, repetir o nosso relato. Este é o significado da objectividade do método em ciência, ou no jornalismo. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p. 85).

A disciplina da verificação é o que separa o factual do jornalismo de assuntos relacionados ao entretenimento, propaganda, ficção e arte. Enquanto os demais dependem diretamente da criação humana, o jornalismo se concentra em apurar o que realmente aconteceu. A sintetização deve ser interrompida em algum momento para que o jornalista não se torne um mero coletor de informações provindas de um fluxo de dados, e verificação do que foi levantado deve assegurar a objetividade do jornalismo. Técnicas como a imparcialidade e o equilíbrio podem ajudar a orientar os jornalistas no desenvolvimento e na verificação de seus relatos. Imparcialidade e equilíbrio não devem ser o objetivo final, mas a forma para alcançar um bom texto. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004).

Imparcialidade e equilíbrio [...] nunca devem ser perseguidos como um fim em si mesmos ou invocados como o objetivo do jornalismo. O seu valor está em nos ajudarem a chegar mais próximo de uma verificação cuidadosa e de uma versão fiável dos acontecimentos. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p. 80).

Kovach e Rosenstiel (2004) ainda completa com a ideia de que é necessário desenvolver técnicas melhores para a disciplina de verificação, e que essas técnicas melhorem a qualidade de transmissão da informação e do debate público, fornecendo mais confiança ao público sobre os relatos jornalísticos e mantendo o jornalismo de verificação atualizado para que este não seja substituído por um jornalismo meramente declarativo.

Nos estudos de Philip Meyer (1989), o autor desenvolve as dificuldades de resolver o problema dos interesses diversos e pontos de vistas conflitantes presentes tanto entre os jornalistas quanto entre os leitores. Uma das regras para tentar minimizar esses problemas veio com a teoria do *First Amendment*, sendo conhecida como regra da objetividade. Nessa regra, o repórter se afasta do tema, vendo cada acontecimento como único e novo, sem expectativas, juntando as observações e passando-as ao leitor sem interpretações. Entretanto, essa proposta não funciona uma vez que as notícias envolvem fenômenos de causa e efeito com outros acontecimentos e os leitores não tem interesse em se alimentar de dados crus e relatos pequenos.

Meyer (1989) propondo a necessidade da imparcialidade e objetividade cunhou quatro regras para guiar a produção jornalística com o objetivo de se aproximar de uma produção de características científicas.

A atribuição apresenta a necessidade de identificar a importância da fonte ao desenvolvimento do relato. A regra de atribuição não descarta a necessidade de comprovação junto a outras fontes também documentadas. A atribuição carrega em certa medida, a ideia do outro lado da história, definindo múltiplos pontos de vista para um acontecimento. Para Meyer, “esta prática tende a produzir um padrão de textos nos quais haja sempre dois pontos de vista, nem mais nem menos”. O objetivo nesse caso é que o repórter não se perca ao longo do desenvolvimento do texto, mas procure pontos contrastantes e desenvolva-os. Outra suposição da regra de diferentes pontos de vista é o equilíbrio entre as fontes. Na tentativa de preservação o equilíbrio durante a cobertura, deve-se levar em consideração se as fontes têm o mesmo peso na produção e se as fontes que falam em favor dos pontos de vista têm algo novo a acrescentar a cobertura.

Meyer ainda propõe a necessidade de espaços iguais nos jornais para que os grupos conflitantes tenham assegurados os direitos de expor seus pontos de vista como fontes na produção. A regra do acesso igual afirma “que os interesses da comunidade devem ter uma oportunidade igual a ter seus pontos de vista e suas situações tornados conhecidos através do

jornal”. (MEYER, 1989, p. 89). Entretanto, essa noção está sujeita a percepção dos jornalistas e seus valores na produção de um conteúdo.

3. DESCRIÇÃO

A análise incluiu a seleção de 15 matérias, sendo cinco de cada um dos veículos escolhidos. Desse conteúdo, todas as reportagens foram escritas por jornalistas, com publicação entre o começo e o fim de junho.

Na escolha das reportagens, foi observada a dificuldade em encontrar reportagens na Revista Fórum entre as diversas notícias factuais de valor imediato, e a não inclusão de reportagens mais comentadas como as produzidas pelos jornalistas com blogs exclusivos na plataforma, apresentou um quadro pequeno de escolhas neste veículo. Tanto o Outras Palavras quanto o Observatório da Imprensa dispunham de um amplo acervo de reportagens publicadas, entretanto, muitas não tratavam diretamente dos protestos, mas de assuntos relacionados como a desmilitarização da polícia e as decisões políticas que vigoraram como resposta aos protestos. As reportagens produzidas pelos dois últimos veículos citados também são mais extensas do que na Revista Fórum.

3.1 Observatório da Imprensa

A cobertura feita pelo Observatório da Imprensa trouxe a crítica quanto ao posicionamento da mídia no começo de junho, expondo a cobertura tendenciosa dos veículos antes dos acontecimentos envolvendo jornalistas que cobriram os protestos de perto e foram agredidos pela força policial. As matérias escolhidas expõem o segundo momento dos veículos criticados que tentavam compreender e apontar as demandas proferidas pelos manifestantes durante os protestos.

A crítica a reportagem (anexo K) produzida pelo site UOL a respeito do transporte público no Brasil, por exemplo, apresentava as imperfeições e a falta de documentação durante a produção do texto publicado pelo portal UOL. O texto do Observatório apresentava um contexto sobre a tarifa do transporte público e sua importância entre as demandas dos manifestantes. O texto também aponta a fala de Arnaldo Jabor que definiu os protestos como “manifestações feitas pela classe média e não pelos trabalhadores que seriam penalizados pelo aumento” (MICELLI, ver anexo K), e o autor corrige, defendendo que embora a classe média esteja presente, os estudantes são maioria como em outros processos históricos como o fim da escravidão no Brasil e a favor das “Diretas, Já!”.

Em outro texto do mesmo veículo, a matéria apresenta a cobertura feita por veículos internacionais a respeito dos protestos ocorridos no Brasil, apontando as temáticas abordadas em cada jornal, elogiando a iniciativa de veículos como a *BBC News* que publicou depoimentos de leitores brasileiros a respeito dos protestos, e as versões traduzidas de cartazes carregados por manifestantes. A matéria também traz o depoimento de um professor de direito brasileiro publicado no *Daily Mirror* que tenta resumir a participação crescente nos protestos. A al-Jazira entrevistou o sociólogo e editor chefe do *Le Monde Diplomatique* Brasil, Silvio Caccia Bava, para explicar a formação do movimento no Brasil e como este se compara a Primavera Árabe (ver anexo L). Entretanto, os veículos internacionais focaram suas atenções em questões como a Copa do Mundo e a inflação para justificar os protestos.

As construções de matérias pelo Observatório da Imprensa permearam principalmente os veículos Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Globo durante sua cobertura crítica sobre a mídia. Na matéria publicada em 25 de junho, “Na contramão da perplexidade”, retira-se uma fala da reportagem do Globo, ironizando o especialista escolhido pelo repórter para falar sobre os perfis falsos criados para a convocação de protestos pela internet.

Curiosa, entretanto, foi a interpretação do “especialista” convocado pelo repórter a falar sobre as consequências dos perfis falsos: ele considera que o fenômeno não tem “a menor importância”, porque, a partir do estopim – no caso, o movimento contra o reajuste das tarifas de ônibus -, as convocações deixaram de ser centralizadas. (MORETZOHN, 25 de jun. 2013, ver anexo M).

O texto ainda apresenta a criação de uma página do Facebook, criada por estudantes de jornalismo da UFMG, dedicada à cobertura das manifestações com reportagens próprias e a verificação de fontes de outros produtos que circulam pela rede social. Um dos estudantes responde que não havia fontes de informação concisas e confiáveis na internet e por isso, a página.

O conteúdo produzido por Muniz Sodré (ver anexo O) para o Observatório traz a fala de Manuel Castells a discussão, referenciando a importância da internet como protagonista dos acontecimentos de junho. Muniz questiona se os protestos não seriam possíveis sem a internet, apesar de “ser um poderoso megafone” aos envolvidos, para isso utiliza-se de dados do Olhar Digital para acrescentar o aumento no número de anúncios para mostrar, inclusive, como os protestos foram comercialmente rentáveis para alguns.

O Observatório da Imprensa, apesar de seu foco na crítica a mídia, mantém sua atribuição de fontes em especialistas. Durante a cobertura sobre os protestos, a participação

dos manifestantes ou dos organizadores dos protestos se apresenta pelo relato dos jornalistas que estiveram presentes nas manifestações, e raramente, na forma de frases de cartazes citados como ocorre brevemente na matéria de Sodré: “eu sou o povo, sou eu quem decide sobre quem trabalha ou não” (ver anexo O). Porém, a participação dos manifestantes termina aí. A voz de especialistas como Castells e Bava toma um espaço maior na publicação, inclusive com a transcrição de falas extensas.

O espaço para ‘outro lado da história’ também não está presente no Observatório de Imprensa, uma vez que essa perspectiva está presente nos veículos severamente criticados pelo Observatório. Na verdade, através da fala do filósofo Pablo Ortellado, apresenta-se pressupostos para essa mudança de posicionamento da mídia hegemônica de contra os protestos para a favor deles.

Foi então que “coisas muito estranhas” começaram a acontecer, com a guinada radical do enfoque da mídia hegemônica. O professor não acredita que tenha sido por causa dos jornalistas agredidos – as empresas “não têm tanto cuidado assim com seus trabalhadores” – e insinua que “telefones tocaram” – como, de fato, costumam tocar em situações críticas. [...] Foi então que surgiram “novas pautas”, inexistentes até então; e é aí que as mobilizações começam a perder o foco. (MORETZOHN, 25 de jun. 2013, ver anexo M).

3.2 Revista Fórum

Em reportagens do começo do mês de junho, a utilização de fontes oficiais é mais presente do que aquelas relacionadas aos manifestantes. Uma resposta possível é o desconhecimento inicial sobre a organização do Movimento Passe Livre e o desinteresse em aproximar a cobertura da proposta dos manifestantes. Com a violência contra os jornalistas – e indiretamente a mídia – o posicionamento foi alterado em favor de uma cobertura que compreendesse as propostas dos manifestantes e suas demandas frente ao governo (especificamente no caso das reportagens dos veículos escolhidos, ao governo do estado de São Paulo), mas também abrisse espaço para uma resposta oficial, assim, preservando a regra de espaços iguais no conflito.

As reportagens da Revista Fórum foram, entre as analisadas, as que mais contem fonte oficiais e independentes sobre os protestos. Na reportagem de 12 de junho de 2013, “o preço da passagem e o protesto que parece não ter fim” (ver anexo A), o relato de um repórter presente nas manifestações é de fácil observação pela apresentação do cenário dos protestos e

dos acontecimentos que o cercam. Além disso, ao longo do texto, o repórter apresenta figuras que participam dos protestos naquele dia, definindo suas profissões (Junior Vieira, professor de português ou Claudio Tavares, operador de marketing) e dando uma fala curta a cada um. A fala do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, divide o mesmo espaço com a de Mayara Vivian, representante do movimento Passe Livre.

Em uma das matérias produzidas pelo jornalista Glauco Faria, o texto é uma narrativa de um dos protestos (ver anexo C), contendo as falas de participantes das manifestações (inclusive de mães que elogiam o interesse político dos filhos). Em outro texto, do mesmo dia (18 de junho), a produção ganha um tom diferente com a designação de ‘palácio’ retirada do dicionário e o histórico da construção da atual residência do governador, o Palácio dos Bandeirantes. Um dos participantes do movimento Passe Livre, Matheus Preis, comenta sobre a ação de jovens da periferia diante do palácio, e como não existem maneiras de controlá-las uma vez que os motivos são diferentes dos protestos na cidade, exigindo mudanças na ação da polícia na periferia e justificativa para mortes de amigos e parentes. A matéria, então, apresenta diversos links sobre o massacre do Carandiru, a ação do Órgão Especial do Tribunal do Estado de São Paulo e o apoio deste último a violência policial.

Observa-se que, apesar do espaço dado aos manifestantes e aos relatos do próprio jornalista, a polícia não tem espaço para defesa de suas ações na publicação. Os espaços de retratação não são, portanto, iguais.

A presença de dados oficiais e independentes é mais presente nas matérias da Revista Fórum, ainda que esteja sendo utilizadas retiradas de outros veículos, como a Folha de São Paulo e a revista Época. A matéria (ver anexo E), entretanto, não apresenta especialistas ou representantes, deixando o jornalista com dados que podem ser interpretados e manipulados a favor do conteúdo que está redigindo. Um desses momentos pode ser observado quando o autor cita a existência de dados que comprovam o ‘não alastramento’ da corrupção, mas a continuidade do processo, porém, esses dados não são apresentados ao leitor ao contrário de tantos outros parágrafos no produto.

Há também uma década existe uma emissão diuturna, por parte da mídia tradicional (Globo, Folha e Estadão, Veja, etc), de discursos sobre o alastramento da corrupção, que são repercutidos nas redes a exaustão. Dados comprovam, contudo, que não existiu esse alastramento, mas sim uma continuação dessa prática desde governos muito anteriores. Apesar de ser evidente a ligação desse tipo de corrupção com a história de nosso capitalismo (os corruptores), a mídia conservadora tenta todos os dias identificar essa característica em uma suposta fraqueza moral de seus inimigos políticos. (CUNHA, 24 de jun. 2013, ver anexo E).

3.3 Outras Palavras

O Outras Palavras é o veículo dos analisados com as reportagens mais extensas. Como ocorre nos produtos da Revista Fórum, muitas reportagens foram redigidas sob o olhar do jornalista presente nos protestos com adições de manifestantes presente, citando profissão e falas. O mesmo espaço é dado as falas oficiais de Fernando Haddad, prefeito de São Paulo e Geraldo Alckmin, governador do Estado de São Paulo.

Um dos conteúdos, entretanto, não apresenta documentação dos acontecimentos, além das palavras do jornalista (ver anexo J). Celso Vicenzi, ao falar sobre os protestos, discorre sobre a ampla participação jovem e de outros profissionais, sobre os motivos que levaram à população as ruas, entretanto, não se utilizam de qualquer tipo de fonte para justificar seu conteúdo. O produto – mesmo que se classificado como um artigo opinativo – deveria apresentar as justificativas para o conteúdo divulgado, uma vez que os dados nesse caso podem ser manipulados de acordo com os interesses do jornalista.

A reportagem ‘Primavera Brasileira ou golpe de direita?’ (ver anexo I) tem como subtítulos perguntas a respeito das manifestações, trazendo a opinião do autor munida de fontes, retratando os interesses dos manifestantes nas demandas de junho. Algumas dessas fontes são matérias de outros jornalistas como a de Jânio de Freitas, e tweets como os presentes na #calabocadilma para ilustrar o posicionamento dos próprios internautas sobre as respostas da presidente Dilma Rousseff aos protestos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtos jornalísticos analisados apresentam uma perspectiva interessante sobre a cobertura feita a respeito dos protestos e o uso das regras de objetividade, conforme indicação no quadro teórico de referência.

A questão de acesso igual não possa ser analisada com precisão, devido a ausência de dados de acesso individuais e mensais sobre as plataformas dos veículos durante o período. Entretanto, as três demais regras propostas (espaço igual, atribuição e outro lado) podem ser analisadas com as informações disponíveis pela análise das matérias.

Nesse caso, conclui-se que as matérias foram escritas a partir de relatos de jornalistas presentes nos protestos, entretanto, com a voz de outros manifestantes também presentes, ainda que de forma muito superficial se comparados a voz do próprio jornalista. Ainda que não esteja presente em todas as matérias dos veículos analisados, o espaço entre o oficial (as vozes – principalmente – do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad) e o independente (Movimento Passe Livre e especialistas) divide espaço nas publicações. Esse mesmo espaço não é dado a polícia, por exemplo, que apesar das ações truculentas durante as manifestações, deveriam ter um espaço para retratação de suas ações.

Neste último caso, a justificativa seria a de que os veículos escolhidos fazem uma cobertura de um lado dificilmente retratado pela mídia hegemônica, e assim, dão espaço para propostas que raramente estão sob os holofotes. Ainda que a cobertura não tenha um posicionamento definitivo – apesar das empresas jornalísticas terem – acredita-se pelas suas cartas institucionais que a objetividade é o caminho natural de um conteúdo jornalístico. A regra do ‘outro lado’ proposta por Meyer poderia ser mais explorada por esses veículos, expondo o que pode e o que foi feito pelo governo e instituições, compreendendo a totalidade da situação que os protestos geraram.

Como veículos críticos com posicionamento, é natural que os veículos busquem oferecer perspectivas que não estão presentes em veículo hegemônicos, ainda que se utilizam de regras de objetividade para a construção de seus textos. Esse posicionamento crítico abre espaço para que os veículos busquem diferentes perspectivas dentro de um mesmo assunto de foram a abranger uma variedade de acontecimentos dentro de um evento, como ocorreu com as pautas a respeito dos protestos.

Essa variedade de pautas – ainda que ‘descobertas’ quase exclusivamente por veículos fora da mídia hegemônica – apresenta bem a ideia de Adelmo (1987) de que o jornalismo é

produto de acontecimentos singulares do cotidiano e é esta singularidade que dá espaço para o jornalismo como atividade.

Essa atividade está sujeita aos fluxos de informação constante e fluidez dessa informação na modernidade líquida, uma vez que não há como interromper os acontecimentos em prol da captura de um momento exato, mas é possível compreender o momento em que esses acontecimentos estão se desenrolando. E essa compressão em um mundo em que as informações não permanecem estáticas, pode ser alterada em um curto período de tempo.

Com essas questões em mente, grupos de estudos com temáticas a respeito dos protestos começaram a busca por compreender a organização do movimento e como ele pode ser classificado na esfera de movimentos. Grupos como a Rede de Pesquisas sobre Revolução Global na Universidade da Catalunha e o Labic no Brasil, estudaram o fenômeno dos protestos, concluindo que suas propostas podem ser classificadas sob a ideia de uma tecnopolítica cidadã, conceito que se afasta do ciberativismo e descreve a organização de convocar protestos e dividir ideias através de redes, como a internet. Outro grupo, o Interagentes, estuda as identidades coletivas que moveram a organização dos protestos, sem liderança individual.

O estudo desses movimentos tem o interesse em entender suas políticas e de que forma estes acontecimentos irão influenciar a política, e se suas demandas se transformaram em realidade. E esse papel também cabe ao jornalismo, na perspectiva de que esses movimentos ocorreram e que outros ainda ocorrerão. Uma singularidade no cotidiano.

As regras propostas por Philip Meyer (1989) ajudam na construção de um relato com mais elementos de “imparcialidade, equilíbrio e objetividade”, porém, é importante notar que os elementos estão na mão do jornalista e, portanto, cabe a este a utilização com a finalidade de informar o leitor sem que este tenha que recorrer a dados específicos ou inúmeros textos para compreender os acontecimentos que o cercam.

Com essa consideração em mente, as produções analisadas se encontram de acordo com as regras de objetividade, salva pelos casos em que não houve documentação por parte do jornalista ou pela utilização de documentação a favor de seu argumento, finalidade que também é questionada por Meyer.

Conclui-se que a utilização das regras de objetividade de Meyer propõe uma produção com fundamentação, ainda que a ação dependa inteiramente do profissional que se utiliza dessas regras. Na cobertura dos acontecimentos de junho de 2013, observou-se que a regra de obter outra perspectiva foi assumida pelos veículos analisados em consequência de um

posicionamento anterior comum entre os veículos hegemônicos de adotarem a perspectiva dos veículos oficiais em favor dos independentes.

ANEXO A – Matéria: ‘O preço da passagem e o protesto que parece não ter fim’

O preço da passagem e o protesto que parece não fim

Milhares de pessoas caminharam por mais de cinco horas pelas principais vias da cidade, foram alvo de violência da PM e pararam São Paulo

Por Igor Carvalho

O terceiro protesto contra o aumento das passagens, em São Paulo, já caminhava para três horas de duração. Eram 19h50. Os 12 mil manifestantes, segundo os organizadores, que aceitavam pacificamente os destinos traçados pela Polícia Militar (PM) durante o ato decidiram que queriam terminar a manifestação dentro do Terminal Parque Dom Pedro II. A PM impediu, da forma mais violenta possível.

Naquele momento, os manifestantes já tinham marchado pelas principais vias de São Paulo mais de 8 quilômetros. Os ativistas partiram da praça dos Ciclistas, na avenida Paulista, atravessaram a rua da Consolação, entraram no túnel que dá acesso à avenida 23 de Maio e quando queriam seguir para a Radial Leste, aceitaram pacificamente a instrução da PM, que lhes pediu para ir pela avenida Liberdade. Do bairro oriental, os ativistas caminharam até a praça João Mendes e desceram a Rangel Pestana até o Terminal Parque Dom Pedro II, local do confronto.

O governador Geraldo Alckmin já havia dado uma declaração à Rádio França Internacional (RFI), em Paris, onde sinalizava sobre a postura que seria adotada por seu governo durante os protestos. O mandatário afirmou que bloquear vias é “caso de Polícia”. Uma das representantes do Movimento Passe Livre, Mayara Vivian, respondeu à Alckmin. “O lado dele é claro, ele defende os empresários e fará de tudo para nos criminalizar, inclusive mandar uma polícia repressora e racista aqui”.

Mayara lembrou que Alckmin e o prefeito Fernando Haddad estão em viagem internacional no momento em que a cidade é palco de protestos. “Só o povo na rua fará o governo ceder. Eles foram para Paris e nos abandonaram aqui, mas vão saber o que está acontecendo em São Paulo”.

Parque Dom Pedro II

Foram dez minutos de tensão, que terminaram com dezenas de pessoas chorando, com a garganta fechada, os olhos irritados e dificuldades de respiração. Bombas de gás lacrimogêneo, tiros de borracha e spray de pimenta foram lançados contra os ativistas, que responderam com pedras e sacos de lixo. O ato poderia ter acabado ali, após a dispersão da multidão, mas não foi o que aconteceu. Os manifestantes surpreenderam quando voltaram a se organizar na Praça da Sé e decidiram seguir com o protesto até a avenida Paulista. Eram aproximadamente 2 mil pessoas, marchando pela rua Brigadeiro Luiz Antônio.

Desde o princípio, ficou claro que o aparato policial, 400 homens, era “quase histórico”, como definiu o jornalista e professor da Universidade Federal do ABC, Gilberto Maringoni. Nos cordões de isolamento, provocações eram trocadas de ambos os lados. “Bichinha, se eu te pego sozinho te mato”, disse um PM para um dos manifestantes. Em seguida, o agente cobriu o nome e saiu para o meio dos demais agentes.

O ato retomou o vigor e seguiu pela avenida Paulista. Na frente do Masp, um manifestante foi preso. A população começou a gritar: “solta, solta, solta”. Alguns chegaram a correr atrás do jovem preso. A resposta da PM veio com balas de borracha e bombas. No vão livre do Masp, jovens encurralados se aglutinavam nas miras das armas de agentes, que atiravam.

A avenida Paulista foi fechada, nos dois sentidos. Um jovem, negro, sentado na calçada, parecia conformado. “Eu sou da periferia, sei como a polícia trata gente de bem”, afirmou Carlos Cerqueira.

Movimento popular

As cenas de guerra provocadas pela ação da Polícia Militar não arrefeceram o vigor político da manifestação, que ficou marcada pela presença democrática de vários setores e de classes distintas da população. “Apoio o movimento e acho que precisava estar aqui, temos um transporte incompatível com o preço que pago”, disse o professor de português Junior Vieira.

Para o operador de telemarketing Cláudio Tavares, que mora em Campo Limpo, “a passagem pesa demais no orçamento. Para ir em um cinema com minha namorada, no centro, gasto mais de R\$20 de passagem”. O fotógrafo Wes Nunes explicou porque estava no ato: “eu vim aqui para demonstrar aos governantes que o povo não está em casa vendo tudo acontecer”.

Fernando Ferrari, fundador do Sarau da Fundação, no Capão Redondo, zona sul da capital, também ressaltou a relevância da manifestação. “Isso que está acontecendo aqui é muito importante”.

O Ministério Público agendou uma reunião com o Movimento Passe Livre para a próxima quarta-feira (12), para discutir sobre os protestos e a Secretaria Municipal de Transportes anunciou que enviará um representante ao encontro.

Presos e feridos

O dia terminou com 20 presos e três feridos, na manifestação. Todos os detidos foram encaminhados para a 78ª DP (Jardins). A fiança foi fixada em R\$20 mil. O trânsito na avenida Paulista só foi liberado após às 23h. A PM informou que, segundo sua contagem, haviam 5 mil pessoas no protesto.

Enquanto isso, na praça dos Ciclistas, de onde partiu a marcha, sete manifestantes pulavam e repetiam o mantra cantado e alertado por milhares durante a noite: “quinta vai ser maior”, lembrando a data do próximo protesto contra o aumento das passagens em São Paulo, dia 13, às 17h, na frente do Teatro Municipal. O que surpreende nas manifestações do Movimento Passe Livre é que ele parece não ter fim.

ANEXO B – Matéria: ‘O Palácio, seu ocupante e uma certa palavra povo’

O Palácio, seu ocupante e uma certa palavra povo

Dos simbolismos produzidos pelos protestos em São Paulo, a manifestação diante do Palácio dos Bandeirantes talvez seja um dos mais fortes

Por Glauco Faria

Palácio dos Bandeirantes. O termo “palácio”, em um dicionário, pode significar “Residência (ger. Grande, imponente ou luxuosa) de rei, governante ou pessoa de alta hierarquia” ou “sede, local principal de reunião e decisão”.

Pois este palácio combina esses dois significados. É sede de governo, mas também é residência do governador. Seu atual ocupante não fez como o presidente José Mujica, do Uruguai, que abriu mão de morar na residência oficial do presidente da República. A bem da verdade, isso não é hábito nem por aqui nem na maioria dos países. Mas esse lugar, no qual reina – ops, governa – e mora a autoridade máxima do estado de São Paulo tem uma origem que merece ser conhecida.

O Conde Francisco Matarazzo, membro de uma das famílias quatrocentonas de São Paulo e que dirigiu as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, durante algum tempo o maior complexo industrial da América Latina, idealizou a criação de uma instituição de ensino superior, nos anos 50, de economia e administração de empresas.

A construção se iniciou em 1955, mas nos anos seguintes emperrou por problemas financeiros. Naquela época, como hoje, os entendimentos entre elite econômica e política se davam de forma conveniente às partes envolvidas. Por isso, o imóvel foi desapropriado em 1964, por Adhemar de Barros, governador de São Paulo e, em 1965, houve a transferência da sede do governo do Palácio (sempre um palácio) dos Campos Elíseos para o novo prédio. Após reformas promovidas por Abreu Sodré em 1970, se tornou sede definitiva do governo.

O lugar é suntuoso. Claro, um palácio. São 21.153 metros quadrados e três pavimentos com materiais nobres como mármore e granito. Em volta, um jardim de 90 mil metros quadrados. Mas não basta ser palácio. É “dos bandeirantes”. Aqueles mesmo que capturavam escravos, usurpavam terras, e dizimaram povos. Não é preciso ir muito longe para ver que, pela sua história e pelo que representa, é um lugar símbolo da exclusão e da desigualdade.

Ontem, manifestantes chegaram até lá para protestar e alguns tentaram derrubar o portão do Palácio. A Polícia Militar reagiu. Era preciso defender o palácio. Se o palácio serve como sede de governo e residência oficial, pressupõe-se que seja pelo fato de que o governante que ali mora está à disposição 24 horas para o serviço. Afinal, ele mora onde trabalho por isso. Mas qual nada, atender o povo e com ele dialogar parece não ser uma das tarefas do atual morador do palácio.

“O povo que estava na porta se referia aos jovens da periferia, que são os que mais sofrem com a polícia de Geraldo Alckmin. Não há como contê-los e nem o que fazer. São jovens que perderam parentes nas mãos de policiais e tem muita raiva do governador”, tentava explicar Matheus Preis, do Movimento Passe Livre.

Em tese, a explicação seria desnecessária, mas muitos não fazem esforço nenhum para entender. São vítimas e familiares de vítimas da truculência policial que aparece nas periferias de forma muito mais intensa, e cotidiana, do que aquela que deu as caras na última quinta-feira, na região central da cidade. Gente cujo único braço do Estado que conhece é o armado, o mesmo que estava lá ontem à noite para afastá-los do centro simbólico do poder. O mesmo aparato policial que se preocupa mais em defender o patrimônio, chegando a soltar bombas para defender vidraças, mas que muitas vezes não hesita em ferir pessoas. O patrimônio parece ser sempre o mais importante.

“É a revolta da periferia”, gritou um. “É a resposta ao Carandiru”, gritou outro. A lembrança do Carandiru não é trivial. Foi um ex-ocupante daquele mesmo lugar o responsável por um dos maiores massacres que o país assistiu. Massacre cujas indenizações para familiares só recentemente começaram a ser pagas, e, mesmo assim, com sentenças que muitas vezes humilham os que ficaram. Massacre que teve um de seus principais personagens, o coronel Ubiratan Guimarães, absolvido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, composto pelos 25 desembargadores mais antigos do estado. Mesmo órgão, aliás, que enviou uma nota de solidariedade à Polícia Militar por conta da agressão sofrida por um policial na última terça-feira. Mas que não se solidariza com tantas vítimas de agressões maiores.

Os protestos que têm ocorrido em São Paulo e em todo o Brasil são repletos de simbolismos. A manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes é algo que remete a tantas outras injustiças que foram e são cometidas contra aqueles que não têm defesa, mas que querem se defender. Antes de condenar atos extremos como o de tentar entrar em um

“palácio” é preciso tentar entender o que eles significam. E, às vezes, eles são só o óbvio dentro de um contexto de injustiça que faz parte da história desse estado e desse país.

ANEXO C – Matéria: ‘O povo pede passagem’

O povo pede passagem

Algumas cenas e depoimentos do protesto contra o aumento das passagens em São Paulo

Por Glauco Faria

Por volta das 16h30, a concentração em torno do Largo da Batata, na zona Oeste de São Paulo, já era grande. Mas uma hora mais tarde, a quantidade de pessoas já era muito maior, lotando vias de acesso próximas pouco antes de finalmente a marcha se pôr em movimento.

Cartazes, faixas e bandeiras de partidos apareciam em meio à multidão, mas enfrentavam a reação de boa parte dos presentes. “Sem partido! Sem partido” e “Aqui não é comício”, gritavam, buscando reforçar o caráter apartidário da marcha. Um rapaz, mesmo com evidente desvantagem física, arrancou duas bandeiras de um militante do Partido Pátria Livre, quase criando uma animosidade.

A imagem da mídia tradicional também não era das melhores. Com palavras de ordem pouco elogiosas à Rede Globo e a Arnaldo Jabor, manifestantes conseguiram impedir uma gravação de uma repórter da emissora que tentava fazer uma entrevista com uma drag queen que protestava contra a PEC 37. “Depois passa a entrevista sem editar”, teve que ouvir a jornalista.

Entre os presentes no protesto, muitos vieram motivados pela reação violenta da polícia nos últimos dias. O ator Gero Camilo contava que era a primeira das manifestações contra o aumento da passagem a que ele comparecia. “O que me fez de fato vir para a rua, além de ser contra o aumento, foi a forma agressiva e violenta com que a polícia reagiu aos manifestantes. E mais que isso, essa manifestação é uma gota d’água de uma paciência esgotada do povo brasileiro, não são só 20 centavos”, contou.

Questionado sobre a crise de representatividade dos partidos, Camilo disse acreditar na “mobilização das pessoas”. “É evidente que um aparato policial repressivo se joga brutalmente contra a população quando o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara é o Marco Feliciano. Que possibilidade há para o povo, nesse momento, a não ser se manifestar independentemente de seu partido ou organização?”, ponderou. “Não temos um

referencial de projeto político consequente, não é à toa que esse projeto está sendo discutido na ágora, na volta às ruas. Nunca vi um Facebook tão inteligente como nesses dois dias. Nunca li tantos comentários e posts inteligentes numa tentativa de construção política, nenhum jornal me deu isso, nem Folha de São Paulo, nem Estado de São Paulo, nem o Jornal Nacional”.

“A polícia tá na rua agora, mas cadê a polícia nas ruas, na hora de proteger nossos filhos?”, dizia uma das Mães da Manifestação. Já outra delas, Maeve Vida, falava sobre quanto o movimento havia a animado. “Sou mãe de três filhos e estava muito preocupada com a letargia dos jovens de hoje, alienados em um mundo consumista, achando que o bacana era ter um celular novo, que ser rebelde era ter um jeans rasgado, consumir um filme de arte rebelde. Pra mim, é uma grande alegria ver os jovens saindo dessa rebeldia enlatada e se manifestarem. Isso pra mim é vida”.

Sobre oportunistas

A marcha acabou se dividindo em três direções. Uma parte muito grande seguiu adiante na Avenida Faria Lima, um dos pontos financeiros mais importantes de São Paulo. Mesmo tendo alguns prédios e estabelecimentos luxuosos, que poderiam ser alvo de manifestantes anticapitalistas em qualquer lugar do mundo, nenhum deles correu riscos. E isso mesmo sem policiamento na maior parte do trajeto, o que leva à reflexão sobre o papel do aparato policial na produção da violência dos últimos atos.

Um shopping dos mais elitistas de São Paulo, o Iguatemi, está fechado. Do lado de dentro, algumas pessoas olha a marcha atrás de vidros e grades, quando uma manifestante chega perto para tirar uma foto com seu celular. Logo, um segurança surge:

- Não pode tirar foto.
- Estou na calçada, a calçada é pública. – responde.
- Aqui só tem gente trabalhadora, pra tirar foto de vândalo é do outro lado.

Mas a moça continuou tirando as fotos.

Em meio à Faria Lima, dois engravatados destoam da multidão e correm em meio a ela com um enorme cartaz enrolado. Chegando à frente da marcha, abrem o material contra o ex-presidente Lula, o adjetivando como “câncer”. São dois ativistas de um grupo de direita que dificilmente consegue reunir cinquenta pessoas em suas manifestações, mas que buscava ali o melhor posicionamento para fotos e vídeos que devem circular o mundo, tentando dar

um caráter que o movimento como um todo definitivamente não tem. Quinze minutos depois, são convidados a se retirar e a guardarem sua faixa. Saem recebendo alguns gritos de “fascistas”.

Não são os únicos oportunistas do movimento. Um dos presentes vê duas garotas e se sai com essa: “É a primeira vez de vocês no movimento?”. As garotas ensaiam uma resposta, mas param percebendo as segundas intenções do militante. “Depois a gente pode dar uma volta”, ainda ouviram, sem dar resposta.

Era 19h30 e os manifestantes seguiam. Sem polícia, sem violência e ganhando ainda mais o respeito de quem viu, sem filtros midiáticos, aquilo que se passava. Filtros, aliás, que uma parte da sociedade, e a maioria

ANEXO D – Matéria: ‘Partidos sob ataque’

Partidos sob ataque

O sociólogo Rudá Ricci e o cientista político Francisco Fonseca analisam os ataques feitos contra militantes partidários durante as recentes manifestações pelo Brasil

Por Felipe Rousselet

Nas últimas semanas, protestos reuniram milhares de pessoas nas ruas de cidades de todo o país. O que inicialmente era uma manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre contra os aumentos nas tarifas do transporte público logo se transformou, insuflada pela violenta repreensão policial, em uma mobilização de massa com uma enorme variedade de causas.

Na última quinta-feira, 20, protestos ocorreram simultaneamente em 150 municípios brasileiros. Houve repressão da polícia em alguns lugares, como já vinha acontecendo nas manifestações anteriores, mas o confronto que ganhou força, especialmente em São Paulo, foi entre manifestantes que não concordavam com a presença de nenhuma bandeira de partido político nas manifestações contra manifestantes partidários. Militantes foram agredidos, bandeiras queimadas e sedes de partidos depredadas.

O Movimento Passe Livre, que foi o estopim desta grande mobilização, anunciou que não irá mais convocar novos atos devido a hostilidade contra partidos que estiveram nos protestos desde o início e pela inserção de pautas conservadoras, como a redução da maioria penal, durante as manifestações.

Para o cientista político Francisco Fonseca, a atuação de grupos de extrema direita nos protestos fez com que uma manifestação diferenciada se tornasse um motivo de preocupação. “Aquilo que nasceu como uma manifestação não tradicional, que poderia estar apontada para uma mobilização não tradicional, sobretudo dos jovens, me parece que foi rapidamente substituído por uma grande preocupação. Eu, particularmente, estou muito preocupado”, pondera. “O movimento que nasceu como uma organização pelo passe livre e que teve como pauta imediata a redução das tarifas, que foi vitoriosa, acabou catalisando um conjunto de outras manifestações. Uma parte delas, bastante conservadoras, que não ‘é do passe livre, mas de um conjunto de extrema-direita, de grupos não partidários com um discurso anti-institucional. Observamos a exclusão e queima de bandeiras de partidos políticos, o que

mostra uma perspectiva anti-institucional que lembra o pré-64. Uma crítica a democracia, uma crítica ao conflito”, analisa Fonseca.

Para ele, a extrema direita quer tumultuar as manifestações para que a repreensão da polícia seja ainda maior. “Em larga medida a violência que estamos vendo é a extrema direita, que é oportunista, lembrando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964, que quer tumultuar para que haja mais resposta violenta das polícias, para que haja um estado de sítio e as liberdades democráticas sejam encerradas. Fala-se agora no impeachment da presidenta Dilma, um golpismo aos moldes do Paraguai”, disse Fonseca.

De acordo com o sociólogo Rudá Ricci, os partidos políticos tradicionais e centrais sindicais cometeram uma série de erros por não entenderem a mobilização nas ruas, o que colaborou com os ataques contra as instituições representativas da sociedade. “Ontem, o que ficou bem claro é que os movimentos políticos tradicionais, que são os partidos políticos clássicos e centrais sindicais, cometeram um erro atrás do outro. Não estavam entendendo o que estava acontecendo. O Rui Falcão (presidente nacional do PT) cometeu um erro histórico ao propor a onda vermelha. O PT tinha que sair na rua, não tenho dúvida nenhuma, é um partido que nasceu das ruas, não podia ficar de fora. Agora, quando você, em um movimento em que as lideranças desde o começo da semana convocam as pessoas a irem de branco, de verde amarelo ou deixavam livre para ir com a roupa do corpo, lança uma onda vermelha, você está se contrapondo, indo para o embate. Ele poderia ir para o embate contra a direita, mas, ao falar de uma onda vermelha, se destingiu e ficou em minoria”, avalia. “Acho que o Rui Falcão tem de ser responsabilizado politicamente pelos 20 sindicalistas da CUT que apanharam por sair de vermelho no Rio de Janeiro. Foi uma irresponsabilidade de gente que não sabe ler as ruas”, afirmou o sociólogo.

Ricci considera ainda que existem posições distintas no ataque aos partidos políticos. Para ele, quando estas posições distintas se juntam nas ruas parecem maioria, porém, existe uma disputa entre elas dentro das manifestações. “Acho que, primeiro, existe sim uma postura fascista, inclusive de extrema direita, no ataque a todos os partidos. É uma postura que se alimenta desse neofundamentalismo que vivemos no Brasil, que é mais forte no centro sul e que estava latente no Brasil desde 2010, quando a Marina Silva cresceu com um discurso muito radical de lideranças religiosas fundamentalistas, católicas e evangélicas. Temos um segundo grupo que está de maneira oportunista tentando pegar a onda dessa manifestação, evidentemente oposicionista e crítica, para abalar as estruturas dos partidos tradicionais. O

problema é que, à medida que vem radicalizando o discurso, está perdendo o controle sobre o ataque a alguns partidos, e passa a ser algo generalizado”, explica.

O sociólogo acrescenta ainda que existe um terceiro e um quarto grupos dentro desse espectro de manifestantes. “Acho que tem um terceiro agrupamento que é de gente muito desorganizada, de pessoas completamente sem cultura política, que expressam um rancor contra quem tem poder. Acham que os partidos políticos existem só para roubar e que depois de eleitos não estão nem aí. É uma postura muito ingênua. Existe ainda um quarto bloco que realmente acha que os partidos políticos não representam mais a sociedade. Ai já é uma postura mais intelectualizada. Ou seja, os partidos políticos não se fazem presentes em nada, nem nas redes sociais, eles estão ausentes. São grupos muito difusos que, quando se juntam, parece que são maioria, mas acho que ainda está ocorrendo uma disputa dentro dessas manifestações”, acredita.

O sociólogo ainda critica aqueles que acham que a mobilização social no Brasil começou somente agora e ignoram a luta histórica dos movimentos sociais “tradicionais”, muitos deles ligados ou que contam com o apoio de partidos políticos. “O Brasil do ponto de vista da ação política de massas nunca dormiu. Você tem uma história recheada. Envolvendo os jovens você tem a campanha pelas diretas, pelo impeachment do Collor, nós nunca ficamos parados. Agora, recentemente, esse pessoal que está falando que o gigante acordou, que aliás é uma expressão usada na campanha publicitária da Johnnie Walker, basta eles irem para a zona leste para eles verem que a zona leste nunca parou. O gigante lá da zona leste e da zona sul de São Paulo sempre esteve de pé. Tanto que eles ganharam a briga pela extensão da saúde pública, a extensão da Universidade Federal de São Paulo para a zona leste. Isso é luta popular, de enfrentamento, tanto com o Kassab como com o Haddad depois da posse. Acho que esse pessoal desconhece o país. Eu até relevo porque a grande maioria nunca agiu politicamente e nunca foi em mobilização social nenhuma. Acham que o Brasil começou agora”.

Por fim, Ricci considera que atos de violência contra qualquer partido político é um ataque a democracia. “Qualquer ato violento, principalmente contra as instituições de representação, mesmo que elas não sejam tão representativas, além de desnecessário, porque você não bate em cachorro morto, é um ataque a democracia. Sem dúvida nenhuma”.

ANEXO E – Matéria: ‘A catarse da classe média’

A catarse da classe média

Curiosamente os consumidores do Facebook encontraram um novo lugar para manter a mesma contradição de ser nada e ser alguém: a velha rua

Por Guilherme Leite Cunha

O povo foi para as ruas? Ele acordou? Isso irá mudar o cenário político atual? Para detalhar e mesmo contrapor alguns argumentos de textos de professores como Henrique Carneiro e Vladimir Safatle e outros teóricos, creio ser necessários nos valermos do instrumental marxista de análise da realidade, para compreender a onda relâmpago de protestos de junho de 2013.

Com os poucos dados científicos que temos e pela observação empírica, já está claro que o “povo” que protagonizou as manifestações pelo país foi o que se costuma chamar de “classe média”, pontuados por participações de outras mais elitistas e outras mais subalternas. Ao que parece, nem mesmo a “nova classe média”, ou “classe C” – que possui renda familiar per capita entre R\$300 a R\$1000, e tem baixa escolaridade – engrossou as marchas ruidosas.

Podemos depreender isso da única análise parcial de perfil feita pela Datafolha (FSP, dia 21/06/13) no protesto do dia 20/06/13 em São Paulo. Lá verificou-se que “78% dos manifestantes da Av. Paulista têm Ensino Superior, 20% Médio e 2% Fundamental”. Se considerarmos que no último censo do IBGE de 2010, a fatia da população com nível superior era de 7,9%, podemos concluir que o protesto de São Paulo era elitizado e não apresentou a “massa” pobre e trabalhadora do país.

Embora com menos rigor científico, podemos concluir também que esse perfil foi o padrão em outros cantos do país, a partir da observação empírica. Todas as manifestações possuíam as mesmas características: eram movidas por espontaneísmo, tinham ausência de líderes, multiplicidade de pautas, pautas genéricas, cartazes individuais, e de maioria branca.

Tudo leva a crer que o “gigante que acordou” foi então uma fatia da classe média. Apenas uma fatia, pois como mostra a pesquisa Ibope publicada pela Revista Época (de 21/06/13): 6% da população afirmou ter ido a manifestações. Nesse sentido, podemos concluir que foi uma parte da classe média brasileira que se levantou. Apesar disso, foi o suficiente (principalmente para mídia conservadora e de oposição) para “impressionar”, ter

aparência de totalidade, de “unanimidade”, frente a ausência de protestos dessa ordem em nossa história recente. (Contudo em nossos dias, com o tamanho da população do país, os protestos de massa precisam ser redimensionados para representarem uma totalidade. Se chegamos a 1,2 milhões de pessoas na última quinta, seriam necessários pelo menos 10 vezes mais para ser constituído por outras classes sociais proporcionalmente, pois estamos falando de um país continental.)

O despertar, entretanto, se justifica, para essa fatia social, pois de fato não há registros de tamanha manifestação pública desde a passeata por Deus, pela família e pela propriedade da década de 60.

Mas por que uma parte da classe média foi para as ruas? Se considerarmos em termos materiais, nos últimos 10 anos, sua qualidade de vida e renda aumentaram, como mostra o PNAD do IBGE de 2010. Ou mesmo em pesquisas da FGV. E como também fica claro na pesquisa Ibope publicada pela Revista Época (de 21/06/13) que mostra que, mesmo entre as pessoas que apoiam os protestos, 69% está satisfeita com sua vida atual e 39% tem expectativas positivas de futuro. Por que, então, protestar?

A interpretação conservadora e de oposição justifica como sendo uma resposta (e tenta pautar as manifestações) à corrupção disseminada no país e aos desmandos da era petista. Seria o “basta”, a “chegada a um limite”, o fim da paciência com governo corrupto e incompetente. A corrente mais progressista, em geral, encontra problemas na crise da democracia representativa.

Ousamos propor uma nova análise.

É preciso levar em conta que não foi o “povo”, com uma totalidade em seus mais variados espectros sociais, que foi para as ruas. Mas uma fatia da classe média.

E quem é esse sujeito jovem da classe média que estreou nas ruas? Aparenta ser um sujeito forjado pelas novas estratégias de consumo do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, ele vem há cerca de 20 anos sendo levado e formado no ambiente veloz, fluído e mutável do capitalismo financeiro. Ele vem se constituindo pela individualização extrema do consumo e no rompimento total com laços sociais mais perenes. Ele é hiperindividualista. Já há análises exaustivas (como as de Lipovetsky) sobre o novo ser do capitalismo contemporâneo. Podemos dizer, contudo, que se este foi o primeiro protesto, a primeira aparição pública dos filhos do atual capitalismo, iniciado pelo neoliberalismo.

Este ser foi criado sob os produtos da indústria contemporânea: a internet e as redes sociais. O capitalismo que ao mesmo tempo em que o anulava completamente em sua

subjetividade, lhe prometeu um retorno através do Facebook. Ao mesmo tempo em que esmagou lhe no anonimato e na nulidade do mundo do trabalho, lhe acenou, pela esperança midiática, de um reconhecimento público.

São milhões de pessoas que vivem a total insignificância diária, mas almejam o reconhecimento através de frases de efeito, “memes” criativos e posts de impacto. Através da ilusão de importância e notoriedade que os produtos “redes-sociais” vendem a seus consumidores, estes mesmos produtos vão construindo uma realidade hiperfragmentada, individualista e egocêntrica, facilitada, por sua vez, por toda uma gama de “gadgets” também hiperindividualizados. Criam a ilusão, por sua vez, da possibilidade de construção de um novo e contraditório tecido social hiperindividualizado. Contudo, as pessoas tendem a não acreditar em mais ninguém que não sejam elas próprias.

Portanto não é este ou aquele governo que não dá voz ou responde aos anseios da população, mas o próprio Capital. Que trabalha na contradição entre massificar e individualizar o consumo ao paroxismo e obriga o sujeito a se resolver entre a insignificância absoluta e os desejos de notoriedade, ou seja, de ser alguém, em última instância de dar sentido a sua vida.

Somente a partir da compreensão sobre a mutação e o surgimento desse novo ser social é que podemos começar a entender a frustração e o descrédito com a política e a democracia.

Não se sustentam os discursos de que a “nossa” corrupção, os “nossos governantes e a “nossa” classe política desmoralizou nossa democracia. Em verdade, e estatisticamente, não há diferença significativa entre o descrédito dos brasileiros e de populações de outros países europeus ou norte-americanos para com suas democracias.

Em nosso caso, entretanto, podemos considerar duas outras circunstâncias determinantes:

- 1) Há uma década, praticamente todos os tradicionais representantes e líderes da classe média brasileira foram duramente derrotados ou “mudaram de lado”. É o que se observa na diminuição em termos de voto e prestígio de partidos como PFL/DEM, PSDB, PPB/PP, e no apoio de outros líderes tradicionais, do PMDB, PL, etc., ao projeto petista.

Para quem é de esquerda isso pode não fazer sentido, pois afinal o governo Lula não apresentou rompimento significativo com a ordem anterior, mas para essa fatia da classe média foi duro ver seus líderes serem derrotados ou traindo sua origem

para continuar no poder. Isso, apesar da falta de dados mais concretos, pode sem dúvida ter contribuído com o descrédito, por parte dessa classe, na política e democracia tradicional.

- 2) Há também uma década existe uma emissão diuturna, por parte da mídia tradicional (Globo, Folha e Estadão, Veja, etc), de discursos sobre o alastramento da corrupção, que são repercutidos nas redes a exaustão. Dados comprovam, contudo, que não existiu esse alastramento, mas sim uma continuação dessa prática desde governos muito anteriores. Apesar de ser evidente a ligação desse tipo de corrupção com a história de nosso capitalismo (os corruptores), a mídia conservadora tenta todos os dias identificar essa característica em uma suposta fraqueza moral de seus inimigos políticos.

Essas duas características criaram, no seio da fatia da população que protagonizou as manifestações, um ódio irracional e de classe, acumulado por tudo o que se origina no projeto petista. Ódio que é personalizado em figuras como Arnaldo Jabor, Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi.

Pois bem, apesar da falta de mais dados, podemos considerar que foi a partir da autorização velada (ou mesmo desvelada, como fez Jabor) por parte da mídia tradicional à participação nas manifestações, que os protestos foram tomados por essa classe. Como já é sabido, contudo, foi a esquerda organizada que os iniciou, por uma causa justa, mas pontual: o transporte público.

A partir disso, a frase que resumiu esse momento foi dita por alguém: “o Facebook foi para as ruas”. Todo o ódio destilado, já há tempos, em comentários anônimos nas redes sociais e em comentários de sites de notícias, foi para as ruas. Pôde-se ver a cara dessas criaturas.

Ódio multifacetado, disperso, múltiplo e hiperindividualista. Caracterizado pela multidão de cartolinas individuais, contraditórias, genéricas, egocêntricas, tal qual uma timeline da rede. Todos buscando uma foto, um segundo que fosse, de fuga do anonimato. Curiosamente, os consumidores do Facebook encontraram um novo lugar para manter a mesma contradição de ser nada e ser alguém: a velha rua.

Numa catarse coletiva, proporcionada, por um lado, por anos acumulando um ódio de classe alimentado pela mídia opositora, e por outro lado pela inquietação advinda da angústia gerada pela insignificância (e promessas de significância) produzida pela Capital, toda essa fatia foi rebelar-se contra tudo e contra todos nas ruas. E foram protestar fundamentalmente

contra a política, entendida como espaço público de discussão sobre o poder, nesse sentido, entidade anacrônica como o tipo de consumo engendrado pelo capital. E tudo sustentando materialmente pela estabilidade e segurança econômica e na manutenção da qualidade de vida que o Lulismo proporcionou. Esses fatores, além de outros mais pontuais, fomentaram essa catarse individual/coletiva de final de expediente ou happy-hour.

O cartaz erguido por uma manifestante anônima no protesto de segunda-feira, dia 17/07 (e exibido por um álbum da Folha Online), resume “meu partido sou eu”. A nova lógica a ser compreendida pela democracia é essa, a de que ela possui cidadãos formados pelo Capital que não toleram mais nem um resquício de coletividade, representatividade ou qualquer forma de vida social que pressuponha a alteridade. Caminho iniciado pelo próprio Capital, objetivando uma nova etapa de acumulação, desde os fins de 1970: caminho esse que pretendia colonizar toda a vida pública. E, a política, compreendida nesses termos, não poderia estar fora deste projeto de dominação.

ANEXO F – Matéria: ‘São Paulo, cidade violentada’

São Paulo, cidade violentada

Como começou a selvageria ontem. Que é o Movimento Passe Livre. O jogo duplo da mídia e o peso da tarifa

Por Alessandra Alves, Andressa Pellanda, Bárbara Libório, Cleyton Vilarino e Túlio Bucchioni

No início da grande manifestação de ontem, ainda em frente ao Teatro Municipal, tudo seguia pacífico, exceto pelas inúmeras revistas feitas pelos policiais prendendo qualquer um que estivesse com algo que considerassem suspeito, inclusive vinagre. A substância é utilizada para se proteger dos efeitos das bombas de gás. O intuito era claro: haveria repressão e era preciso deixar os manifestantes os mais indefesos possível das investidas da tropa. Pela manhã, o tenente-coronel Marcelo Pignatari, comandante das operações policiais afirmava que não deixaria os manifestantes “à vontade pela cidade”. Após os últimos protestos – o de ontem foi o quarto, em dez dias, contra o aumento das passagens de ônibus e metrô – o prefeito da cidade Fernando Haddad e o governador de Estado, Geraldo Alckmin, reiteraram que não negociaram com “vândalos”. Referiam-se a grupos minúsculos que, nos atos anteriores, atingiram ônibus e vitrines.

Nesta última manifestação, nem isso ocorreu. A marcha seguiu organizada, sem qualquer violência. Menos de dois quilômetros depois, quando os manifestantes já caminhavam havia cerca de 30 minutos, a palavra de ordem do grupo de mais de dez mil pessoas (que o governador definiu como “pequeno, mas violento”) era um apelo: “sem violência”.

Foi exatamente ali, em meio a estes pedidos por paz, que começou a selvageria da Polícia Militar (PM). A tropa de choque deu tiros e atirou bombas de gás contra a multidão. O empurra-empurra era inevitável e por pouco não houve pisoteamento e tragédia. O intuito da PM era claro: impedir que os manifestantes chegassem até a avenida Paulista, sede de algumas das principais empresas brasileiras. Para isso, passaram a lançar mais bombas de gás. A população dispersou-se em diversos grupos, cada um com centenas de manifestantes.

Alguns poucos tentaram improvisar, como defesa, barricadas de sacos de lixos, as quais se ateava fogo. De nada serviram. A polícia continuava a atirar bombas de gás e a

encurrular os manifestantes. “Nessas horas você perde a coragem ou o que quer que seja e pensa ‘quero ir pra casa’. Mas eu não tive essa opção, não tinha por onde ir que não tivesse fumaça”, contou a repórter Amanda Previdelli, em sua conta no Twitter. Foram muitos os relatos de pessoas feridas e não conseguindo respirar. “Quando tacaram bomba na praça, eu subi para fugir do gás denso, mas não deixaram a gente fugir. Atrás de mim, caiu uma bomba, só vi a fumaça. Virei, na minha frente caiu outra, cheguei a vê-la bem perto”, relatou Amanda: “o que fizeram com o povo ao meu redor foi desumano”. Mais de cem pessoas ficaram feridas.

Os diversos grupos continuaram tentando chegar até a avenida Paulista, já bloqueada pela polícia. Ali, uma cena de guerra estava montada. Os estudantes que saíam de uma faculdade eram revistados um a um. Jornalistas foram agredidos e a tropa de choque seguia em uma caçada por manifestante já dispersos. Um grupo de pouco mais de vinte pessoas que gritava em coro “sem violência” teve como resposta balas de borracha e bombas de gás. As imagens nos telejornais se inverteram e o prefeito Fernando Haddad voltou atrás sobre as ações policiais. No final da noite, ele criticou a ação da PM. “A imagem que ficou foi de violência policial”, afirmou em coletivo logo após os protestos. Geraldo Alckmin reafirmou que os manifestantes são violentos. Ambos reafirmaram que não vão reduzir a tarifa do transporte e São Paulo e um novo protesto está marcado para segunda-feira. Cerca de 23 mil pessoas já confirmaram presença, pelo Facebook, em menos de 24 horas.

O MPL e a reivindicação pela tarifa zero

O Movimento Passe Livre, principal articulador dos protestos contra o aumento das tarifas do transporte coletivo em diversas cidades brasileiras, teve sua origem em uma revolta popular espontânea, na cidade de Salvador, capital da Bahia, em 2003. A partir deste episódio, que ficou conhecido como “A Revolta do Buzu”, o movimento toma proporções nacionais e, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, institucionaliza sua organização em torno da concepção do direito de ir e vir como um direito básico que deve ser assegurado pelo Estado, assim como a educação e a saúde pública.

O movimento reivindica a mudança do modelo de transporte público provado, que atualmente funciona sob a forma de concessões, para um modelo público que possa garantir o passe livre para toda a população. Bastante heterogêneo em sua composição e em termos de concepções teóricas e práticas, ainda que tenha como característica comum a reivindicação da

ação direta nas ruas, o MPL parece contar com membros que flertam desde o marxismo e a organização partidária até com o anarquismo.

Em São Paulo e em outras capitais, a bandeira da tarifa zero e a organização contra aumentos no preço do transporte público encontra um grande espaço de ressonância principalmente entre a juventude. E a composição dos manifestantes é absolutamente heterogênea. É engano grave pensar que se trata de uma onda de protestos oriunda da classe média – como tentam sustentar a mídia comercial.

Jogo duplo da mídia e papel das redes

Em meio aos protestos e embates da última semana, a mídia ganhou um capítulo à parte. De um lado, uma cobertura que evidencia o vandalismo e a violência dos manifestantes, pouco citando a operação violenta da PM. De outro, prisões e agressões que repórteres e fotógrafos sofreram enquanto tentavam, de alguma maneira, acompanhar o que acontecia.

A secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP) ainda não contabilizou o número de jornalistas detidos nos quatro protestos. No entanto, sabemos que profissionais dos veículos Terra, Aprendiz e Carta Capital foram levados à delegacia. Piero Locatelli, repórter da Carta Capital, ficou detido até o início da noite, por portar vinagre.

Sete jornalistas da Folha de São Paulo foram agredidos pela polícia. Dois deles levaram tiros de borracha nos olhos. Um fotógrafo da agência Futura Press foi atingido da mesma maneira e corre o risco de perder a visão.

Nas primeiras manifestações, a mídia, o governo e boa parte da população afirmavam, em coro, sua oposição aos protestos. Os atos de vandalismo eram inaceitáveis. As manchetes dos principais jornais da cidade evidenciavam as depredações e danos ao patrimônio público paulistano, minimizando o número de militantes e o tamanho da manifestação.

Nas redes sociais, entretanto, houve uma imensa propagação de fotos, vídeos e relatos de manifestantes que estavam presentes nos protestos, declarando que todo o vandalismo e violência foram incitados pela repressão violenta da PM. Depois dos acontecimentos de ontem, pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, revelou a reviravolta: 55% dos paulistanos se dizem a favor dos atos de protesto, ainda que 78% ache que os manifestantes foram mais violentos do que deveriam. Apenas hoje, depois do quarto ato – o mais violentamente reprimido – é possível vislumbrar na mídia relatos sobre a repressão e violência policial, que transformaram as ruas da cidade em um campo de batalhas.

Reações do mundo

Em nota divulgada ontem (13/06), durante os protestos, a Anistia Internacional demonstrou preocupação com o aumento da violência na repressão aos protestos e com o discurso das autoridades paulistas, “sinalizando uma radicalização da repressão e a prisão de jornalistas e manifestantes, em alguns casos enquadrados no crime de formação de quadrilha”. Ressaltou que o transporte público acessível é de fundamental importância para que a população possa exercer seu direito de ir e vir. “É fundamental que o direito à manifestação e a realização de protestos pacíficos seja assegurado”, afirmou.

Reportagem do The New York Times de hoje (14) destacou que os protestos ocorrem em um momento delicado para os líderes políticos, já que estão lidando com preocupações sobre a inflação alta e o crescimento econômico lento, além de “estarem tentando promover o Brasil como destino seguro e estável antes da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016”, que serão realizados aqui.

População inflada e transporte urbano em caos

Com 11,2 milhões de habitantes somente na capital (e outros 8 milhões na região metropolitana), São Paulo tem os meios de transporte saturados. Segundo artigo publicado em 2011 pela relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, os paulistanos gastam uma média de 2 horas e 42 minutos todo dia em deslocamentos diários; em um ano, são 27 dias perdidos em congestionamentos.

O excesso de carros esclerosou a metrópole. Em 2011, o Departamento de Trânsito de São Paulo (Detran) computou uma frota de 7 milhões de veículos, dos quais 5,11 milhões são carros. Proporcionalmente ao número de habitantes (11,3 milhões), a média em São Paulo é de um carro para cada 2,2 pessoas. Os congestionamentos chegam constantemente a 115 km no fim da tarde. Hoje, a maior metrópole do país possui apenas dez corredores de ônibus, sendo que o último foi inaugurado há sete anos.

Outro fator importante para a mobilidade urbana paulistana é o preço do transporte público. Em São Paulo, as linhas de ônibus são operadas por oito concessionárias privadas, que atendem diferentes regiões da cidade. A SPTrans, uma autarquia municipal, que gere o transporte público da cidade. Nos últimos 15 anos, o custo da passagem de ônibus triplicou.

Em 1998, o bilhete custava 1 real, preço que chegou a R\$3 em 2011, com um aumento (11,11%) bem acima da inflação do período (6,03%). Em 2013, o prefeito eleito, Fernando Haddad (PT) anunciou o aumento da passagem para R\$3,20 – aumento (6,4%) que ficou abaixo da inflação registrada nos últimos dois anos (14,4%) – o que faz São Paulo ter a passagem de ônibus mais cara do Brasil.

Apesar de se tratar de uma diferença R\$0,20, o aumento consumirá uma parcela maior da renda dos trabalhadores. Quem recebe um salário mínimo no Estado de São Paulo (R\$755, um pouco acima do salário mínimo nacional de R\$678) e utiliza um ônibus e um metrô para ir e retornar do trabalho terá um gasto de R\$200, o que equivale a 26,4% de sua renda total. A insatisfação com o aumento do preço do transporte desencadeou protestos em diversas outras capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Goiânia, Natal e Porto Alegre) para reivindicar a redução do custo da passagem. O Movimento Passe Livre, grupo presentes em diferentes estados e dedicado ao debate em torno da mobilidade urbana, articulou a maior parte deles.

ANEXO G – Matéria: ‘Uma saída para o impasse em São Paulo’

Uma saída para o impasse em São Paulo

Há caminho político, avaliado pelo STF, para reverter reajuste transferindo custos a 1% mais favorecidos. Fernando Haddad estará à altura de tal ousadia?

Por Antônio Martins

A partir de sexta-feira (14/06) à tarde, o prefeito Fernando Haddad reviu sua postura anterior e emitiu sinais de que está aberto ao diálogo com os movimentos que lutam por uma cidade para todos. A nova atitude, que revela saudável capacidade de autocrítica, abre espaço para buscar uma alternativa capaz de alcançar, ao mesmo tempo, três objetivos: a) suspender o aumento da tarifa de ônibus, num gesto simbólico de boa vontade; b) recolocar na pauta nacional a reforma tributária, um instrumento indispensável para construir metrópoles humanas e um país menos desigual; c) desencadear, em São Paulo, um amplo movimento pela garantia da mobilidade urbana, que irá muito além do debate da tarifa e articulará prefeitura e sociedade civil numa busca de soluções que pode repercutir em todo o país.

A injustiça do sistema tributário brasileiro e do orçamento estatal é ainda mais crua nas grandes cidades. Há poucos meses, um estudo do IPEA – o principal órgão de pesquisas do governo federal – demonstrou que o Estado brasileiro (União, Estados e Municípios) investe doze vezes mais no transporte individual que nos sistemas públicos de mobilidade. Os benefícios concedidos à minoria que usa frequentemente o automóvel são tão recorrentes que se tornaram invisíveis. Por desconhecimento ou hipocrisia, parte da população associa a luta pela tarifa zero, nos ônibus e metrô, a um devaneio romântico. Mas se esta lógica for válida, não seria também lunático acreditar que os carros podem circular, sem ônus algum, por ruas e avenidas construídas, mantidas e sinalizadas com recursos de toda a população? Não é bizarro oferecer infraestrutura de transporte gratuita para a locomoção das elites, e obrigar quem ganha salário mínimo a dispendar com (péssimo) transporte cerca de 25% de seus vencimentos?

Rever um sistema tributário injusto é uma luta árdua. Como o Estado é quase sempre ineficaz, os privilegiados argumentam que qualquer mudança equivale a extorquir a população. A mídia transforma este discurso primário num dogma. Por isso, não se pode desperdiçar as brechas raras, que às vezes surgem, para começar a construir um sistema de

impostos menos injusto. Uma delas – a que abre a porta para uma solução em São Paulo – despontou em 6 de fevereiro deste ano, numa decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao julgar uma ação (o Recurso Extraordinário – RE562045) do Estado do Rio Grande do Sul, que tramitou durante cinco anos, o STF decidiu que os impostos sobre transmissão de imóveis podem ter alíquotas progressivas. Em outras palavras, devem ser cobrados tendo em vista o poder econômico dos cidadãos. O novo entendimento refere-se especificamente a um tributo cobrado pelos Estados – o Imposto sobre Transmissão por Causa Mortis e Doação (ITCMD), que incide sobre heranças. Porém, a decisão do STF expõe uma doutrina que pode ser tranquilamente aplicada a um tributo municipal análogo, o ITBI. Segundo a edição 694 do boletim do STF, “firmou-se que todos os impostos estariam sujeitos ao princípio da capacidade contributiva”.

O ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) responde por 8,05% das receitas do município de São Paulo. Representou, em 2012, receita de R\$1,25 bilhão – pelo menos quatro vezes superior ao que se arrecadará com o aumento de R\$0,20 na passagem de ônibus.

Porém, sua forma atual de cobrança é extremamente injusta. Ele onera do mesmo modo (alíquota de 2%) a venda de uma casa no Jardim Rosana (onde o DJ Lah e outras seis pessoas foram chacinados por PMs em janeiro) e uma mansão encravada ao lado do Palácio dos Bandeirantes, no aristocrático Morumbi. Não leva em conta nem a capacidade contributiva – que agora o STF endossa – nem o fato de a prefeitura oferecer, às regiões mais ricas, serviços públicos incomparavelmente superiores (vale consultar a última edição do Quadro da Desigualdade, da Rede Nossa São Paulo).

Fernando Haddad tem em mãos uma oportunidade histórica. Ele pode suspender o aumento de R\$0,20 nas passagens enviando simultaneamente, à Câmara Municipal, projeto para rever as alíquotas do ITBI. Para que tenha caráter também simbólico, a revisão deve incidir principalmente sobre o 1% mais rico do município. Esta parcela da população – cujos imóveis são constantemente valorizados por obras e serviços de alta qualidade, prestados pelo município – tem plenas condições financeiras de contribuir para a manutenção do transporte público.

A iniciativa pode ser complementada com outra medida saneadora. O prefeito precisa constituir um Grupo de Trabalho para examinar os atuais contratos de concessão dos transportes públicos no município. Reportagem publicada ontem por O Estado de São Paulo expõe, a partir de dados da Secretaria Municipal de Transportes, uma realidade aterradora.

Entre 2004 e 2012 – precisamente o período dos governos Serra e Kassab -, o cartel de grandes empresas que controla o setor passou a transportar 80% passageiros a mais (de 4,4 milhões para 7,9 milhões, em média, ao dia). Porém, a população que usa transporte coletivo foi comprimida numa frota que encolheu, neste período de 14 mil para 13 mil ônibus. O Grupo de Trabalho deve incluir sociedade civil e especialistas (há inúmeros, de grande competência, no Conselho da Cidade, recém-formado pelo prefeito). Precisa apresentar diagnósticos e soluções antes que a prefeitura conclua a licitação que renovará a concessão de linhas. É um megacontrato, que envolve R\$46,3 bilhões e definirá o padrão do transporte coletivo em São Paulo nos próximos quinze anos.

O drama do transporte público é um dos nós do capitalismo contemporâneo. Filósofos como Toni Negri têm frisado que, na era da economia do conhecimento, as metrópoles substituíram a indústria e se converteram no espaço central da geração e concentração de riquezas. São o ambiente em que se produzem imensas fortunas, por meio de mecanismos como o rentismo financeiro e a especulação imobiliária. São, também, usinas monstruosas de segregação. As multidões que se envolvem diariamente na geração de valor e mais-valia estão condenadas a uma vida insalubre em periferias inóspitas. Os ônibus indignos em que perdem todos os dias horas de suas vidas são dos grandes símbolos das desigualdades contemporâneas.

Reformas tributárias redistributivas equivalem, nas metrópoles, as revoluções humanizadoras. Por meio delas, pode-se garantir direitos que os mercados negam. Os vinte centavos são apenas um ínfimo exemplo. A riqueza gerada numa cidade como São Paulo seria mais que suficiente para alcançar objetivos com a garantia, nas periferias, de condições urbanísticas semelhantes às do centro; a despoluição dos rios; a oferta gratuita de internet sem fio em todo o município; a oferta de transporte público de qualidade para todos. Nada disso poderá ser alcançado enquanto a máquina de exclusão continuar girando.

Estudioso arguto do capitalismo e suas mutações, o prefeito Fernando Haddad defendeu a reforma tributária de forma explícita, logo depois de eleito. Em condições normais, porém, teria de conformar-se às barganhas, conchavos e protelações da Câmara Municipal; às pressões do poder econômico e da mídia.

Os protestos contra o aumento das passagens revelam que a multidão começou a despertar. Desde sexta-feira passada, até mesmo os jornais conservadores (e – pasme! – o Arnaldo Jabor...) foram obrigados a demonstrar certa simpatia com os manifestantes e a se distanciar da postura truculenta do governo Geraldo Alckmin. A decisão recente do STF

ampliará a legitimidade de um gesto ousado. A revogação do aumento, acompanhada de abertura de um diálogo estratégico com os que querem cidade para todos, teria enorme popularidade. Muito mais importante: provocaria uma chacoalhada democrática, num país inquieto e ansioso por novidades.

Eleito com o slogan que o associava a “um novo tempo”, Haddad foi chamado pelas circunstâncias a demonstrar que está à altura deste mote. Terá coragem de fazê-lo?

ANEXO H – Matéria: ‘O papel de quem se crê consciente’

O papel de quem se crê consciente

Nas ruas, novo ponto de encontro dos brasileiros, partidos de esquerda e movimentos sociais são indispensáveis – mas sem arrogância

Por Tadeu Breda

O protesto realizado quinta-feira, 20 de junho, na Avenida Paulista, em São Paulo, mostrou que as manifestações que têm ganhado a cidade estão divididas em dois grandes grupos: os organizados e os desorganizados. Eu sei que toda tentativa de classificação política e social – como esta que estou prestes a fazer – é generalista e não abarca a imensa diversidade do real. Portanto, muitas vezes acaba sendo inócua. Ainda assim, acredito que pode contribuir para a compreensão do que estamos vivendo, e reforçar alguns caminhos que me parecem abertos.

O primeiro grupo – os organizados – está formado majoritariamente por militantes de partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, centros acadêmicos, associações estudantis e organizações populares, muitas com atuação cultural. É um grupo pouco numeroso, mas está espalhado por todo o território paulistano: centro, periferia, bairros ricos, pobres, classe média, universidade públicas e privadas. Alguns de seus membros foram agredidos durante o protesto de quinta-feira, tiveram suas bandeiras queimadas e se viram obrigados a bater em retirada para não apanhar mais.

Os organizados também se representam por grupos ainda mais reduzidos e pouco articulados, que o senso comum prefere denominar com gangues. Por um lado, estão punks, anarquistas e antifascistas, avessos à existência do Estado e da autoridade, que consideram opressores. Por outro, grupos de ultradireita, nacionalistas, skinheads e fascistas, que pregam o reino da lei e da ordem, têm saudades da ditadura militar e lideraram as agressões contra as pessoas que carregavam bandeiras vermelhas na última marcha. Ambos podem utilizar de violência, mas com objetivos radicalmente distintos.

A parcela mais numerosa de manifestantes, porém, está formada pelas pessoas desorganizadas – ou seja, gente que não está vinculada a nenhuma entidade política, sindical, social ou cultural. E apenas uma minoria delas é politizada. A imensa maioria está tomando contato com a política pela primeira vez na vida: nunca havia participado de uma

manifestação, nunca havia apanhado da polícia, nunca havia sequer discutido política nem se preocupado com isso.

Estão acostumados a se informar apenas pelos grandes meios de comunicação, como Jornal Nacional. Se leem notícias, costumam recorrer a UOL, Folha ou Estadão. Sua revista preferida é Veja. São todos veículos imparciais – acreditam. Não importa tanto a faixa etária, se são adolescentes, adultos ou estão às portas da terceira idade. Foram os despolitizados de todas as classes sociais que compraram a pauta criada pela grande imprensa para as manifestações que claramente pediam redução da tarifa e passe-livre, e que haviam sido conduzidas desde o começo por organizações de esquerda.

Essa passividade também fez com que engrossassem o coro antipartido e se mostrassem coniventes com as agressões aos militantes. Por ingenuidade, preguiça ou comodismo, muitos deles simplesmente não sabiam o que estavam fazendo. Outros, sim: e estes puderam escolher – com pleno domínio de suas consciências – se apoiavam ou não a catarse movida a gritos como “Abaixa essa bandeira”, “Fora PT”, “Bandeira, aqui, só a do Brasil” e “O povo unido não precisa de partido”. Isso porque, dentro do enorme grupo dos desorganizados, há quem busque outras fontes de informação, questione as opiniões hegemônicas, reconheça os valores da democracia etc. Houve gente que ficou feliz por ter manobrado a massa em prol de seus objetivos repressores – na ocasião, alcançados com sucesso. E houve quem se decepcionou imensamente por ter visto um atestado tão grande à liberdade e à democracia, enquanto skinheads andavam envoltos em seu bairrismo xenófobo e cartazes preconceituosos – tipo, “Feliciano, cura a Dilma” – eram exibidos impunemente.

Existe uma imensa massa protestando nas ruas – e que está disposta a ser convencida sobre quais pautas devem abraçar em seu desejo legítimo de melhorar o país. Por enquanto, essa massa está sendo convencida a levantar as únicas bandeiras que chegam a seus olhos e ouvidos, e que não por coincidência são as bandeiras propaladas pelos meios de comunicação tradicionais em seu bombardeio incessante.

Por isso, uma vez reduzida a tarifa, os cartazes foram tomados por insígnias etéreas, como Fora Renan, Fora Dilma, Fora PT, Não à PEC 37, Não à corrupção, Fim dos impostos e congêneres. Os motes da violência policial que teria sido a responsável pela massificação dos protestos; o Fora Alckmin, como pregam desde sempre os partidos de esquerda; e a passagem gratuita nos transportes públicos, que teria iniciado a mobilização, simplesmente desapareceram.

Nessa mesma quinta-feira, presenciei um jovem do Movimento Passe Livre explicando a algumas pessoas que gritaram bordões antipartido por que eles haviam sido violentos e irracionais incitando a violência contra os militantes que portavam bandeiras vermelhas. E conseguiu convencer alguns. Um deles continuou criticando Dilma Rousseff e o PT em seu mural do Facebook, mas passou a postar mensagens sobre a importância dos partidos para a democracia. Também alertava amigos sobre o perigo de atitudes como as que ele mesmo havia tomado na rua.

É possível convencer muitas pessoas que, à primeira vista, parecem fascistas empedernidas, mas que na realidade apenas nunca pensaram sobre suas próprias crenças – e nem nunca se viram confrontadas com pensamentos diferentes dos seus. Jamais fizeram o exercício do autoquestionamento político. Para tanto, partidos, movimentos sociais e organizações populares precisam deixar a agressividade e a arrogância de lado e mostrar-se receptivas ao debate – sobretudo ao debate nas ruas, novo ponto de encontro dos brasileiros.

É verdade que o convencimento individual não é páreo para as transmissões televisivas, que atingem – e cativam – milhões de pessoas todos os dias. Por isso, novas estratégias devem ser traçadas pelos grupos organizados que há tempo pregam a ampliação dos direitos sociais, a preservação ambiental e uma longa lista progressista de etceteras. Como disse o filósofo Vladimir Safatle, é hora de compreender que o verdadeiro embate apenas começou – e que a história não perdoará quem, agora, recolha suas bandeiras. “Agora não é hora de medo. Agora é hora de luta”.

ANEXO I – Matéria: ‘Primavera Brasileira ou golpe de direita?’

Primavera Brasileira ou golpe de direita?

Perguntas e respostas sobre um movimento que está mudando a cena do país – e cujo futuro, aberto, será decidido também por você

Por Antônio Martins

“O Brasil não é para principiantes”, disse certa vez o compositor Tom Jobim. A sabedoria destas palavras está ecoando de novo a cada dia, nas duas últimas semanas. Entre 6 e 19 de junho, uma onda avassaladora de protestos de rua resgatou a ideia de que as lutas sociais valem a pena e marcou a emergência de uma cultura política de autonomia, redes sociais e horizontalidade. Um dia depois, as manifestações que deveriam celebrar este resgate foram em parte capturadas. Resvalaram para episódios de autoritarismo e intolerância, depois que a crítica às injustiças e à ausência de direitos foi direcionada contra os governos de esquerda e seus limites (vale ler este texto do repórter Tadeu Breda). Muitos dos que haviam se manifestado desde o início chocaram-se e recuaram. Foi inteligente, mas é hora de um novo passado. As ruas não se calarão, se quem luta por justiça estiver afastado delas. É preciso – e é possível – disputa-las. Este texto tentará explicar por quê e como, na forma urgente e imperfeita das perguntas e respostas.

1. É possível falar em Primavera Brasil?

Ainda não, mas há sinais muito animadores de uma grande onda de mobilizações por direitos sociais, capaz de expandir em muito as conquistas – importantes, porém limitadas – por dez anos de governos de esquerda. Em torno de um tema catalizador (os transportes urbanos e sua tarifa), claramente associado às desigualdades e a um modelo de metrópoles cada vez mais rejeitado, milhões de pessoas foram às ruas, em centenas de cidades. Outras reivindicações da mesma natureza, como o direito à moradia, emergiram.

Uma das grandes novidades das manifestações é que tiveram perfil completamente distinto do que marcava as lutas sociais brasileiras. Não foram convocadas nem pelos partidos de esquerda, nem pelos movimentos sociais tradicionais. A partir do chamado de um pequeno grupo, o Movimento Passe Livre (MPL), as multidões autoconvocaram-se, usando as redes

sociais. Esta cultura política de autonomia não é inteiramente nova. Foi ela que suscitou, no início do século, grandes eventos, como os Fóruns Sociais Mundiais. Porém, é a primeira vez que se torna realmente popular, praticada por multidões. Este fato pode ter enorme importância. Sacode um cenário político que tende à estagnação, já que esquerda no governo tem grandes compromissos com o poder econômico e avança muito devagar; mas a alternativa institucional viável a ela é muito pior: os partidos conservadores e neoliberais.

A partir de 15 de junho, este movimento sofreu uma interferência que pode paralisá-lo ou inverter seu sentido. A mídia e os partidos à direita do PT, que até então o demonizavam e reprimiam, fizeram um grande giro tático. Passaram a turbina-lo, ao mesmo tempo em que tentam captura-lo. Procuram esvaziar a reivindicação de direitos e igualdade (ou seja, seu caráter “perigoso” de crítica social) e suscitam, em seu lugar, a luta genérica “contra a corrupção”. Ao fazê-lo tentam, ao mesmo tempo, voltar o movimento contra os governos de esquerda. Tirá-los do poder, seja de que modo for, é algo que, nos últimos dez anos, nunca saiu da agenda da direita.

Esta tentativa de captura é poderosa, porque a mídia de massas, embora desgastada e em declínio, ainda tem enorme influência no Brasil. Por isso, o futuro do movimento está em aberto. Vai depender de nossa capacidade de compreender o cenário e agir com sagacidade.

2. Há no ar uma tentativa de golpe antidemocrático?

Diversos sinais indicam que sim. Desde terça-feira (18/06), o jornalista Jânio de Freitas chamou atenção para presença intensa de provocadores, em episódios como a tentativa de invadir a prefeitura de São Paulo. A ação que eles desenvolvem – radicalizar artificialmente os movimentos, para justificar a “restauração [autoritária] da ordem” – é típica em golpes de Estado na América Latina, como o do Brasil (1964) e Chile (1973). Além disso, as manifestações de quinta-feira (20/06) tiveram a presença ostensiva de skinheads e de grupos que agrediram militantes de esquerda. Neste dia, a TV Globo quebrou um tabu e deixou de transmitir todas as suas novelas, para “cobrir” as manifestações de maneira distorcida, em seu esforço para captura-las. Já na sexta-feira (21/06) à noite, pequenos grupos cortaram, simultaneamente o tráfego de quase todas as rodovias que ligam São Paulo ao resto do país. Houve saques na Via Dutra e na Barra da Tijuca. São táticas totalmente estranhas aos movimentos sociais, adotadas para gerar medo e pedidos de intervenção.

A tentativa de golpe vai se intensificar nos próximos meses, porque uma série de fatores colocará em xeque as políticas que os governos de esquerda adotam há dez anos (Outras Palavras tratará do tema em breve). Será preciso fazer uma opção entre ampliá-las (redistribuindo riqueza a questionando privilégios) ou deixá-las para trás. Exatamente por isso, as ruas não podem ser abandonadas por quem luta por uma sociedade justa e liberta.

3. Como foi possível converter manifestações autônomas por direitos em territórios de preconceitos e violência?

A guinada tática que a mídia e as forças conservadoras fizeram, no final de semana passado, está extremamente nítida na “autocrítica” de Arnaldo Jabor na TV Globo, e nas capas de Veja desta semana e da anterior. O caráter desta ação – que consiste em turbinar as manifestações e ao mesmo tempo esvaziar ou mesmo inverter seu sentido – está debatido na questão 1 deste texto. A forma mais eficaz de executá-la é difundir a bandeira “contra a corrupção”, que deriva para “contra a PEC-37”. Poucos a conhecem, mas ela aciona automaticamente a ideia de que punir – os corruptos, os menores infratores ou os que adotam atitude sexual “desviante” – é a solução para os problemas nacionais. Uma frase que circulava ontem (22/6) no Twitter, associada à tag “#calabocadilma”, ilustra de forma caricatural este tipo de associação. Perguntava: “Os médicos cubanos já chegarão sabendo fazer a ‘cura gay’, ou terão de aprender aqui?”.

Para enfrentar esta tentativa de captura é importante compreender de onde ela tira sua força. Os manifestantes, em sua esmagadora maioria, têm menos de 25 anos. Além disso, estão apenas iniciando sua participação formação política. Conhecem ainda pouco do contexto e história dos governos de esquerda e da história institucional do Brasil antes deles. Veem, com toda razão, que o país é muito injusto e há enorme promiscuidade entre política e poder econômico. Mas não enxergam que a bandeira “contra a corrupção”, genérica e difusa, poupa, ao invés de colocar em xeque, aqueles que se beneficiam de nossas desigualdades. Também não se dão conta que o “fora Dilma”, claramente insinuado pela mídia, significaria, nas condições da política institucional de hoje, abrir espaço um governo diretamente ligado às elites.

A manobra dos conservadores é, contudo, extremamente arriscada. Ao engrossarem as manifestações, eles permitem, aos que queremos mudanças reais, dialogar com um público

muito mais amplo. Também por este motivo, a saída não está em “deixar as ruas”, mas em abrir, nelas e nas redes sociais, uma disputa profunda de projetos.

4. Por que a tentativa de capturar os protestos é frágil e pode ser vencida?

Os conservadores não desejavam, nem convocaram os protestos. Apropriaram-se momentaneamente deles, usando seu peso e poder. Mas têm muito a temer. Se a agenda dos direitos continuar a se difundir, e se o espaço horizontal das ruas continuar a ser experimentado pelas multidões, logo entrarão em pauta temas que exigirão as mudanças sociais “perigosas” – muito mais profundas que as realizadas nos últimos anos.

Para isso, é necessário um esforço: romper a barreira da crítica genérica à “corrupção” e ao “poder”. Passar deste discurso ingênuo e inofensivo para a concretude das mudanças sociais; das cidades (e sociedades) para todos; da redistribuição de riquezas. É um passo árduo: exige enfrentar a avalanche da mídia em favor de conceitos massificantes e mistificadores, como “o gigante acordou”. Implica propor questões incomuns, porém de extrema potência: “quem é o gigante”? “Quem se apropria da riqueza que ele produz”? “Como torná-las de todos”?

É preciso notar que a dinâmica do debate nacional mudou. Nos últimos dez anos, nos acostumamos a uma disputa de visões de país permanente, porém de baixa intensidade. De repente, isto ficou para trás. A agressividade que os conservadores demonstraram, sua disposição de convocar tanto a violência policial extrema (como em São Paulo, em 14/6) quanto os skinheads não deve deixar dúvidas sobre o que está em jogo. Ao menos nesse momento, o antídoto eficaz contra o golpismo não é a moderação – é tornar mais concreta, e mais profunda, a agenda de direitos para todos.

5. Que temas permitem retomar uma pauta de direitos e mudanças sociais?

Um dos motes mais traiçoeiros que circulam nas manifestações é “o gigante acordou”. Seu apelo ao nacionalismo embrutecedor (“nação” é um conceito que pode servir tanto para unir contra a opressão externa quanto para mascarar nossas próprias desigualdades) é claro. Pior: repetido quase sempre por ingenuidade, ele contrabandeia para dentro do movimento uma ideia despolutizadora. Sugere que as lutas para mudar o Brasil estão começando hoje. Procura ocultar o esforço de décadas, feito pelos movimentos sociais e sociedade civil, para

formular pautas ligadas à garantia de direitos para todos. Todas estas reivindicações são importantes, para romper a barreira mistificadora da mídia e das elites.

Porém talvez valha a pena, neste momento de disputa aguda de sentidos, concentrar energia naquelas que, por dialogarem com o sentimento das ruas, provocam e fazem refletir. Defini-las é algo que precisaremos fazer em conjunto. Eis a seguir algumas sugestões.

O primeiro alvo, quase óbvio, é a Rede Globo e os barões da mídia. Slogans contra a emissora da família Marinho espalharam-se e tiveram ressonância em todas as manifestações. Eles tocam numa grande encruzilhada do período em que estamos. O oligopólio das comunicações mantém enorme influência e age de modo ostensivo para disputar o sentido do movimento. Mas tem telhado de vidro fino: nunca foi tão amplo o setor da sociedade que compreende sua ação manipuladora.

A Globo precisa ser alvo de campanhas na internet, manifestações de rua, boicotes. Denunciar seu poder, símbolo do oligopólio, abre caminho para a bandeira da democratização das Comunicações, já expressa numa campanha. Denominada pra expressar a liberdade, construída em conjunto por ativistas e organizações, ela formulou e oferece, em sua página na internet, propostas concretas, argumentos e até um projeto de lei sobre o tema.

Também os que foram capturados pelas bandeiras “contra a corrupção” e “contra a PEC-37” voltam-se, no fundo, contra os privilégios e desigualdades. É preciso dar materialidade a estes sentimentos, mostrando que a direita não oferece alternativa alguma para eles. “Contra a corrupção” precisa desdobrar-se, por exemplo, em “Fora o Poder Econômico da Política”. É uma forma popular de abordar a Reforma Política – outra bandeira estratégica para mudar o país e indispensável neste momento decisivo. Diversos movimentos têm trabalhado em torno deste tema. Alguns deles já construíram, inclusive, uma Plataforma comum. Ela desenhou propostas (entre outras, ampliação do poder de plebiscitos e referendos; fim do 14º e 15º salário dos parlamentares; proibição do financiamento das empresas aos partidos). Reúne farta documentação: artigos, vídeos, programas de rádio, biblioteca. A riqueza deste material, construído coletivamente, evidencia como é primária e vazia a bandeira “contra a corrupção”.

O alcance que a luta contra o aumento das tarifas assumiu mostra como a agenda do Direito à Cidade toca a população brasileira. Dezenas de milhões de pessoas, que vivem nas periferias das metrópoles, deixaram de se sentir inferiores nos últimos dez anos. Percebem-se injustiçadas: sem elas, não se produziria uma imensa riqueza, da qual são excluídas. Querem

igualdade e direitos (examine, por exemplo, está convocatória, do Periferia Ativa). Além disso, a classe média é muito mais que os “coxinhas” da “luta contra a corrupção”. Ela inclui um setor criativo, libertário, defensor de um país para todos e disposto a participar de sua construção.

O Direito à Cidade – que talvez deva ser traduzido em conceitos como Reforma Urbana ou Cidades Livres – pode ser desdobrado em propostas que dialoguem com estes dois grupos sociais. Direito à moradia (inclusive no centro das metrópoles). Penalização da especulação imobiliária. Mobilidade urbana, com transportes públicos rápidos, confortáveis e baratos (The Economist, talvez a revista de maior repercussão no mundo, acaba de publicar uma matéria muito simpática à tarifa zero). Limitação do uso dos automóveis. Despoluição dos rios. Exigência de descarte apropriado do lixo. Ciclovias.

Não será possível abrir o leque da pauta dos direitos sociais sem falar em Reforma Tributária. Como frisa o economista Ladislau Dowbor, num texto recente, é preciso desfazer a crença segundo a qual o Brasil tem uma das mais altas cargas tributárias do mundo. A verdade é outra: as maiorias pagam muitos tributos, porque uma pequena minoria, que tem altíssimo poder de contribuir, é pouco exigida e tem muitas brechas para sonegar.

A Reforma Tributária merece textos à parte. Mas precisamos nos preparar para propor mais e não menos impostos. Tributos inteligentes e progressivos, com claro sinal redistributivo. Tributos que corrijam a injustiça típica dos mercados, que transformem serviços dignos num direito (não numa mercadoria acessível a quem pode pagar) e que garantam cidades e um país para todos.

6. Que são as Assembleias Populares e como elas podem preparar uma nova fase da mobilização?

Elas surgiram neste domingo (23/6): três em São Paulo, por iniciativa do Movimento Passe Livre; em Fortaleza, Brasília e Belo Horizonte (esta, com mais de 2 mil pessoas). As Assembleias Populares permitem que a população se encontre e converse horizontalmente, livre da massificação da TV. Estabelecem um ambiente propício a debater a situação do país e, em especial, a desenvolver a consciência dos direitos e a mobilização por eles. Se continuarem a se espalhar, é provável que desencadeiem, muito em breve, uma nova onda de manifestações, agora mais potente.

Não há receita para as Assembleias: podem reunir moradores de uma região ou pessoas interessadas em discutir coletivamente um tema específico; ocorrer numa praça, num salão, numa casa ou mesmo nos pontos de ônibus (veja o que o Periferia Ativa prepara para 25/6, em São Paulo).

Também não é preciso esperar por ninguém, para organizar uma Assembleia. Qualquer organização, ou grupo de pessoas, pode e deve fazê-lo. O importante é não desperdiçar um momento raro, em que as multidões deixaram a passividade e sentem-se empoderadas para debater seu futuro coletivo.

‘Outras Palavras’ participa, com outros coletivos e movimentos, da organização de uma assembleia nesta terça-feira (25/6, às 19h), na Praça Roosevelt, em São Paulo. Debaterá a Ditadura da Mídia e as formas de enfrentá-la. Já está difundida no Facebook (com mais de 500 pessoas confirmadas, ao meio-dia de 24/6). Estamos prontos para divulgar outras iniciativas. Para comunicá-las, basta escrever para mobilizacao@outraspalavras.net

7. Qual o sentido do discurso de Dilma e como os movimentos podem tirar proveito dele?

Mais uma singularidade brasileira: diante dos protestos das últimas semanas, a postura da presidente da República foi distinta das adotadas, desde 2011, por todos os governantes que enfrentaram revoltas similares. Os ditadores árabes reagiram a bala. Em toda a Europa, os dirigentes mantêm as políticas de ataque aos direitos sociais, mesmo diante de manifestações gigantescas e do descontentamento da opinião pública. Obama ignorou o *Occupy*. Sob intensa pressão das ruas, Dilma, ao contrário, saudou as manifestações (“Elas mostram a força de nossa democracia”). Em seu pronunciamento de 21/6, sugeriu que “o impulso desta nova energia política” pode ajudar a “fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas”.

Em 24/6, deu dois novos passos. Passou a receber os movimentos que iniciaram os protestos (ontem, o Passe Livre; hoje – 25/6 – o ‘PeriferiaAtiva’ e os sem-teto ligados ao MTST). E lançou, em reunião com governadores de Estado e prefeitos das capitais, um movimento inesperado. Sugeriu pactos pela Educação, Saúde, Mobilidade Urbana e Responsabilidade Fiscal. Mais importante: defendeu a ideia de um plebiscito, para que a

população decida sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte, encarregada de reformar o sistema político.

A última proposta despertou reação imediata. Políticos conservadores e ministros do Supremo Tribunal Federal opinaram que ela é inconstitucional (o que parece esdrúxulo, pois sugere que as instituições são irreformáveis). Tudo indica que, se levada adiante, a iniciativa enfrentará enorme resistência – tanto entre as elites quanto no próprio Congresso Nacional. O poder econômico não quer rever um sistema que lhe dá enorme influência sobre as decisões políticas. Os detentores de mandato preferem não mexer nas regras que os elegeram.

Mas como os movimentos sociais, e os que foram as ruas, podem enxergar a iniciativa de Dilma?

Concentrar atenção apenas na proposta de Constituinte pode levar à paralisia. É um tema árido, pouco debatido entre a sociedade. E embora haja ampla consciência sobre a necessidade da reforma política, há muitas controvérsias sobre algumas das mudanças que ela implica. O risco é que, ao se dedicarem a resolvê-las, os movimentos dividam-se e dispersem a energia necessária para manter e ampliar a grande maré de reivindicações.

Porém, talvez valha considerar uma resposta dupla. Por um lado, manter o foco na luta por direitos. Continuar estimulando as assembleias populares, a formulação de demandas, a pressão em favor delas. Lembrar que elas não virão sem lutas (embora tenha recebido o Passe Livre ontem, Dilma não sinalizou vontade de agir em favor de suas reivindicações).

Ao mesmo tempo, não seria inteligente desprezar a proposta estratégica da Constituinte e da Reforma Política. Também o Brasil tem instituições que “não nos representam”. Arcaicas, extremamente corrompíveis, fechadas à participação direta dos cidadãos, pouquíssimo transparentes, elas são um dos alicerces que sustentam a injustiça social, a desigualdade e o modelo de “desenvolvimento” hostil à natureza.

Para mudar o país, será preciso sacudi-las. Por isso, a luta pela Constituinte pode ser uma bandeira paralela às reivindicações por direitos. Quanto mais multiplicarem-se as lutas reivindicatórias, mais ficará claro que o sistema político é um obstáculo a elas; e que é preciso reinventar também a democracia. E quanto mais os atuais poderes estiverem sob ameaça de uma vasta reforma, mais seus ocupantes tenderão a ceder às pressões populares...

8. Por que o Brasil estará diante de uma encruzilhada, nos próximos meses? Que papel jogará a mobilização social?

Alcançar a redução simultânea da tarifa de ônibus nas duas maiores metrópoles do país, além de diversas outras capitais e grandes municípios, é provavelmente um feito inédito. Para tanto, centenas de milhares de brasileiros venceram as bombas da polícia e as botas de chumbo da passividade. Ao pagar a passagem com desconto, dezenas de milhões estão refletindo que “é possível”..., mas os vinte centavos conquistados são ínfimos, diante da importância que a vitória poderá assumir nos próximos meses. Ela introduz, no período de turbulências que o Brasil tende a atravessar, a potência rebelde das mobilizações sociais.

Nos últimos dez anos, os conflitos pela riqueza social no país foram relativamente amenos. As maiorias – em especial os economicamente mais pobres – tiveram algum alívio. É algo que vai bem além do Bolsa-família. O valor dos benefícios sociais cresceu, em termos reais. O salário-mínimo subiu bem acima da inflação. O desemprego caiu para um dos patamares mais baixos do mundo (5,5%, segundo o IBGE). O percentual de assalariados com carteira assinada – e, portanto, direitos trabalhistas reconhecidos – cresceu de 46% para 54%. Com as quotas, as Universidades deixaram de ser território exclusivo das elites.

Mas do ponto de vista econômico, os muito ricos também não tiveram motivos de queixa. O consumo ampliado dos que eram antes muito pobres movimentou os negócios e lucros. Como o Estado retomou as grandes obras de infraestrutura e abriu programas como o Minha Casa, Minha Vida, setores como o das empreiteiras voltaram a sorrir. Mineração e agronegócio surfaram na onda de uma alta internacional do preço das matérias-primas. Os ganhos dos grandes aplicadores com os juros pagos pelo Tesouro (e, portanto, por nós) caíram bastante, mas ainda estão entre os mais altos do mundo.

Este cenário – que criou uma zona de conforto e inibia questionamentos e transformações mais profundas – está se desfazendo rapidamente, a partir de duas mudanças importantes no panorama internacional. As cotações de bens primários – hoje, cerca de 54% das exportações do país – voltaram a cair. Uma provável alta das taxas de juros nos Estados Unidos está atraindo parte maior da riqueza monetária que circula no planeta e tornando mais difícil, para outros países, captá-la. Como a economia brasileira internalizou-se e se desindustrializou, estes fenômenos têm impacto. Estão na raiz, por exemplo, da alta do dólar e da inflação – duas tendências que já passaram a dominar o noticiário da velha mídia (as manifestações os afastaram momentaneamente) e serão explorados com intensidade crescente, nos próximos meses.

Como de costume, os conservadores buscam, diante das dificuldades, convocar o moralismo e os impulsos punitivos de uma sociedade majoritariamente cristã. A causa estaria

na “incompetência” dos últimos governos. A saída “natural” seria “apertar os cintos”: partir para políticas de corte de serviços públicos e direitos sociais, como fazem os países europeus. O Brasil deveria mostrar “bom comportamento”, para reconquistar a “confiança” dos mercados internacionais...

Também na política, o moralismo procura impedir que se enxergue o que é atraente e proibido. O impasse das reformas sociais limitadas dos últimos dez anos não precisa revertê-las. Pode, ao contrário, estimular mudanças muito mais profundas. Já não se tratará, neste caso, apenas de uma redistribuição superficial da riqueza, comandada pelo Estado.

Os sinais de Primavera vividos nas últimas semanas sugerem que, numa época marcada por crise civilizatória e busca de novas perspectivas, o Brasil pode estar pronto a se rever e reinventar a partir de baixo. O melhor deflagrador é a luta por direitos. A transporte rápido, bom e barato. A viver no centro das cidades. A uma revisão completa de prioridades do investimento público nas metrópoles, que assegure serviços públicos de qualidade nas periferias. À redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais, que o Congresso Nacional engaveta há anos. Para compreender a diversidade de pautas ligadas à garantia de vida digna – e seu potencial de mobilização – vale espiar a série de fotos que registra a passeata realizada por movimentos da periferia de São Paulo, em 25/6, ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado.

Mas também é hora de suscitar os direitos ligados à sociedade da informação. Internet gratuita e universal. Quebra do oligopólio da mídia e efetiva liberdade de expressão. Livre circulação do conhecimento e cultura, com revisão das leis retrógradas de propriedade intelectual. Retomada de projetos paralisados, como os Pontos de Cultura.

A pauta dos direitos aciona, imediatamente, a do combate à desigualdade e aos privilégios. São Paulo tem a maior frota de helicópteros civis do planeta (mais de 500, à frente de Nova York e Tóquio...), enquanto 6 milhões de pessoas chacoalham, às vezes três ou mais horas por dia, em ônibus lotados, sujos e desconfortáveis. O Brasil, que ocupa a 85ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, e cujas ferrovias permanecem sucateadas, é o segundo do mundo, em número de jatos executivos.

Mas a consciência da desigualdade não precisa conduzir a um distributivismo primário. Não se trata de “democratizar” o padrão atual de consumo, mas de recriar as lógicas de produção e distribuição de riquezas. Também neste aspecto, as jornadas das últimas semanas são inspiradoras. Lutou-se pelo transporte coletivo, um bem comum. Abriu-se caminho para debater, por exemplo, cidades livres da ditadura do automóvel ou da poluição

dos rios. Educação e Saúde públicas de excelência e inovadoras. Um uso de eletricidade menos voraz e alienado, para permitir uma matriz de fontes energéticas mais limpa. Um modelo de desenvolvimento do campo que valorize e estimule não a produção de commodities em latifúndios “modernos”, com uso maciço de agrotóxicos – mas o pequeno produtor e a diversidade de nossas culturas alimentares.

Um reexame do país, há muito adiado, foi aberto. Como se viu, nada está assegurado. Os próximos dias e meses serão cheio de surpresas, novas possibilidades e riscos. Mas estamos em muito melhores condições de viver esta nova fase agora, quando as ruas mostraram seu rosto – e sua voz rouca...

ANEXO J – Matéria: ‘Legitimidade e oportunismo’

Legitimidade e oportunismo

Que querem? Passeatas de doutores, filósofos ou apenas militantes ativos? Um novo ator subiu ao palco e quer papel relevante

Por Celso Vicenzi

Apesar das tentativas de captura pela mídia, e das ações de grupos sectários e extremistas, o que se viu nas ruas, além da luta pelo passe livre ou pela diminuição do preço das passagens urbanas, foram reivindicações por melhores serviços públicos. Saúde e educação, especialmente. E críticas aos gastos com a Copa e brados contra a corrupção. Havia muitas outras, no entanto, mais difusas. Todas legítimas – à exceção de uma ou outra de cunho fascista.

Há quem tente desqualificar o que aconteceu, com teorias conspiratórias. Não faz sentido menosprezar a explosão de demandas reprimidas só porque não havia organicidade nas pautas ou porque a classe média aderiu em peso ou, ainda, porque os jovens não tinham suficiente consciência crítica. O que querem? Uma passeata de doutores, filósofos, só de intelectuais? Só pode se for militante ativo? O que se viu pertence àqueles raros fenômenos sociais, resultado quase de uma catarse, com motivações que podem ser listadas eventualmente, mas difícil explicar porque eclodiu num dado momento se os fatores intrínsecos sempre estiveram ali presentes.

A repressão ao movimento dos jovens pela redução da tarifa urbana, em São Paulo, pode ter sido a gota d’água, mas permanece o enigma de como, em questão de dias, 50 mil, 100 mil, 300 mil pessoas em uma única cidade – mais de 1 milhão no país – sentiram-se motivadas a ir às ruas protestar, antes que qualquer das tradicionais organizações políticas viesse propor uma mobilização. As redes sociais são um dado novo, mas se já houve convocações semelhantes para ir às ruas, por que só agora, assim, de repente tudo toma um rumo surpreendente?

Apesar da criticada despolitização do movimento e das ameaças de manipulação e retrocesso político que vieram em seguida, o protesto serviu para oxigenar a democracia brasileira ao exigir, principalmente dos governos e parlamentos – sem esquecer do Judiciário – maior atenção às demandas populares. Não havia um alvo único na crítica à deterioração

dos serviços públicos ou à corrupção no país. A queixa mirava todos os partidos e todos os governos (seria exigir demais que a massa fizesse a conexão também com Wall Street e descobrisse que o sistema econômico global é o principal responsável por sugar os recursos que deveriam ser desfrutados pela população).

Em todas as passeatas, fez-se presente algo preocupante, mas compreensível: a descrença na representação política, que ficou clara na recusa às bandeiras de agremiações partidárias. Um gesto de alienação e de incompreensão sobre o que é e como funciona uma democracia. Vulnerável, portanto, ao assédio de uma direita raivosa que tem saudades da ditadura. Mas é preciso ir com calma, para separar ingênuos de militantes fascistas. Como não entender que há um enorme desencanto com a política e com os políticos? Se até entre alguns militantes politizados havia essa desilusão, por que não haveria também entre os mais alienados? Mais do que impor rótulos, é preciso compreender e dialogar com esse público. Porque, além de ir às ruas, irão às cabines de votação, escolher o destino político do país.

À medida que as manifestações aumentavam em tamanho, o que começou como uma festa democrática transformou-se rapidamente em pesadelo político, pela truculência de alguns setores e pelas tentativas de manipulação. Um grande teste para saber se o país amadureceu, para descobrir se suas instâncias democráticas, a despeito das divergências políticas, saberão se unir para enfrentar aqueles que tentam agir contra os legítimos interesses do povo brasileiro, e se, finalmente, haverá poder de pressão suficiente para levar adiante reformas substanciais. O maior risco é o de a juventude e a classe média que foram às ruas se transformarem numa versão mais moderna, repaginada tecnologicamente, daquela que em 1964 marchou com Deus e a família pela liberdade e apoiou um golpe de estado.

As variáveis, no entanto, são outras. Se a Igreja Católica já não é a mesma e, politicamente, tem feito a defesa das instituições democráticas, é certo que a mídia, que em 1964 apoiou o golpe, hoje tem ainda mais poder. Passado mais de meio século, não parece haver, pelo menos até o momento, nenhuma intenção de que o país volte a esse extremo. Os setores mais esclarecidos não têm dúvida do quanto isso custou à sociedade no passado, inclusive a própria mídia.

O que parece mais provável é que boa parte dos meios de comunicação e setores mais conservadores procurem canalizar os protestos em direção apenas ao Palácio do Planalto, na tentativa de causar o maior desgaste possível, com vistas às eleições de 2014. É uma aposta arriscada. Principalmente para a mídia, que perde cada vez mais credibilidade quando se comporta como partido político.

O resultado dessa intrincada equação dependerá muito de como irão agir as mais importantes organizações sociais do país e de como os membros do Judiciário, do Parlamento e do Executivo – municipal, estadual, federal – pretendem dar respostas consistentes ao que se viu e ouviu nas manifestações.

No cenário de dramas cotidianos, um novo ator subiu ao palco. E quer um papel de destaque no desfecho dessa trama.

ANEXO K – Matéria: ‘Qual é o limite para manifestações públicas?’

Qual é o limite para manifestações públicas?

Por Sylvio Micelli

Nos últimos dias tem ocorrido uma série de atos pelo país contra o aumento da tarifa dos ônibus. O epicentro da manifestação tem sido a cidade de São Paulo, o que dá ainda mais amplitude à mobilização do Movimento Passe Livre (MPL). Os atos são firmes como devem ser e trazem transtornos como sói acontecer com as manifestações públicas. Mas que tipo de transtornos mesmo? Ah, sim. Algumas lixeiras queimadas, algumas pichações numa cidade suja que só era limpa num devaneio de um ex-prefeito e o fechamento de ruas que “prejudica” o trânsito, que já não anda dia nenhuma mesmo...

Isto foi o suficiente para que campanhas odiosas pela grande mídia e que repercutem nas redes sociais, passassem a tratar os manifestantes como se fossem bandidos da pior espécie, simplesmente porque eles resolveram sair às ruas e agir, algo que, digamos de passagem, é incomum ao Brasil, com seu povo pacato e, por vezes, até subserviente.

Arnaldo Jabor, por exemplo, um dos grandes barões do “latifúndio midiota” como diria o querido jornalista Leonardo Severo, afirmou em suas falas dantescas que a manifestação era feita pela classe média e não pelos trabalhadores que seriam os maiores penalizados pelo aumento. Ora, Jabor. Poupe-nos. Que bom que a classe média saia às ruas para defender a redução da tarifa para todos. Mas não é a classe média que está lá, não. Ou ao menos não é só ela. Estão lá os mesmos estudantes de sempre, em sua grande maioria, como sempre estiveram nos anos 1940, virando bondes em São Paulo depois de um aumento de tarifa e como sempre lutaram nas décadas subsequentes em prol da democracia. São os mesmos estudantes que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil no século 19. São os mesmos estudantes que empunharam a bandeira das “Direitas, Já!” enquanto muitos andavam de braços dados com os militares.

O contexto das tarifas de ônibus

Outros preferem criticar os manifestantes e relembrar, saudosos, os caras pintadas no impeachment de Collor que, “de forma ordeira”, expulsaram um presidente do país. Sem

desmerecer aquela mobilização importante de 1992, não podemos nos esquecer de que o impeachment de Collor foi orquestrado pela grande mídia, em especial pela revista Veja. Claro que Collor deveria ter sido retirado do poder, como foi, mas as mobilizações da época não tiveram como nascedouro o berço da nossa sociedade lutadora. Havia, sim, muitos outros interesses envolvidos e Collor, enfraquecido até por sua arrogância, não conseguiu se segurar no poder.

As manifestações até aqui realizadas são perfeitamente democráticas e a violência está muito mais relacionada à repressão e ao despreparado dos nossos companheiros policiais, pelos quais tenho respeito, mas que não posso cancelar as atitudes tomadas por eles nos últimos dias. Pimenta, vinagre, jornalistas presos, balas de borracha.... Tudo virou uma grande salada indigesta.

A primeira coisa que é preciso compreender, é que o transporte público no Brasil é muito caro e muito ruim. Saiu uma matéria no UOL sobre os valores das passagens de ônibus em diversas cidades do mundo, mas o tempo tem imperfeições, além de incompleto.

Explico:

1. Utilizou-se o dólar para unificar a referência, mas trata-se de medida volátil, devido às variações de câmbio na relação dos países;
2. Ao converter-se o euro ou a libra para dólar já há uma natural variação na conversão da moeda. Sendo assim, os países europeus sempre terão os valores mais altos. Isso não significa, porém, que proporcionalmente tenham as maiores tarifas;
3. A matéria, por esquecimento ou desconhecimento, não mencionou que em diversos países, Londres (Reino Unido), por exemplo, paga-se por trecho percorrido e não tarifa cheia, como é o nosso caso. Explico: se aplicássemos a tarifa ponto a ponto como na capital inglesa, ao pegar o metrô da Sé ao Tatuapé, eu pagaria, por exemplo, R\$1 e não a tarifa cheia;
4. E o mais importante de tudo: precisava ter uma referência do valor da passagem em relação ao salário mínimo de cada um dos países. Só sabendo o quanto 100 reais e seus equivalentes nas outras moedas “compram” passagens é que teríamos percentuais mais próximos da realidade. Para isso, uso mais uma vez, o exemplo londrino. O salário mínimo no Reino Unido é cerca de 1200 libras. Com esse valor, compra-se cerca de 450 tarifas de transporte público, reiterando que o número pode ser muito maior, tendo em vista que lá paga-se por trecho percorrido.

Pode, portanto, até dobrar a quantidade de viagens. Aqui no Brasil, o salário mínimo vigente é R\$678, o que dá para pagar pouco mais de 200 tarifas de transporte. Ou seja: temos metade do poder de compra e pagamos o dobro pelo transporte, que é ruim e incipiente. Simples assim, sem rodeios.

Petições pela internet vs. manifestações públicas

Muitos dos críticos aos manifestantes desses dias, inclusive na mídia, são os mesmos que não acreditam na eficácia das petições online, mas que assinam talvez, para aplacar a dor involuntária de suas consciências. Por sinal, a internet é um importantíssimo veículo para divulgar, esclarecer e formar opinião. Mas, sinceramente, assinar uma petiçãozinha online, ainda que seja uma forma colaborativa para discutir temas relevantes, de nada resolve.

Só para relembrar nossa memória fraca, há pouco mais de quatro meses, quando Renan Calheiros foi eleito presidente do Senado Federal, o Brasil “se mobilizou”. Coletou cerca de 2 milhões de assinaturas, imprimiu-as todas para fazer volume no Congresso Nacional. Até Renan disse que também assinaria e o que aconteceu mesmo? Nada! Renan foi inclusive presidente do país por um dia no mês passado para dar um upgrade em seu “vastíssimo” currículo. Se desses 2 milhões de pessoas, 10% tivessem cercado o Senado Federal...

O mesmo aconteceu com Marcos Feliciano, o deputado-pasto homofóbico, racista e que preside, graças a um monstro chamado governabilidade, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, comissão essa responsável por tratar dos temas que o pastor repugna. Muito se falou, chegaram até a ocorrer algumas manifestações dentro da Câmara, mas o número foi diminuindo e nada aconteceu.

O site Vírus Planetário, um importante bastião de luta contra a mídia hegemônica, trouxe duas imagens para reflexão sobre a derrubada do Muro de Berlim e da Queda da Bastilha (acima). Não há vitória, sem luta. E não há luta sem enfrentamento. Mestre Bertold Brecht, por exemplo, já ensinou que “do rio que tudo arrasta se diz violento, mas não se dizem violentas as margens que o comprimem”.

E eu perguntou: o que vale mais a pena? Assinar uma petição online e ser “antenado” com os “problemas” nacionais e mundiais ou arregaçar as mangas, ainda que isso custe algumas lixeiras queimadas, para arrumar o quintal da sua casa? Prefiro pensar globalmente, mas agir localmente.

E meu finado avô, responderia: “Ainda não inventaram uma forma de limpar o chiqueiro, sem entrar lá dentro para tirar a m...”.

ANEXO L – Matéria: ‘Imprensa internacional tenta entender movimento no Brasil

Imprensa internacional tenta entender movimento no Brasil

Por Letícia Nunes

As manifestações que tomaram conta de diversas cidades brasileiras nas últimas semanas foram destaque na imprensa internacional, que tentou explicar o que moveu a revolta e mostrar, em imagens, a magnitude do movimento popular. O interesse cresceu junto com os protestos, e as preocupações com a Copa do Mundo foram tema bastante presente na cobertura.

Na imprensa britânica, o Daily Mirror afirmou que um milhão de brasileiros participaram de manifestações em 100 cidades alegando que o dinheiro gasto na Copa poderia ter ido para a construção de escolas e hospitais. O jornal traz artigo do professor de Direito Octávio Luiz Motta Ferraz, da Universidade de Warwick, para tentar resumir por que os protestos cresceram tanto:

“As pessoas estão tentando dizer que se trata de uma ‘primavera brasileira’, mas estão erradas. O que é importante é que estes distúrbios começaram com uma minoria irrelevante protestando contra as passagens de ônibus, mas o modo como a polícia militar reagiu inflamou a situação. Até 1985, o Brasil era uma ditadura militar, e a polícia militar era usada para combater a oposição. Ver manifestantes pacíficos atacados com gás lacrimogêneo em São Paulo, com nove jornalistas feridos, trouxe de volta lembranças terríveis daqueles tempos. Muitos já defenderam o fim da polícia militar, e o modo como ela reagiu prova que não tem lugar em um país democrático como o Brasil. Ela foi treinada para lutar contra a oposição em uma ditadura, e a maneira como reagiu é a única razão para as coisas terem saído do controle”.

O Guardian explicou que os brasileiros foram às ruas para “protestar contra o governo, os cortes em peças-chave do serviço público e a distribuição de verbas para a Copa do Mundo do próximo ano”. O jornal destacou a importância das redes sociais na mobilização popular, e estimulou o compartilhamento de conteúdo do público, como textos, fotos e vídeos, pela ferramenta Guardian Witness.

A BBC News publicou um mapa mostrando as principais cidades das manifestações e um *slide show* com fotos dos manifestantes e suas faixas. Também postou depoimentos de

leitores brasileiros. Para mostrar a diversidade de reivindicações nos protestos, o jornalão americano New York Times teve uma ideia criativa: publicou em seu site fotos de manifestantes com seus cartazes – e a tradução, para o inglês, das frases contidas neles.

Spray de pimenta

Em peça de opinião assinada pelo Conselho Editorial, o Times afirmou que, apesar de todas as conquistas do Brasil nas últimas décadas – como o fortalecimento da economia e as eleições democráticas –, ainda existe uma grande lacuna entre as promessas dos governantes e as “duras realidades do cotidiano fora da elite política e empresarial” do país. Portanto, afirma o texto, as manifestações não deveriam ser uma surpresa. O jornalão ressalta que Dilma Rousseff tentou responder aos manifestantes, declarando que o desejo por mudança era bem-vindo. O diário americano também chamou a atenção internacional para a truculência policial durante os protestos ao publicar, em sua primeira página, a foto de um oficial da polícia militar atingindo o rosto de uma mulher com spray de pimenta.

A imprensa alemã destacou as críticas dos brasileiros à Fifa e à Copa, segundo artigo no site da DW. “Finalmente, uma democracia se revolta contra uma profundamente antidemocrática Fifa”, afirmou o semanário Die Zeit. “Pela primeira vez, o povo, que paga por essa Copa do Mundo da Fifa, se revolta”, completou a revista Der Spiegel, fazendo, ainda, uma comparação da revolta popular brasileira com a queda do Muro de Berlim.

A al-Jazira ouviu sociólogo e editor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil, Silvio Caccia Bava, que explicou que o movimento é formado, em sua maioria, por estudantes e pela classe média, e ressaltou que, assim como na “Primavera Árabe”, a mídia social teve papel determinante para a disseminação dos protestos. A al-Jazira afirmou ainda que a grande mídia brasileira inicialmente caracterizou os manifestantes como vândalos por conta dos confrontos com a polícia e de alguns atos de quebra-quebra. “O que a mídia fez também reflete a distribuição de poder neste país. As famílias poderosas que são donas de alguns dos principais jornais e emissoras de TV têm medo dos movimentos sociais, então têm a tendência a criminalizá-los. Elas mudaram a sua narrativa apenas por causa do contexto, nada mais mudou”, resume Caccia Bava.

ANEXO M – Matéria: ‘Na contramão da perplexidade’

Na contramão da perplexidade

Por Sylvia Debossan Moretzohn

O surgimento de perfis falsos do Movimento Passe Livre, apontado em reportagem do Globo de segunda-feira (24/6), deveria servir de alerta para as dificuldades e os riscos de mobilizações nesse ambiente fluido e permeável das redes sociais, já brevemente abordados nesta Observatório. O campo aberto pelo mundo virtual costuma ser enaltecido por suas potencialidades libertárias, mas também amplia exponencialmente a possibilidade de manipulação, essa tática tão antiga quanto a política. A intenção, nesses casos, é aumentar a confusão, como vem ocorrendo nesse momento particularmente sensível da vida nacional.

A reportagem indica, e uma olhada nas redes confirma, a maneira pela qual esses agentes – cuja origem não se dá a conhecer, pelo menos imediatamente – ajudam a embaralhar as coisas, alternando publicações legítimas da página verdadeira do MPL com mensagens que fogem às pautas originais, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o combate à PEC 37 e mesmo a esdrúxula convocação de uma “greve geral”, que já contava, na manhã do dia 24, com mais de 800 mil confirmações. (Reportagens e entrevistas publicadas sobre essa proposta, como fez o Estado de S.Paulo no sábado, 22/6, deram o perfil do organizador desse “evento”, mas foram incapazes de alguns questionamentos elementares, seja quanto à generalidade da pauta – “fim da roubalheira”, “punição para os corruptos” –, seja quanto ao perfil dos que aderiram à ideia: quantos serão trabalhadores?).

O cultivo do caos

Curiosa, entretanto, foi a interpretação do “especialista” convocado pelo repórter a falar sobre as consequências dos perfis falsos: ele considera que o fenômeno não tem “a menor importância”, porque, a partir do estopim – no caso, o movimento contra o reajuste das tarifas de ônibus –, as convocações deixaram de ser centralizadas:

“Agora não temos rebanhos. Temos interativismo, no qual cada pessoa comparece nos seus próprios termos e desobedece aos que querem mandá-la, compondo uma espécie de sistema nervoso fractal de imensas multidões. E temos a formação de um fenômeno chamado

de enxameamento da população, ou *swarming*, que acontece quando distintos grupos e tendências, não coordenados explicitamente entre si, vão aumentando o alcance e a virulência de suas ações. E isso é bom, porque distribui a energia transformadora pela sociedade”.

Conviria indagar por que esses grupos rebeldes necessitariam utilizar perfis falsos para disseminar sua “energia transformadora”. Parece óbvio que a intenção é aproveitar-se das reações automáticas e irrefletidas incentivadas pelo ritmo veloz da internet e induzir a erro pessoas que pensam estar apoiando um movimento quando estão colaborando para algo que não sabem o que seja, o que apenas contribui para aumentar a sensação de caos a ser devidamente aproveitada por quem se esconde atrás dessas máscaras.

Referências para a credibilidade

A cacofonia própria das redes impõe, pelo contrário, tentativas de organizar esse caos, o que sempre foi tarefa do jornalismo, embora a grande imprensa não venha cumprindo esse papel, em parte porque – como se verá a seguir –, aparentemente deseja contribuir para ele. Reportagem do Estado de Minas (22/6) confirma que, de alguma forma, é preciso filtrar as informações: assim, um grupo de estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais criou no Facebook uma página dedicada à cobertura das manifestações, que, “em três dias, já contava com 65 mil seguidores”.

Além de divulgarem reportagens próprias e presenciais, procuravam checar a veracidade do que circulava nas redes e nos meios tradicionais (sites e portais jornalísticos e telejornais). “Como não havia fonte de informação mais concisa e confiável no Face, nos mobilizamos”, diz o estudante responsável pela iniciativa.

Ou seja: como sempre, de algum modo, é preciso estabelecer referências para a informação confiável, o melhor antídoto para o comportamento de manada – ou será enxame? –, irresponsavelmente enaltecido pelos entusiastas acrílicos das redes.

“Coisas muito estranhas”

Na contramão do elogio à dispersão e à falta de foco das reivindicações, associadas à suposta – e reiteradamente aplaudida, inclusive pela mídia tradicional – inexistência de lideranças, o depoimento do professor Pablo Ortellado, em debate ocorrido no sábado (22/6), oferece argumentos bem fundamentados para a tentativa de compreensão desses dez dias que

abalaram o Brasil e, de quebra, contraria a ideia de que a grande imprensa deixou de ser importante no mundo das redes – pelo contrário, ela conseguiu “resignificar o movimento” e transformá-lo “no oposto do que era originalmente”.

Pablo começa pelo histórico das demandas pela tarifa zero, que foram crescendo diante da falta de sensibilidade do establishment político. Deixa claro que, desde o início, as mobilizações foram politicamente dirigidas pelo Movimento Passe Livre e aponta a evolução das manifestações, até começar a analisar os últimos acontecimentos.

“Na quarta-feira da semana passada [12/6] – parece um ano, parece lá atrás, mas foi semana passada – o Jornal Nacional fez uma matéria pedindo sangue. Pedindo ordem. (...) Na quinta-feira de manhã [13], dia da manifestação marcada pelo MPL, os dois editoriais da Folha de S.Paulo e do Estado de S.Paulo pediam sangue, pedindo o rigor da polícia. (...) Para a nossa polícia (...) isso é senha para violência irrestrita. (...) E havia uma mobilização muito grande, já superando os padrões brasileiros, e foi uma violência sem precedentes”.

Foi então que “coisas muito estranhas” começaram a acontecer, com a guinada radical do enfoque da mídia hegemônica. O professor não acredita que tenha sido por causa dos jornalistas agredidos – as empresas “não têm tanto cuidado assim com seus trabalhadores” – e insinua que “telefones tocaram” – como, de fato, costumam tocar em situações críticas.

Então Arnaldo Jabor, comentarista da Rede Globo que havia desqualificado o movimento, pede desculpas pelo “erro”; a Folha de S.Paulo publica editorial se retratando e, mais interessante – ou “estranho” –, a Veja sai com uma capa sobre “a revolta dos jovens” e indaga: “Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”. Foi então que surgiram “novas pautas”, inexistentes até então; e é aí que as mobilizações começam a perder o foco.

Ninguém está entendendo nada?

Pablo argumenta que era previsível um adensamento na passeata marcada para a segunda-feira (17/6), em São Paulo, por causa da indignação provocada pela violência policial na semana anterior, mas não se previa mais do que 40 mil pessoas na Paulista. Só que apareceram 100 mil: pessoas “completamente despolitizadas”, com “as pautas mais variadas”. Mais significativo: “Várias delas com cartazes com a listinha da Veja”.

Por isso o professor suspeita da articulação pelos tais telefones que possivelmente tocaram:

“Foi incrível a capacidade que os meios de comunicação tiveram em resignificar um protesto popular por uma demanda socialista. A demanda do MPL é a tarifa zero, é transformar o transporte num direito universal gratuito. E foi completamente resignificado. (...) Parece muito armado, porque houve uma mudança, (...) todos eles passaram a dizer: as manifestações são cívicas, são um exemplo de cidadania. Vocês já viram a imprensa falar isso?”

Junte-se a isso o aparecimento de “pessoas estranhas, fortes, com cabelo raspado”, que atraíram manifestantes para o prédio da prefeitura de São Paulo e começaram a vandalizar: “Durante duas horas e meia eles barbarizaram o Centro e a polícia não fez nada”.

O futuro em aberto

Para começar a entender alguma coisa é preciso prestar atenção a esse tipo de coincidências. Afinal, na origem estava um movimento de esquerda, que obteve enorme adesão e conseguiu uma significativa vitória, articulando objetivos de curto prazo – a revogação do aumento das tarifas – com os de longo prazo, pela transformação da sociedade em benefício de mais justiça e participação. “Mas hoje”, diz Pablo, “temos uma mobilização que não se desfaz e está pautada pelos meios de comunicação, e temos que entender como é que os meios de comunicação conseguiram transformar uma coisa no seu avesso”.

Ninguém sabe dizer para onde vão essas pessoas que, agora, estão nas ruas. Mas não é possível ignorar a quem serve a dispersão de objetivos, oportunamente confundida com o florescimento supostamente espontâneo de múltiplas demandas de cidadãos anônimos.

ANEXO N – Matéria: ‘Mídia e crise de representação, tudo a ver’

Mídia e crise de representação, tudo a ver

Por Venício A. de Lima

Muito se tem escrito sobre a importância das novas TICs (tecnologias de informação e comunicação) para as manifestações de junho, ao mesmo tempo aparentemente anárquicas e organizadas. Procuo, ao contrário, identificar questões específicas relativas ao papel da grande (velha) mídia em todo esse complexo processo.

Redes sociais vs. grande (velha) mídia

Em texto anterior, chamei atenção para um paradoxo que se observa nas manifestações que pipocam por todo o país.

Apesar de “conectados” pelas redes sociais na internet e, portanto, de não se informarem, não se divertirem e não se expressarem (prioritariamente) através da grande (velha) mídia, os milhares de jovens que detonaram os protestos dela dependem para alcançar a visibilidade pública, isto é, para serem incluídos no espaço formador da opinião pública.

É a grande (velha) mídia, sobretudo a televisão, que (ainda) controla e detém o monopólio de “tornar as coisas públicas” – e assim, além de dar visibilidade, ela é indispensável para “realimentar” o processo e permitir a continuidade das manifestações.

Vale dizer, as TICs (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefonia móvel) não garantem a inclusão dos jovens – e de vários outros segmentos da população brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela grande (velha mídia). A voz deles não é ouvida publicamente.

Crise de representação

Emerge, então, um indicador novo da crise de representação política que, como se sabe, não é exclusiva da democracia brasileira, mas um sinal de esgotamento de instituições tradicionais das democracias representativas no mundo contemporâneo.

A ausência de sintonia crescente ou o descolamento da grande (velha) mídia da imensa maioria da população brasileira vem sendo diagnosticada faz tempo. Além disso – ao contrário do que ocorre em outras democracias –, no Brasil a grande (velha) mídia praticamente não oferece espaço para o debate de questões de interesse público. Aliás, salvo raríssimas exceções na mídia impressa, não oferece nem mesmo um serviço de ouvidoria (ombudsman) que acolha a voz daqueles que se considerem não representados.

Dessa forma, a ampla diversidade de opiniões existente na sociedade não encontra canais de expressão pública e não tem como se fazer representar no debate público formador da opinião pública.

Não estariam criadas condições para alimentar a violenta hostilidade revelada nas manifestações contra jornalistas, equipes de reportagem e veículos identificados com emissoras de TV da grande (velha) mídia?

Peculiaridades brasileiras

Em entrevista recente, o professor Wanderley Guilherme dos Santos chamava atenção para o fato de que “as classes C e D têm uma representação majoritária na sociedade em diversos sindicatos, entidades etc., mas são minoritárias na representação parlamentar de seus interesses. Ou seja, (...) elas têm menos capacidade de articulação no âmbito das instituições [políticas] do que as classes A e B” (cf. Insight Inteligência, fev-mar 2013).

Esse déficit na representação política do Parlamento, acrescido da exclusão histórica de vozes no debate público e a consequente corrupção da opinião pública talvez nos ajude a compreender, pelo menos em parte, a explosão das ruas nas últimas semanas.

Mudança radical

O que se observa, no entanto, na cobertura que a grande (velha) mídia tem oferecido das manifestações é uma mudança radical. O que começou com veemente condenação se transformou, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes.

Aparentemente a grande (velha) mídia identificou nas manifestações – iniciadas com um objetivo específico, a redução das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo – a

oportunidade de disfarçar o seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes – não só de jovens, mas da imensa maioria da população brasileira. Mais do que isso, identificou também uma oportunidade de “desconstruir” as inegáveis conquistas sociais dos últimos dez anos em relação ao combate à desigualdade, à miséria e à pobreza.

Não é a primeira vez em nossa história política recente que a grande (velha) mídia se auto atribui o papel de formadora e, simultaneamente, de expressão da vontade das ruas – vale dizer, da “opinião pública”.

Embora consiga disfarçar com competência suas intenções, tudo indica que, ao proceder assim, a grande (velha) mídia na verdade agrava – e não atenua – a crise de representação política.

Se não existem as condições para a formação de uma opinião pública democrática – de vez que a maioria da população permanece excluída e não representada no debate público – não pode haver legitimidade nos canais institucionalizados (partidos políticos) através dos quais se escolhe os representantes da população.

Ademais, tudo isso ocorre no contexto histórico de uma cobertura política sistematicamente adversa que tem, ao longo dos anos, ajudado a construir uma cultura política que desqualifica tanto a política como os políticos (ver “As manifestações de junho e a mídia”).

O que fazer?

Na semana em que o ministro das Comunicações do governo Dilma Rousseff concede duvidosa entrevista e é celebrado pela revista *Veja*, símbolo de resistência a qualquer iniciativa de regulamentação das comunicações no país, talvez uma das consequências da atual crise seja a adesão dos manifestantes à coleta de assinaturas para “uma lei para expressar a liberdade” promovida pelo FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (ver aqui).

É inadiável que uma reforma política inclua a regulação das comunicações e exista condições para formação de uma opinião pública onde mais vozes sejam ouvidas e participem do debate público – vale dizer, para que mais brasileiros sejam democraticamente representados.

A ver.

ANEXO O – Matéria: ‘O êxtase da conexão nas ruas’

O êxtase da conexão nas ruas

Por Muniz Sodré

Uma cena exemplar. Um conhecido repórter dispõe-se a cobrir na rua um momento do protesto quando um dos manifestantes o proíbe de trabalhar. Ante a ponderação do jornalista de que nem a ditadura o havia impedido, o outro retruca: “Eu sou o povo, sou eu quem decide sobre quem trabalha ou não”.

O episódio pode servir de paradigma para o ethos de incerteza a propósito das manifestações de rua que se espalham como rastilho de pólvora por já mais de cem cidades do país. A frase do manifestante pode ser lida tanto como uma insólita afirmação de soberania popular quanto como um exemplo da velha truculência daqueles que no passado assumiam o poder absoluto em nome do povo – algo como um pequeno Stalin redivivo.

A verdade, porém, é que ainda não há um guia para a perplexidade (ou, como disse um colunista, para “o mundo da total complexidade”) que se abateu não apenas sobre políticos e jornalistas, mas também sobre alguns acadêmicos a propósito das manifestações de rua. Quando arriscam explicações, estas oscilam entre uma difusa indignação com o estado de coisas e a atração pela pura e simples ausência de finalidade. Uma coisa é certa: a finalidade inicial, que era protestar contra o aumento da passagem de ônibus (já atendida pelas principais prefeituras) foi ultrapassada por um fenômeno ainda pouco palpável do ponto de vista público.

Convocaram-se especialistas estrangeiros em comunicação, a exemplo do sociólogo espanhol Manuel Castells, autor de alentados volumes sobre as redes, que não hesitou em eleger a internet como protagonista dos acontecimentos. De fato, um dos vários slogans (hashtags, diz-se agora) brandidos por manifestantes dizia: “Saímos do Facebook”. Algo assim como aquela conhecida cena de A Rosa Púrpura do Cairo, em que Woody Allen faz o personagem sair da tela e entrar na vida real. A tela é agora a rede social, seus personagens teriam ganhado a rua.

Discurso ininterrupto

Mas aí é possível levantar alguma dúvida. De fato, mesmo com a ressalva de que se devem pôr ao lado da internet outras motivações sociais, permanece a impressão de que, na opinião absoluta dos especialistas, a internet é “a condição necessária para os movimentos sociais nos dias de hoje”. Não seria esta uma necessidade tibia, mero “castelo” no ar dos argumentos? Suponhamos que, numa pequena cidade, se convocassem as pessoas por megafone a uma manifestação. Seria “megafônica” a essência desse movimento?

Só para variar um pouco o ramerrão argumentativo, pensemos na hipótese, mesmo provisória, de que o sucesso fabuloso da tecnologia eletrônica possa estar toldando a plena percepção dos fenômenos sociais. Isto não é novo na história ocidental. O velho e atualíssimo Karl Marx já havia observado que “as revoluções burguesas, como as do século 18, precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso, seus efeitos dramáticos ultrapassam um ao outro, homens e coisas parecem envoltos em resplendores de diamante, o entusiasmo que chega ao êxtase é o estado permanente da sociedade – mas são de breve duração” (18 de Brumário de Luis Napoleão).

É de extraordinária pertinência esse “homens e coisas envoltos em resplendores de diamante”, esse “entusiasmo que chega ao êxtase”, pois a tecnologia eletrônica – produto notável da consciência hegemônica – propicia a todos, a todos nós, um entusiasmo extático. Não se trata de nenhuma grande mensagem transmitida, nenhuma revelação partilhada, pois toda essa história de conteúdo na mídia se resume na popularíssima expressão americana *bullshit*. Trata-se mesmo do êxtase da conexão. E dificilmente se entra em êxtase de olhos abertos. Não à toa, um dos cartazes da manifestação de rua pedia à polícia: “Não atirem nos meus sonhos! ”.

Não há dúvida, entretanto, de que a internet é um poderoso recurso de mobilização de jovens e adultos, principalmente jovens de classe média. Em outras palavras, é um extraordinário “megafone”. Têm razão aqueles que disseram ter saído do Facebook. Politicamente, a rede tem seus problemas, pois agora se sabe que informa sobre seus peões aos serviços americanos de espionagem. Comercialmente, nunca foi tão bem: segundo o site Olhar Digital, a rede digital atingiu, nos últimos 28 dias, a marca de um milhão de anunciantes ativos, assim como a marca de 16 milhões de pequenas empresas que frequentam regularmente as suas páginas. Os pequenos anunciantes são fundamentais para os negócios: no ano passado, injetaram 32 bilhões de dólares nos cofres da empresa, que ainda conta com outras receitas publicitárias.

Só que a influência de uma rede social sobre o seu “público” é diferente daquela que teria a mídia jurássica, e de nada vale buscar ali explicações para o comportamento coletivo nas ruas por parte de seus membros ativos. Talvez, porém, uma frase em outro cartaz forneça alguma pista: “País mudo é um país que não muda”. O que dizer então do discurso ininterrupto da televisão, do rádio, da enxurrada de revistas e das próprias redes sociais? A se levar a sério o cartaz, tudo isso não diz nada. É o “falatório” temido por filósofos.

Arrogância visível

O cartaz proclama um desejo de mudança. Mas mudar por que, é o que perguntava semana passada o El País:

“O Brasil está pior do que há dez anos? Não, está melhor. Pelo menos, é mais rico, tem menos pobres, e aumentam os milionários. É mais democrático e menos desigual. Como se explica então que a presidenta Dilma Rousseff com um consenso popular de 75% – um recorde que chegou a superar o do popular Lula da Silva – possa ter sido vaiada repetidamente na estreia da Copa das Confederações em Brasília por quase 80.000 torcedores de classe média que puderam dar-se ao luxo de pagar até 400 dólares por um ingresso?”.

Para o prestigiado jornal espanhol, os protestos contra o aumento dos preços de ônibus por jovens que em sua maioria têm carros, os aplausos aos manifestantes por parte da classe média “C” que está ascendendo economicamente, os aparentes protestos contra a Copa por parte de gente que sempre se orgulhou de seu futebol e assim por diante – tudo isso seria estranho num país invejado até pela Europa e pelos Estados Unidos por seu desemprego quase nulo.

O próprio jornal, entretanto, arrisca uma resposta. Chegados à nova classe média, os pobres teriam tomado consciência de ter dado um salto qualitativo na esfera do consumo e agora querem mais. Mais o quê?

“Serviços públicos de primeiro mundo, ensino de qualidade, hospitais dignos sem filas desumanas, políticos menos corruptos, partidos que não sejam meros negócios privados, uma polícia que não atue como na ditadura e uma sociedade menos excludente. Definitivamente, querem “aquilo que aprenderam a desejar para ser mais felizes ou menos infelizes do que foram no passado”.

Isso é, evidentemente, pura especulação. Dizeres de cartazes podem ser sintomáticos, mas não realmente explicativos, pois é bastante provável que componham apenas um cenário

estético para as incursões. Na realidade, ainda é muito cedo para se ter alguma clareza sobre o que realmente move os manifestantes. Nesse meio tempo, fazem-se apostas teóricas no advento de uma nova era, em que não é mais o futuro (portanto, nada de projetos políticos) e sim o presente que importa. E para compreendê-lo, diz-se, seriam necessárias novas ferramentas e narrativas.

Para a turma da euforia tecnológica, as ferramentas estariam nos posts dos sites. Exemplo de narrativa nova é a do sociólogo Michel Maffesoli, um apaixonado pelo Brasil e bastante conhecido nos círculos acadêmicos, para quem os jovens manifestantes são aquilo que ele chama de “a sociedade oficiosa”, ou seja...

“...a sociedade au noir, na sombra, escondida, que não se sente mais representada. Mas que não vai afrontar a sociedade oficial. E vai criar os seus próprios espaços, as suas utopias intersticiais: um lugar para se encontrar, cantar, eventualmente protestar, tirar proveito das reuniões para estar junto. O tripé dos valores modernos da sociedade oficial é: razão, trabalho e progresso. A nova geração acentua não o trabalho, mas a criação. Não o progresso, mas o presente. Não a razão, mas a imaginação”.

Bem, aqui no Brasil, o oficioso está decididamente afrontando o oficial. No fosso entre o oficial e o oficioso, cava-se o espaço para uma indignação que pode ser pacífica ou violenta. A pacífica foi anunciada anos atrás pelo francês Stéphane Hessel (1917-2013), num livrinho consumido por centenas de milhares de pessoas. Chamava-se *Indignem-se!*, publicado na coleção “Os que andam contra o vento”. Indignar-se contra o quê? Para ele, contra o poder do dinheiro, “que nunca foi tão grande, insolente e egoísta”.

Aqui, apenas a violência parece dar a medida real do grau de indignação nas manifestações brasileiras. Há algumas pistas, mas não palavras fortes. Também não há lideranças, mas “referências”, conforme a definição de suas “não-lideranças”. Realmente, não se sabe quem comanda, mas isso não deve ser recebido como algo tão estranho assim, já que também não se sabe muito bem quem é o verdadeiro poder no Brasil. A presidente manda em seus ministros, que não parecem mandar em nada, ao mesmo tempo em que é evidente não estarem as fontes do poder presidencial na figura da presidente, e onde estão ninguém sabe bem ao certo. Visível mesmo é arrogância dos executivos secundada pela surdez da classe política. Aliás, antiga surdez e nova mudez, porque ninguém tem visto político falando muito nestes dias. Onde se esconderiam os falastrões de sempre?

Espetáculo da violência

Quanto aos manifestantes nas ruas, não são todos exatamente os “jovens” de que fala o sociólogo, e sim um amálgama indefinido de gente saída da “Matrix” (a internet, as redes sociais), membros de pequenos partidos sem votos (mas beneficiários do Fundo Partidário), vândalos, bandidos mascarados que depredam e saqueiam, enfim o chienlit de que falou De Gaulle em maio de 1968. Talvez a violência seja uma resposta à costumeira ação policial, mas é também parte do espetáculo da revolta: na tevê e nas redes sociais, gera imagens que repercutem. Vale lembrar Rivarol, cronista da Revolução Francesa, para quem a revolução terminou quando chegou ao fim o espetáculo das execuções pela guilhotina. Mas também vale lembrar que a violência serve à velha direita golpista.

Nada disso invalida, porém, a potência da experiência que tomou de assalto as ruas – a experiência da revolta. Re-volta, ao pé do étimo, significa o retorno a um sentido que se perdeu, daí a sua possibilidade de mover-se por um ideal ético no rumo de uma renovação política. As massas revoltam-se para obter alguma coisa. Mas não está claro o que pretende obter a revolta de agora ---- nem sequer se pretende mesmo alguma coisa. Não há reivindicações; as demandas, se há, são fragmentárias.

O certo mesmo é que algo transbordou, o “saco” coletivo encheu diante da arrogância do poder, da impunidade dos puníveis, da indiferença das classes dirigentes ao desmantelamento da vida nas cidades (imobilidade urbana, criminalidade epidêmica, exorbitância dos impostos, preços atuais enlouquecidos por causa da futura festa olímpica) e também do falatório vazio da mídia (carros de tevê e jornalistas foram apupados). Indignado, o “espírito comum” virou Poltergeist, essa entidade mítica que às vezes perturba a tranquilidade das casas e, agora, das ruas.

Ora, essa metamorfose, a despeito daqueles que só enxergam a sua superfície eletrônica, também parece-nos justamente o contrário da catatonia verborrágica das redes sociais, onde o sujeito apõe a sua assinatura digital num manifesto qualquer e, de consciência limpa, agenda a balada. Manifestação é coisa anticatatônica, porque se faz com mãos e pés, com o confronto dos corpos num território concreto, sob a forma de um “nós” inquietante, monstruoso, chamado multidão. Esta última é uma besta que dorme e, uma vez acordada, pode dar medo.

Por isso, há algum alento humano na redescoberta do poder das ruas, ainda que tudo isso possa ser efêmero. A revolta de maio de 1968 na França começou a acabar quando a ela se juntaram organizações políticas e quando as ações de rua passaram a visar mais a sua

reprodução midiática do que a real contestação do poder. Ou seja, quando se converteram no espetáculo da violência.

Por enquanto, como ninguém parece saber muito bem o que acontece, também não sei por que me vem à cabeça o poema “Gaúcho” do tão esquecido Ascenso Ferreira: “Riscando os cavalos!/ Tinindo as esporas!/ Través das coxilhas!/ Saí de meus pagos em louca arrancada!/ – Para quê?/ – Para nada!”

REFERÊNCIAS

- AELST, Peter; LAER, Jeroen. Internet and social movement action repertoires: Opportunities and limitations. **Information, Communication & Society**, s.l., v.13, n. 8, p. 1146-1171. Disponível em <http://www.academia.edu/262038/Internet_and_Social_Movement_Action_Repertoires_Opportunities_and_Limitations>. Acesso em 02 de jan. 2014.
- AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan. New media, new movements?: The role of the Internet in shaping the 'anti-globalization' movement. In: DONK, et al (Org.). **Cyberprotest, New media, citizens and social movements**. Londres, Routledge, 2004, p. 97-122. Disponível em <<http://webhost.ua.ac.be/m2p/publications/1222460371.pdf>>. Acesso em 02 de jan. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. 1ª edição. Rio e Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2a edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- BYRNE, Jane (org.) **The Occupy handbook**. 1a edição. Nova Iorque: Back Bay Books, 2012.
- CONOVER et al. **The geospatial characteristics of a social movement communication network**. PLOSONE. 2013. Disponível em <<http://www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0055957>>. Acesso em 02 de jan. 2014.
- DALAKOGLU, Dimitris. The crisis before "The Crisis": Violence and urban neoliberalization in Athens. **Social Justice**, s.l., v. 39, n. 1, p. 24-42, 2012. Disponível em <http://www.academia.edu/3073023/The_Crisis_Before_The_Crisis_>. Acesso em 02 de jan. 2014.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. Disponível em <<http://www.adelmo.com.br/index1.htm>>. Acesso em 15 de jan. 2014.
- GERHARDS, Jürgen. Mesomobilization: Organizing and framing in two protest campaigns in West Germany. **American Journal of Sociology**. Chicago, Vol. 98, No. 3, p. 555-596, novembro, 1992. Disponível em <<http://www.polsoz.fu-berlin.de/soziologie/arbeitsbereiche/makrosoziologie/mitarbeiter/lehrstuhlinhaber/dateien/mesomobilization.pdf>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

- GILLHAM, Patrick; MARX, Gary. Complexity & irony in policing and protesting: the World Trade Organization (WTO) in Seattle. **Social Justice**, s.l., v. 27, n. 2, p. 212-236, 2000. Disponível em <<http://web.mit.edu/gtmarx/www/seattle.html>>. Acesso em 02 de jan. 2014.
- GIUFFO, John. Smoke gets in your eyes: the globalization protests and the befuddled press. **Columbia Journalism Review**. Columbia, setembro/outubro, 2001. Disponível em <<http://www.projectcensored.org/17-corporate-media-ignores-key-issues-of-the-anti-globalization-protests/>>. Acesso em 02 de jan. 2014.
- HESSEL, Stéphane. Indignez-vous! **The Nation**, s. l., p. 15-19, mar. 2011.
- KEEBLE, Richard L.; MAIR, John (org.). **Mirage in the Desert?: Reporting the Arab Spring**. 2ª edição. Reino Unido: Editora Arima, 2011.
- KLEIN, Naomi. **No Logo: O poder das marcas**. Portugal: Relógio D'Água Editora, 2002.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Portugal: Editora Porto, 2004.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. 2ª edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- MEYER, Philip. A questão da objetividade. In: _____. **A ética do jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 81-101.
- MITCHELL, W. J. T.; HARCOURT, Bernard E.; TAUSSIG, Michael. **Occupy: Three inquiries in disobedience**. 1ª edição. Chicago: Trios Books, 2013.
- MORRIS, Douglas. Globalization and media democracy: The case of Indymedia. In: SCHULER, D.; DAY, P. (org.). **Shaping the Network Society: The New Role of Civil Society in Cyberspace**. Cambridge: MIT Press, 2004.
- POURGOURIS, Marinos. The phenomenology of hoods: Some reflections on the 2008 violence in Greece. **Journal of Modern Greek Studies**, s. l., v. 28, n. 2, p. 225-245, 2010. Disponível em <http://www.academia.edu/376814/The_Phenomenology_of_Hoods_Some_Reflections_on_the_2008_Violence_In_Greece>. Acesso em 02 de jan. 2014.
- TAYLOR, Astra; GESSEN, Keith (org.). **Occupy!: Scenes from occupied America**. 1ª edição. Nova Iorque: n+1, 2011.
- VAINER, Carlos et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- ZIZEK, Slavoj. **O ano que sonhamos perigosamente**. 1ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.